



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 31

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 27 de novembro de 2024

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Cecília Estácio (substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Paulo Gomes) e Deputado Lubélio Mendonça (substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Isabel Teixeira)*

SUMÁRIO

Após ter sido feita a chamada, passou-se para análise da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para 2025”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”](#).

Participaram neste debate os/as Srs./Sras. Deputados/as:

Russel Sousa (*PS*), Carlos Freitas (*PSD*), João Mendonça (*PPM*),

Ruben Cabral (*PSD*), Lubélio Mendonça (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno

Barata (*IL*), Flávio Pacheco (*PS*), Sabrina Furtado (*PSD*), José Pacheco (*CH*),

João Bruto da Costa (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Olivéria Santos (*CH*), José

Gabriel Eduardo (*PS*), Luis Raposo (*PSD*), António Lima (*BE*), Francisco Lima (*CH*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Chaves (*PSD*), Gualberto Rita (*PS*), Francisco Gaspar (*PSD*), Inês Sá (*PS*), Délia Melo (*PSD*), Rafael Lima (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*), a Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (*Maria João Carreiro*) e ainda o Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Concluído este debate, e já no âmbito das intervenções finais, intervieram os/as Deputados/as Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), João Mendonça (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Andreia Cardoso (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder à chamada. Faça favor Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia a todos.

Eram 10 horas e 4 minutos.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Srs./Sras. Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos.

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge.

Carlos Eduardo da Cunha Freitas.

Carlos Henrique Lopes Rodrigues.

Cecília Maria Soares Estácio.

Délia Maria Melo.

Flávio da Silva Soares.

Francisco Manuel Raposo Gaspar.

Jaime Luís Melo Vieira.

João Luís Bruto Costa Machado da Costa.

José Joaquim Ferreira Machado.

José Manuel Resendes Leal.

Luís Carlos Correia Garcia.

Luís Miguel Teixeira Raposo.

Luís Carlos Cota Soares.

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves.

Paulo Duarte Gomes.

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira.

Paulo José da Cunha Simões.

Rafael Tavares Lima.

Rúben Filipe Rebelo Cabral.

Sabrina Marília Coutinho Furtado.

Maria Salomé Dias Matos.

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa.

Berto José Branco Messias.

Carlos Emanuel Rego Silva.

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão.

Flávio Miguel da Ponte Pacheco.

Gualberto Costa Rita.

Inês Soares de Oliveira e Sá.

Maria Isabel Góis Teixeira.

Joana Sousa Pombo Tavares.

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa.

José Manuel Gregório de Ávila.

José Gabriel Freitas Eduardo.

José Miguel de Freitas Toste.

Lubélio de Fraga Mendonça.

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues.

Luís Miguel Vieira Leal.

Mário José Dinis Tomé.

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros.

Marta Ávila de Matos.

Patrícia Maria Melo Miranda.

Russell Michael Sousa.

Sandra Micaela Costa Dias.

Vasco Ilídio Alves Cordeiro.

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima.

Hélia Maria Pinheiro Cardoso.

José Eduardo da Cunha Pacheco.

José Paulo Machado de Sousa.

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos.

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**.

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**.

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ontem estávamos no debate no âmbito da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

A Mesa não tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russel Sousa.

(* **Deputado Russel Sousa (PS)**): Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

A transição energética é um dos maiores desafios que enfrentamos na nossa Região e os Açores não podem ficar para trás. No entanto, ao olharmos para o Plano de investimentos, nesta área específica, temos menos 12 milhões de euros do que no anterior Plano.

Temos o PRR com atrasos críticos, no caso do Solenerge temos *overbooking* e candidaturas à espera de resposta há mais de 1 ano.

No caso do PROENERGIA os atrasos são constantes, os empresários e as famílias continuam à espera de respostas às suas candidaturas. E como se tudo isso não fosse suficiente, é paradoxal que este Governo afirme-se o defensor das energias renováveis quando em 2024 estamos a produzir menos energia renovável do que em 2019.

Quem o diz são os dados do Relatório do Estado do Ambiente dos Açores que indicam que em 2019 produzíamos 38,3% da energia elétrica produzida a partir da origem renovável, enquanto que atualmente estamos a produzir 34,9%.

Como podemos afirmar que há uma aposta nas energias renováveis com este retrocesso evidente e, acima de tudo, com fundos comunitários recorde à disposição do Governo que tem-se mostrado incapaz de executar esses fundos.

Como se tudo isto não bastasse, o Acordo de Parceria Estratégica previa, para 2024, 42% de produção da meta do Governo para a produção de energia renovável. Na revisão que houve deste acordo há uns meses atrás, esta meta foi suprimida, ficando só a meta para 2026,.

Pergunto-lhe, Sra. Secretária, o que é que aconteceu à meta de 2024? E qual é a meta deste Governo para 2024?

Por fim, no concerne à mobilidade elétrica, a Sra. Secretária disse na Comissão de Assuntos Parlamentares que a venda de carros a nível nacional bateu recorde

a nível de carros elétricos. Nos Açores, curiosamente, baixou. Em setembro, vendemos menos carros elétricos do que vendíamos no ano anterior.

Se tudo isto não fosse ainda suficiente, temos empresários a dizer que sem uma aposta do Governo no aumento da rede elétrica para carregamento de carros elétricos, em declarações ao Açoriano Oriental o Vice-Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de P. Delgada e empresário do setor automóvel, João Medeiros, considera que – e passo a citar - “o número de pontos de carregamento públicos para veículos elétricos, por exemplo na cidade de P. Delgada, está muito aquém do desejado para podermos ter a venda de veículos elétricos a um nível superior e podermos fazer uma transição energética para todos, empresas e cidadãos. Além disso, João Medeiros alerta igualmente para o facto de haver pontos de carregamento públicos que não estão a funcionar ou mesmo outros que ainda não fazendo parte da rede, só estão disponíveis ao público a certas horas durante o dia”.

Por isso, pergunto à Sra. Secretária quantos pontos de carregamento podemos esperar no próximo ano e, acima de tudo, quando é que podemos esperar verdadeiramente uma transição energética para os Açores.

Obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo PSD tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que diz o meu colega do Partido Socialista, a transição energética tem sido uma grande prioridade para o Governo da Coligação, tanto

para o XIII como para o XIV Governos Regionais, não só com a finalidade de assegurar um futuro mais sustentável na Região, mas acima de tudo pela importância na vida das pessoas, para que se torne um ganho acessível a todos.

Os investimentos que estão a ser levados a cabo por este Governo, Vão ao encontro de políticas públicas que visam reduzir a emissão de gases com efeito de estufa, promovendo simultaneamente o aumento da eficiência energética e a redução da dependência dos combustíveis fósseis em conformidade com as exigências internacionais. E a dotação de aproximadamente 23,5 milhões de euros para o próximo ano, são indicadores disso mesmo, a continuação de um forte investimento na descarbonização da nossa Região.

Assim, de uma forma transversal, verificamos que para o próximo ano, as prioridades estratégicas prendem-se, acima de tudo, com a execução do PRR, nomeadamente o Solenerge...

Deputado Luis Leal (PS): Já cá faltava!

O Orador: ... mas também o PROENERGIA, projetos da Eda, a geotermia, o Corvo Renovável, o cumprimento da Estratégia Açoriana para a energia 2030, o estimular da eletrificação dos consumos e eficiência energética, o combate à pobreza energética,

o consolidar a aposta na mobilidade elétrica, tendo por base o Plano de Mobilidade Elétrica para os Açores e continuar também a promover a transição energética e a inovação no setor da energia.

Quero, também, deixar algumas notas que acho bastante importantes, por exemplo, no campo da produção de energia, é imperioso falar no sucesso, sim, no sucesso que tem sido o Solenerge.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Menos para aqueles que estão à espera há 1 ano!

O Orador: Um sistema totalmente inovador na nossa Região, inovador para todos - também foi para o Governo - e falo em sucesso, porque apesar de

algumas contrariedades iniciais perfeitamente normais, uma vez que se está a falar praticamente uma parceria a três - Direção Regional, empresas fornecedoras, instaladoras, como também os candidatos, tanto a nível individual como também a nível empresarial – a verdade é que há mais de 1 ano de vigência deste programa de incentivos, já temos candidaturas aprovadas que superam os 18 milhões de euros dos 19 milhões que estavam alocados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Onde é que está o pagamento dos restantes milhões?

O Orador: Mas mais. Estes 18 milhões de euros correspondem aproximadamente a mais de 13 *megawatts* dos 11.2 que estavam previstos que aumentassem a capacidade instalada na nossa Região.

Deste modo, é mesmo importante enaltecer a Direção Regional da Energia, como todos os seus profissionais, pelos resultados alcançados num programa, como já disse, totalmente inovador na nossa Região, em que até ao momento, os marcos e metas estão mais do que superados.

Por outro lado, e no que concerne o armazenamento de energia, importa referir outro sucesso, especificamente as alterações que foram feitas por este Governo Regional ao PROENERGIA...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Mais 1 ano à espera!

O Orador: ... quando passou as participações financeiras de 25 para 85% para aquisição de baterias, quando estas forem em complementaridade com o Solenerge, sendo que este aumento fez com que a procura aumentasse exponencialmente.

Sem dúvida que este é o caminho, uma mudança de paradigma total, com políticas sérias para um futuro mais descarbonizado na nossa Região e que a par de outras matérias, também estamos a ser um exemplo não só no País como também a nível internacional.

Como dizia ontem no Parlamento em aparte a Sra. Deputada Inês Sá, quando se referiu à bancada do PSD, que “trabalhassem”, pois foi isso que os sucessivos governos do Partido Socialista deviam ter feito nesta matéria e não o fizeram.

Vozes de alguns deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas como também sou das áreas dos números, acho que importa ressaltar alguns: este ano de 2024, só até 31 de Outubro (em 10 meses) conseguiu-se executar mais, muito mais, do que nos últimos 4 anos do Partido Socialista somados.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus, isso é do PRR!

O Orador: E estou a falar em mais de 2,5 milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Ouço a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares a dizer que é do PRR.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Pois é do PRR.

O Orador: Não basta darmos um *Ferrari* a alguém, é preciso saber conduzi-lo. E este Governo está a saber manobrá-lo muito bem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Um ano à espera!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

A ilha do Corvo estava, em 2020, bloqueada pela inexistência de transportes marítimos de mercadorias adequados. A ilha chegou a estar 50 dias consecutivos sem abastecimento.

Foi fretado o navio *Thor* e o problema foi resolvido. A continuação da operação de abastecimento, por parte do *Thor*, continua a estar prevista? Sim, está. Sugere-se apenas o seu reforço tendo em conta o grande número de obras em curso na ilha.

Em 2020, o Corvo era a única ilha sem um projeto de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Foi construído um parque fotovoltaico e um parque eólico que, em conjunto, representaram um investimento de 12 milhões de euros.

A capacidade de produção dos referidos parques permitirá uma autonomia de 70% em relação às necessidades de eletricidade da ilha. Trata-se de uma verdadeira revolução verde. No próximo ano a ligação à rede pública do parque eólico estará concluída. O que é que falta? Reparar as zonas da estrada que ficaram afetadas por toda a operação relacionada com a construção do parque eólico.

O Partido Socialista falou aqui ontem de infraestruturas e de respostas na área da saúde, na ilha do Corvo. Graças à renovação do edifício da unidade de saúde

– que se encontrava num estado lamentável – as respostas na área da saúde são incomparáveis.

Mais e melhores infraestruturas, muito mais e melhor equipamento, mais profissionais de saúde, entre eles duas novas enfermeiras, mais um médico e um psicólogo, mais dias e horas de atendimento e muito mais apoio à Santa Casa da Misericórdia do Corvo.

Comparar os serviços de saúde da renovada Unidade de Saúde com o que sucedia no passado, é comparar a noite com o dia. Não tem comparação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É dizer mal por dizer mal. Escarnecer de alguém só por ódio e vingança. Tudo isso está a mais na política e na vida.

O que é que falta fazer? Preparar, ainda este ano, um projeto de ampliação do edifício a realizar até ao final da presente legislatura, para aí serem criadas novas valências e novas respostas.

A ilha do Corvo precisa de resolver, nesta legislatura, o problema das duas portas de entrada na ilha. Quem chega e sai por mar e quem chega e sai por via aérea. Precisa de resolver estas duas questões, porque o PS ao fim de 24 anos de governo, as deixou por resolver.

Este ano está prevista a construção da gare marítima no porto da Casa. A sua construção não pode falhar. Tem de ser concretizada este ano. É vital para dar uma resposta digna a quem vive na ilha, mas também aos muitos, cada vez mais, que nos visitam. Estou certo de que não se falhará nesse propósito.

Em relação à ampliação da aerogare da ilha do Corvo, sei que ficaram concursos desertos. Mas é vital garantir que o projeto passará a estar

dimensionado e com soluções técnicas que permitam assegurar a sua execução. Tudo isso terá de ser garantido este ano. Sei que o Governo Regional o fará. Entretanto, Sra. Secretária Regional, a ilha do Corvo precisa de mais voos. A resposta atual nada tem a ver com a dos tempos do PS. Temos agora muitos mais voos, em mais dias e até ao fim de semana, algo que os governos PS nunca sequer pensaram para o Corvo.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O calendário do PS no Corvo começava à segunda-feira e terminava na sexta-feira. Não existiam dias Santos e feriados para ninguém. Melhorou-se muito. Mas é necessário fazer mais. É preciso sempre fazer mais. Sabem porquê? Porque este Governo está a promover o maior crescimento económico da História dos Açores. Tudo isso gera novas necessidades e cada vez mais ambição.

Disse!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Russel Sousa.

(*) Deputado Russel Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para uma interpelação para dizer que irei entregar na Mesa as páginas 23 e 24 do Acordo de Parceria Estratégica onde diz que a meta para 2024 não vai ser cumprida pelo Governo. E aproveito também para entregar o

relatório de Outubro do PRR, onde diz que 18 milhões de euros não estão executados, o que está executado são 13 milhões dos 18.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar serão distribuídas pelas Sras. e Srs. Deputados.

Vamos continuar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ruben Cabral.

(* **Deputado Ruben Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir novamente mas, em boa consciência, temos que corrigir os erros que são objetivos. E, por isso, Sra. Deputada Marlene Damião, a sua segunda intervenção de ontem foi de uma desonestidade intelectual profunda a vários níveis. Atrevo-me a dizer que foi até um enorme malabarismo.

Deputado Carlos Silva (PS): Não me diga que ficou a pensar nisso durante a noite!

O Orador: Vemos o número de dormidas da ilha Graciosa e vemos que de acordo com os dados do SREA, no acumulado e até ao mês de setembro, em 2019, as dormidas ascenderam a 15 mil 949; em 2023 ascenderam a 15 mil 963; e 17 mil 469 em 2024. Se 2023 foi melhor do que 2019, 2024 está a ser o melhor ano de sempre.

A Sra. Deputada está tentando enganar os açorianos, falando duma falsa diminuição no número de dormidas, tentando colar essa falsidade à redução da *Ryanair* em época baixa, como se essa companhia até voasse para a Graciosa. Está até a tentar dizer aos açorianos que este Governo não sabe gerir a época do turismo nos Açores e está a desenterrar o seu passado.

Deputado João Vasco da Costa (PS): Isso é factual, o governo não sabe gerir.

O Orador: A Sra. Deputada sabe que nos Açores inteiros no inverno *IATA* de 2023 e 2024 - comparando com o **seu** inverno *IATA* (*International Air*

Transport Association - Associação do Transporte Aéreo Internacional) de 2019 - houve um aumento de dormidas de 39%? E praticamente o triplo do volume das receitas turísticas na Região?

Os números não enganam, Sra. Deputada. Se tem números, eu também tenho, dados oficiais do SREA.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais: a Sra. Deputada sabe que em 2019 apenas havia 5 companhias aéreas?

Em 2024 há 14 companhias aéreas!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É claro que nem tudo está perfeito, nem nunca estará.

Mas essa técnica de enganar os açorianos e insistir em questões, algumas de pormenor, que já foram discutidas noutros lugares como em Comissões parlamentares, tem uma estratégia objetiva que visa tentar reescrever a história e fazer com que os açorianos acreditem numa narrativa que é falsa!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e da Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vamos então repor a verdade histórica Sras. e Srs. Deputados. Vamos até esquecer aquela fase pré-histórica, a fase antes da liberalização dos espaço aéreo, em que os governos socialistas fizeram um festim com a SATA, quando a preocupação das campanhas de marketing era dar a conhecer o destino Açores na diáspora açoriana. A verdade é que as visitas dispararam no dia em que o espaço aéreo foi liberalizado. Foi esse o fator decisivo. E qual foi

o papel ou a intervenção do Partido Socialista nessa pasta? Nenhuma, zero! Era contra a liberalização dos espaço aéreo!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E na altura vieram três companhias aéreas – a *Ryanair*, a *Easyjet* e a *Delta* e duas já foram embora.

O Governo de José Manuel Bolieiro não recebe lições de negociação com companhias aéreas para a época de inverno, muito menos de quem deixou duas das três companhias aéreas irem em embora.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E note-se que foram embora o ano inteiro, não apenas na redução numa certa época. E é por isso que eu não consigo perceber, Sra. Deputada, porque é que insiste nesse ponto. Começa a ser constrangedor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que está em causa é a comparação entre a ação dos dois governos diferentes, perante dois momentos diferentes do crescimento do número de turistas, como foi a liberalização do espaço aéreo e agora o fluxo pós-pandemia. Houve, por um lado, um governo em que a então responsável pelo setor – a Sra. Deputada Marlene Damião - após a sua intervenção de ontem, parece que a única entidade com um plano de gestão para o turismo dos Açores era a *Ryanair*. Deve ser daí que vem essa sua profunda gratidão e lealdade a quem fazia o trabalho por si.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó Sr. Deputado se calhar está a ultrapassar o tal ponto em que deixa de ter graça!

O Orador: Mas isso acabou e, neste momento, há um Governo que faz esse trabalho e a nossa gratidão é para com os empresários e trabalhadores do setor e para com os açorianos que fazem do nosso arquipélago um paraíso desejado por esse mundo fora.

Quanto ao planeamento, Sra. Deputada, o turismo não são só números e prémios, disse muito bem. Mas para tudo, para os números, para os prémios e para tudo o resto, é preciso um rumo que este Governo tem, mas o seu não teve. Posto isto, ficava-lhe muito bem alguma humildade na forma como aborda as questões.

Deputado João Vasco Costa (PS): Igual à sua!

O Orador: Essa sua altivez moral fica-lhe mal, tal como lhe fica mal tentar enganar os açorianos. E, por isso, pode ter a certeza de que vai haver sempre alguém nesta bancada que vai repor a verdade, sempre que assim for necessário.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sra. Deputada Marlene Damião pede a palavra para?

(*) Deputada Marlene Damião (PS): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Um protesto a...?

Peço que fundamente o seu protesto por favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente não pode pedir a uns para justificar o protesto e a outros não.

Presidente: Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu é que estou na condução dos trabalhos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): O que é isso?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Logo você é que vai chamar-me à atenção?!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Mas quando o Sr. Presidente chama aqui a atenção vocês batem palmas!

Presidente: O meu lugar está disponível, se alguém quiser vir...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, o senhor está muito bem aí!

Presidente: Sr. Deputada Marlene Damião, justifique o seu protesto.

(* **Deputada Marlene Damião (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

O meu pedido vem na sequência da acusação que me foi feita, aquando da minha intervenção de ontem, de ter enganado os açorianos.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada, para um protesto. Dispõe de 3 minutos.

(* **Deputada Marlene Damião (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O que o Sr. Deputado Ruben Cabral acabou de dizer provoca-me um misto de sensações, ou seja, é com agrado que vejo que ele se dirige a mim, pois é sinal de que o que eu disse causou impacto e o conteúdo mereceu a sua atenção...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sim, impacto negativo que tem que ser corrigido.

A Oradora: ... no entanto, o Sr. Deputado tem que estudar também muito bem aquilo que diz, porque eu não falei em números em nenhum parágrafo da minha intervenção de ontem, quem falou em números foi o senhor. E quando diz que eu estou a “enganar os açorianos”...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade.

A Oradora: ... ou que o Partido Socialista está a enganar os açorianos, está a ser insequente, imaturo e pouco correto.

Quando me acusa diretamente, enquanto Diretora Regional do Turismo no último Governo socialista, de que nada fizemos e nada trabalhámos, eu tenho muito para lhe dizer: o trabalho que esta Secretaria Regional do Turismo atualmente faz é, parte dele, um trabalho de continuidade daquilo que o nosso Governo socialista deixou!

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Ruben Cabral, querendo, tem 2 minutos para um contraprotesto.

(*) Deputado Ruben Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Custa-me ter que novamente repor a verdade.

Sim, a Sra. Deputada ontem não referiu números, mas disse que as dormidas na Graciosa estavam a diminuir.

Deputado José Ávila (PS): Veja lá os números de 2023.

O Orador: E foi esta a verdade que eu repus.

E quando alguém que já foi Diretora Regional do Turismo não consegue sequer analisar os dados do SREA, das duas uma: ou é incompetente, ou está a tentar enganar os açorianos e todos os outros!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

(*) Deputado Lubélio Mendonça (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deixem-me começar por dizer que quando comecei a ouvir a intervenção do Sr. Deputado João Mendonça, por momentos pensei que vivia noutra ilha, mas felizmente ele mudou o rumo da sua intervenção e identificou muito do que está por fazer na ilha do Corvo e da incompetência deste Governo durante os últimos 4 anos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Sr. Deputado, não conseguimos ouvir nada. Fale mais alto.

O Orador: Eu vou repetir, Sr. Secretário, porque não quero que o senhor fique sem ouvir.

Deixem-me começar por dizer que quando ouvi a intervenção do Sr. Deputado João Mendonça, cheguei a pensar por momentos que vivia noutra ilha, felizmente, mudou o rumo da sua intervenção e identificou muita da incompetência deste Governo sobre o que (não) está a fazer na ilha do Corvo.

Não basta vir aqui de 4 anos anunciar um barco do outro mundo que continua com sucessivas falhas mês após mês. Isso não é investir na ilha do Corvo.

Hoje, venho aqui expressar a minha profunda preocupação com a falta de investimentos em infraestruturas na ilha do Corvo.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar a situação da aerogare da ilha do Corvo. Em 2020, existia já um projeto elaborado para a ampliação desta infraestrutura vital, fruto do bom trabalho feito pelo anterior executivo que deixou uma herança, só que os senhores de boas heranças não gostam de falar!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Incluindo os voos ao sábado e domingo!

O Orador: No entanto, apesar de estar inscrito nos sucessivos planos de investimento deste Governo e de ser anunciado várias vezes ao longo dos últimos anos, nada foi feito.

Queremos saber, Sra. Secretária, o que está a travar este processo? Durante a visita estatutária de fevereiro de 2022, o então Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, anunciou que projetos como este iriam melhorar a qualidade de vida dos residentes.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O “então” e **ainda** Presidente!

O Orador: Eu pergunto, Sr. Presidente, onde estão estes investimentos?

Deputada Catarina Cabeceira (CDS-PP): Pergunte à antiga Diretora Regional!

O Orador: Além disso, os residentes da ilha do Corvo merecem saber quando terão uma melhor infraestrutura de apoio aos nossos bombeiros que também faz parte do mesmo projeto?

Obras como a ampliação do quartel de bombeiros e da aerogare do Corvo, com verbas inscritas desde o Plano e Orçamento de 2021 têm de avançar.

Ainda sobre investimentos, pergunto sobre as obras do miradouro do Caldeirão e do miradouro da Eira do Maranhão, projetos apresentados na ilha do Corvo em 2020 pelo então Presidente do Governo, Dr. Vasco Cordeiro, sendo Diretora Regional a Sra. Deputada Marlene Damião? Outra boa herança de que os senhores também não gostam de falar.

Em relação aos transportes, Sra. Secretária Regional dos Transportes, exigimos saber quais são as medidas que o Governo Regional está a tomar para resolver a substituição dos aviões *Dash Q-200*, as únicas aeronaves capazes de operar no aeródromo do Corvo e que estão, como a senhora sabe, no final do tempo útil de vida? As sucessivas avarias em 2023 deixaram a ilha isolada várias vezes. Os corvinos merecem uma solução rápida e eficaz.

Quanto aos transportes marítimos, a situação da lancha Ariel que assegura a ligação entre as ilhas do Corvo e das Flores tem sido problemática, devido às sucessivas avarias, sendo que esta situação causa constrangimentos e prejuízos para a Região.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Desde quando é isso que está assim?

O Orador: O que pretende o Governo Regional fazer em relação a esta matéria?

Em relação a estradas, Sra. Secretária, o Governo Regional tem à sua responsabilidade apenas duas estradas no Corvo, sendo a mais problemática a

estrada para o Caldeirão que também vem sendo inscrita nos sucessivos orçamentos desde 2021.

Eu pergunto para quando o arranjo desta estrada?

São muitas questões que após 4 anos de promessas, merecem respostas claras e objetivas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tal como o Sr. Deputado Ruben Cabral, também não estava para intervir, mas também não tenho um discurso impresso de 10 páginas.

Risos de alguns Deputados da bancada do PS.

Acreditem que eu não queria intervir, porque tenho só 5 minutos guardados para o nosso Sr. Secretário Regional - como diz o CHEGA - dos *escaravelhos e dos caracóis*.

Sr. Secretário, vai ter que dar *na corneta* ao CHEGA se faz favor e mostrar aquilo de que o senhor é feito, em vez de estar completamente aprisionado pelo CHEGA relativamente ao ambiente. Obviamente tenho que responder ao nosso especialista dos números, o Sr. Deputado Carlos Freitas.

Quando falou no Solenerge, mais parece estar a *viajar na maionese*, do que a ser especialista dos números, ou então não viu a resposta que o Governo deu ao requerimento do PAN sobre estes pontos. Foi respondido - e cito - “um atraso considerável (dito pelo próprio Governo) relativamente às análises das

intenções do Governo ao Solenerge”. O senhor diz que não havia nada para pagar, não havia atrasos de pagamento, claro porque eram as *intenções de investimento*.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Ora nem mais!

O Orador: E assim, não era preciso pagar nada. E o que é que os utentes fazem? Telefonam para a Direção Regional e esta não responde, o telefone está ocupado, não há resposta e assim consegue atrasar os investimentos.

Por isso, Sra. Secretária, ao contrário do Sr. Deputado Carlos Freitas, gostaria que respondesse relativamente ao Solenerge.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foram aprovados 17 milhões, quase 18.

O Orador: E também para responder ao Sr. Deputado Carlos Freitas relativamente ao PROENERGIA que o Governo não queria, porque preferia injetar toda a energia na EDA e não queria que as pessoas ficassem completamente *off the grid*.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso!

O Orador: Esta foi uma discussão de há 2 anos e meio, de cuja reunião eu fiz parte.

Por isso, eu gostaria que respondesse a esta questão. E já agora, Sra. Secretária, faça-me o *jeitinho* e responda também ao seguinte: Como é o POTRAA?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu faço esta interpelação no seguimento do debate aqui feito sobre os números do turismo, para informar que vou remeter à Mesa 2 gráficos, onde num deles é refletida a sazonalidade e os custos com pessoal em 2023 para o setor de turismo, onde se pode perceber facilmente que o número de dormidas não acompanha, claramente, os custos com o aumento de pessoal que essas

empresas tiveram. E, portanto, usar só os números que interessa, para nós é perigoso. É preciso usar os números todos como eles são e, por isso, vou remeter à Mesa estes 2 gráficos que aqui tenho para distribuir aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar essa informação, vai naturalmente distribuí-la às Sras. e Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo.

O Sr. Secretário pede a para uma intervenção? Com certeza.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Lubélio Mendonça tinha na ponta da língua o seu discurso, porque já o está a treinar há 24 anos, pois tudo o que referenciou foi exatamente aquilo que **não foi feito** pelo Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Atenção que isto agora é o Deputado Paulo Estêvão a falar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E tem V. Exa. ainda a *lata* – desculpe a expressão mais popular – de vir dizer que estava a ser feito um bom trabalho por parte do Partido Socialista, porque o “projeto estava feito”.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Estava feito e pronto a arrancar!

O Orador: Estava feito, mas não estava concretizado nem estava realizado e o que os senhores deixaram foi uma infraestrutura que precisa de ser reparada. A mesma coisa não disse V. Exa. em relação à gare marítima e no acesso.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Qual gare marítima?! Aquilo é uma casa de banho.

O Orador: Sabe porquê?

Porque aí nem projeto, nem vontade, nem sequer nunca se pensou em resolver esse problema que está agora também no plano anual de atividades.

Diz V. Exa. também que o problema “são as aeronaves”.

Pois se o problema são as aeronaves, no vosso tempo existiam aeronaves, mas não voavam para o Corvo. O problema estava aí Sr. Deputado! Estavam mais novas, eram 4 anos mais novas e não voavam para o Corvo!

Era um problema da operacionalidade?

Era um problema de velhice?

Não! Era um problema de falta de vontade política, Sr. Deputado!

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Isso é falso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Aí é que estava o problema. E digo-lhe mais (não posso dizer muito mais, porque não tenho muito tempo) Sr. Deputado: em relação às questões da saúde de que V. Exa., lembra-se de quando tínhamos um médico e uma enfermeira e tínhamos uma infraestrutura decadente própria do 3º mundo?!

Em relação a essa matéria o Sr. Deputado e o Partido Socialista nada fizeram e vem comparar agora as duas coisas?! É comparar a noite com o dia, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

(*) Deputado Lubélio Mendonça (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estevão:

Em primeiro lugar, quero relembrar que no passado o PS fez um bom trabalho, fez muito pela ilha do Corvo, investiu milhões na ilha do Corvo, coisa que este Governo o único investimento que fez naquela ilha foi uma pequena reparação no centro de saúde que custou 500 mil euros e que 1 mês e depois o teto ruiu. Esse é que foi o investimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ainda em relação a estes investimentos Sr. Secretário, eu quero relembrar que o senhor em 2021 anunciou nas redes sociais com pompa e circunstância os projetos e disse o seguinte – vou citá-lo:

“Estou em condições de avançar que estas obras vão começar em 2021”. E no final desta mesma publicação, o senhor dizia “ e estamos só a aquecer”.

Deputado Carlos Silva (PS): Já chega de *aquecer!*

O Orador: Pois, Sr. Secretário, eu digo-lhe que em 4 anos basta de aquecer, tem é que pegar no volante e arrancar!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço ao Governo - e termino agora este pequeno *regresso ao passado* - Sra. Secretária, peço-lhe imensa desculpa, mas já vou terminar, para dizer só o seguinte: de facto, estava só a aquecer. Agora a ilha tem serviços autónomos.

Agora a ilha tem...

Deputado Berto Messias (PS): Tem tachos!

O Orador: ...todos os investimentos.

É uma diferença impressionante, desde a área da saúde ao transporte... olhe, até se pode viajar ao domingo, que era uma coisa impensável durante os governos do Partido Socialista.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Mas qual é a ilha?!

O senhor deve estar a referir-se a S. Miguel, porque tem residência é lá!

O Orador: E vou-lhe dizer uma coisa: eu estava só a aquecer, já estamos em grande velocidade, agora V. Exa. nem a aquecer está, porque aqui neste plenário e neste Parlamento, da sua parte, em termos de propostas, é zero ao fim de 4 anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Esse *carro* está sem gasolina, Sr. Secretário!

Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Deputados António Lima, Pedro Neves e Nuno Barata.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra, o Sr. Deputado Flávio Pacheco.

(*) Deputado Flávio Pacheco (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: É lamentável que a Sra. Secretária, uma vez mais, não responda às questões que são feitas pela bancada do PS.

O Plano e Orçamento inclui a construção da variante Ribeira das Tainhas/Ponta Garça e a reabilitação da estrada Vila Franca do Campo/Achada das Furnas que

são essenciais para melhorar as acessibilidades e a segurança rodoviária do Concelho.

Por sua vez, a variante da Ribeira das Tainhas/Ponta Garça visa descongestionar o trânsito nas freguesias envolvidas e facilitar a circulação, particularmente dos transportes coletivos, enquanto a reabilitação da estrada de Vila Franca/Achada das Furnas é crucial para a mobilidade diária de quem lá passa. Contudo, é imprescindível que o Governo assuma o compromisso de executar essas intervenções. A população de Vila Franca do Campo não pode continuar a ser alvo de promessas que não se concretizam em assuntos práticos. Com um dos orçamentos mais baixos e claramente insuficiente para o concelho - pasmese! 230 mil euros - pergunto à Sra. Secretária o seguinte: com 50 mil euros inscritos para cada uma destas vias, quantos quilómetros serão executados em 2025?

Sra. Secretária, já se percebeu que com este Governo, Vila Franca do Campo fica novamente por sua conta e risco.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Ruben Cabral, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Ruben Cabral (PSD): Sr. Presidente, é para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Ruben Cabral (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, é só para dizer que também vou entregar à Mesa um gráfico que compara o crescimento dos proveitos com o crescimento dos custos com o pessoal, porque no nosso entendimento, comparar as dormidas com custos com pessoal, é comparar o

incomparável; o crescimento dos proveitos é superior ao crescimento dos custos com pessoal.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Quando a Mesa rececionar fá-lo-á distribuir pelos Srs. Deputados.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado para uma intervenção.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida sobre Vila Franca do Campo.

Vila Franca do Campo está para trás desde que é governada pelo Partido Socialista, já lá vão 12 anos Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E eu não lhe admito que insinue que alguém anda aqui a dormir ou a discriminar Vila Franca do Campo. Eu não estava à espera de que o senhor chegasse cá para então tratar e defender Vila Franca do Campo e os vila-franquenses, eu não ando aqui a dormir!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Lamentável, Sra. Deputada!

Isso não é defender os vila-franquenses.

A Oradora: O que se passa com a variante a Ponta Garça é tão simples quanto isto: com a oportunidade de inscrever circuitos logísticos e variantes no PRR, nunca o PS de Vila Franca do Campo onde o senhor se inclui, sequer inscreveu esta verba no PRR.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E agora tem este Governo Regional que fazer, a expensas próprias, dada a incompetência do Partido Socialista! Sobre a reabilitação da estrada Achada das Furnas para Vila Franca do Campo, o que o senhor devia fazer aqui era um voto de louvor por, finalmente, este Governo tomar isso como prioridade para Vila Franca e para os vila-franquenses.

O senhor devia ter vergonha de falar assim de Vila Franca do campo sendo vila-franquense!

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É só para dizer que não se metam na zaragata da estrada de Vila Franca/Achada das Furnas, porque o CHEGA já resolveu o problema, já há uma proposta de alteração. E o silêncio que houve durante estes anos todos, agora vai-se transformar numa obra e nós vamos fiscalizar isso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah afinal, Sra. Deputada, o CHEGA é que resolveu o problema, não foi o PSD!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Pacheco.

(*) Deputado Flávio Pacheco (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Sabrina Furtado, apenas para lhe dizer que eu estou aqui para defender o interesse de Vila Franca, da ilha de São Miguel e dos Açores sempre que for possível.

Portanto, não estou a envergonhar ninguém!

Era só isto e é o suficiente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No final de 2022, só as ilhas Graciosa e Sta. Maria não tinham superado os melhores números de dormidas antes da pandemia. No ano passado só ficou a Graciosa sem fazê-lo. E não comungo do otimismo do Sr. Deputado Ruben Cabral e vou explicar porquê.

Revedo os números de agosto deste ano, a Graciosa continuava sem crescer relativamente a 2019. Já em setembro ultrapassámos ligeiramente, mas ainda não fechámos o ano. E, sinceramente, digo isto com muita pena, andamos aqui a marcar passo desde 2019. É a única ilha em que isso aconteceu. Aliás, há aqui uma imagem que explica bem, enquanto que nas outras ilhas abrem restaurantes, na Graciosa fecham restaurantes. Isto é uma das consequências do mau planeamento que é feito no turismo na Graciosa.

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu pedia alguma serenidade à câmara, porque gostava de falar, já que quando falam, eu também faço o mesmo.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Às vezes.

O Orador: Não é difícil perceber que é preciso mais promoção e apostar em eventos nos períodos de menor procura.

Revisitando os documentos de planeamento, podemos ver que há uma fraquíssima aposta na promoção do desenvolvimento turístico naquela ilha,

contrariando, assim, a necessidade de investimento nesta área, conforme é bem perceptível.

A concessão das termas do Carapacho pode ajudar nesse crescimento mas, infelizmente, o Governo atrasou o processo que segundo a única concorrente elegível, se deveu ao “pedido de pessoas poderosas” - vá-se lá saber quem - o que é muito grave. E era bom que a Sra. Secretária nos esclarecesse este assunto.

A marina da Barra, cuja primeira fase terminou em setembro de 2020, também podia dar uma boa ajuda, mas este Governo insiste em entregar aquela obra à Câmara Municipal, cujo orçamento para investimento anual é exatamente igual ao valor a investir naquela obra, ao invés de cumprir uma resolução que foi aprovada nesta Casa por maioria, contra a vontade da Coligação; foi aprovada e o Governo, teimosamente, não a executa. Ontem, curiosamente, a marina da Barra e a ambição dos graciosenses foram mais uma vez atirados mais para a frente. Agora, parece que só para 2026. Quiçá para 2027 teremos novidades.

Assim, a Graciosa fica mais uma vez a marcar passo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não considero muito normal estarmos aqui hoje, sabendo que tem sido difícil arranjar estadia e dormidas na Graciosa, arranjar restaurantes para comer na Graciosa...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque fecharam!

O Orador: Toda a gente se queixa e telefona a dizer que não há lugar para ficar na Graciosa que tem tido turismo como nunca teve. Mais um terço, só nos primeiros 6 meses deste ano, de passageiros desembarcados relativamente a 2019, 30% a mais de passageiros desembarcados.

Deputada Marlene Damião (PSD): Oh senhor isso é no verão. E no inverno?!

O Orador: Mais voos, mais lugares oferecidos, mais carga oferecida nos aviões da SATA, por isso eu não percebo quando vêm aqui com um discurso derrotista de quem não foi capaz de fazer e agora queixa-se do que está a ser feito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O Partido Socialista e o Sr. Deputado José Ávila, com grandes responsabilidades políticas nisso, destruíram as termas do Carapacho, destruíram aquela valência, rebentaram com aquilo tudo.

Deputado José Ávila (PS): O quê?! O senhor está a mentir!!

O Orador: Tivemos que reconstruir, tivemos que gastar ali muito dinheiro para pôr em condições a ser concessionado. Está o concurso resolvido, está o concessionário pronto a tomar conta das termas que irão desenvolver a oferta termal na Graciosa que nós queremos e desejamos e será um futuro promissor para aquela valência única nos Açores e que tem muito para oferecer. E o senhor devia ter a humildade de vir aqui pedir desculpa pela destruição que fez daquele património, pedir desculpa aos açorianos e aos graciosenses por aquilo que fez ali, em vez de vir queixar-se de que nós não fizemos em 4 anos aquilo que o senhor destruiu em 24!

Por outro lado, vir aqui com questões que não têm nada a ver com a capacidade da Graciosa ou do setor empresarial da Graciosa, o senhor sabe que fechou um restaurante por motivos pessoais de uma família que deixou de ter condições para tomar conta do restaurante. E vem para aqui com questões, como se os

restaurantes da Graciosa estivessem todos a fechar. Eu vejo muitas vezes é dificuldades das pessoas que vão à Graciosa em encontrar lugar para comer, porque está tudo cheio e porque é difícil fazer marcações. E o senhor sabe perfeitamente que a vida na Graciosa não é feita dessas conversas que se fazem fora da Graciosa, que parece que as coisas estão mal. Não estão. As coisas estão a correr bem e os problemas que têm surgido, muitos por via da vossa irresponsabilidade passada, estamos a resolvê-los paulatinamente e se tudo correr bem, com este Plano e Orçamento, ainda vamos resolver muitos mais problemas.

Só para terminar, Sr. Deputado, como é que o senhor tem a distinta lata de vir a este Parlamento falar da marina?!

Os senhores andaram com cartazes a prometer marinas, fizeram uma obra que não era marina nenhuma, enganaram a Comissão Europeia, ou tentaram enganar a Comissão Europeia com uma obra que não era marina...

Deputado José Ávila (PS): O senhor é que fez queixa?

O Orador: ... enganaram todos os graciosenses, disseram que iam fazer uma marina e não a fizeram. E, finalmente, nós estamos com a Câmara Municipal e a Graciosa vai ter uma marina, mas vai ser este Governo que a vai fazer juntamente com a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa. Infelizmente, não foi o que os senhores deixaram e não foi o que os senhores fizeram!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho que ser muito rápido.

Sr. Deputado João Bruto Costa, quem o viu e quem o vê! É uma diferença abissal.

O senhor sabe o que dizia sobre os transportes marítimos? Pois eles acabaram e o senhor não diz nada!

O senhor sabe o que dizia sobre a saúde na Graciosa? A saúde está uma desgraça e o senhor está calado.

O senhor sabe o que dizia sobre o transporte aéreo? As ligações do transporte aéreo com o exterior? O senhor agora está calado.

Há ainda outra coisa que eu lhe queria dizer, é que o senhor tem uma boa herança na área do turismo.

O senhor tem um hotel e umas termas que ao contrário do que diz, o senhor talvez não conheceu as termas de há uns anos atrás, porque aquilo não era nada, Sr. Deputado. Aquilo era uma casinha que tinha banheiras, não era mais do que isso. E agora tem um edifício moderno. E eu só não sei qual foi a razão, por que os senhores atrapalharam a sua concessão, por isso é que elas não estão a trabalhar neste momento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado José Ávila, se há coisa que penso que o meu grupo parlamentar e os açorianos sabem, é que eu dificilmente me calo quando tenho que defender a ilha Graciosa e quando tenho que lutar pelos graciosenses.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Neste momento o senhor defende o Governo, que é uma coisa um bocadinho diferente.

O Orador: Isso toda a gente sabe.

O senhor pode dizer 100 vezes que eu que estou calado e que não defendo a minha ilha, mas quer eu quer o Deputado Adolfo Vasconcelos, estamos aqui para a fazer.

Deixe-me dizer que a cereja em cima do bolo desse seu derrotismo é o facto de que, recentemente, perante 260 candidaturas, a Vila de Santa Cruz da Graciosa foi considerada a *Best Tourism Village* de 2024, sendo que houve apenas duas em Portugal (no continente) que receberam essa distinção.

Deputado José Ávila (PS): Lá está, a herança!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Se calhar é porque estamos a trabalhar bem e a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa está a trabalhar bem com o Governo Regional, para a Graciosa ter de facto esta notoriedade, um prémio que o senhor nunca conseguiu em toda a sua carreira política.

Está a ver? Eu mesmo calado, faço mais do que o senhor a falar muito!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): E a reserva da biosfera?

Presidente: Muito obrigado.

Passemos à próxima ilha. Qual é a próxima?

(Apartes inaudíveis trocados entre alguns Deputados da bancada do PSD e o Deputado Nuno Barata).

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos avançar para a próxima área governativa.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça o favor.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, eu deixo a passerelle para si, não se preocupe.

Sra. Secretária Regional Berta Cabral, lamento que tendo tempo, não queira responder às perguntas que foram colocadas. E também aproveito para colocar novamente uma questão que já foi aqui abordada, mas a Sra. Secretária refugiou-se na Secretaria Regional das Finanças para (não) falar sobre o assunto.

Privatização da SATA da Azores Airlines – qual é a sua posição sobre a privatização?

Está efetivamente cancelado ou não está cancelado o concurso de privatização?

É porque sobre esse assunto o Sr. Secretário das Finanças já falou. O Sr. Vice-Presidente disse que o concurso tinha sido cancelado (deliberado em Conselho de Governo em maio), mas agora já foi desmentido.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Leia a notícia toda.

O Orador: E a senhora que tutela a parte operacional, qual é a sua posição e o que defende sobre esse assunto?

Era importante que clarificasse isso. E que dissesse também quais são as consequências jurídicas que podem advir dessa atrapalhada toda que tem acontecido?

Deputado Joaquim Machado (PSD): E qual é a posição do PS?

O Orador: Para a SATA e para a Região, porque é tudo muito estranho, Sra. Secretária. Há coisas a serem feitas em secretismo, há coisas negociadas em secretismo e isso não augura nada de bom, nem para a SATA nem para a Região. E era importante que o Governo aproveitasse esta oportunidade e clarificasse qual é a sua posição sobre esta matéria, de uma vez por todas.

Há também uma outra matéria que importa clarificar sobre o *handling*.

Qual é o compromisso do Governo relativamente ao *handling*?

Vai ou não vai haver despedimentos no *handling* com a privatização?

Qual é o prazo que o Governo define para a separação jurídica da área do *handling* da SATA Air Açores? E se o Governo deixa aqui o compromisso e se assegura a tranquilidade dos funcionários da SATA relativamente a esta matéria de que não vai haver despedimentos?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas 30 segundos para solicitar ao Sr. Deputado Carlos Silva que ajude a Sra. Secretária Berta Cabral a compreender melhor o que é que se passou, para agora a SATA ter de pagar provavelmente mais de 6 milhões de euros por aquele avião que os senhores adquiriram para estar no chão e não para estar a voar - o *Cachalote*?

Isso é que era importante o senhor esclarecer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Marlene Damião, faça favor, tem a palavra.

Deputada Marlene Damião (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

(Apartes inaudíveis trocados entre os Deputados Carlos Silva e João Bruto da Costa)

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Maria João Carreiro): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2025 nas áreas da Juventude, Habitação e Emprego totaliza um investimento público direto de 113,5 milhões de euros na promoção do bem-estar dos jovens, das famílias, dos trabalhadores e das empresas açorianas.

Para a Juventude, o investimento ascende aos 3,5 milhões de euros.

Para a Habitação, o investimento é de 36,2 milhões de euros – o maior da última década e mais 23% do que em relação ao Plano para 2024.

Na Qualificação Profissional e Emprego, o investimento é de 73,5 milhões de euros para apoiar a empregabilidade, estimular a valorização dos trabalhadores e incentivar a produtividade das empresas e entidades empregadoras da Região.

Nestas áreas da governação, as opções dos últimos quatro anos estão a contribuir para a melhoria da vida das açorianas e dos açorianos.

O investimento nos jovens, trabalhadores, famílias e empresas está a levar a Região para patamares verdadeiramente históricos:

Os Açores têm hoje a maior população empregada de sempre.

O desemprego nos Açores é o mais baixo dos últimos 16 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O número de açorianos em programas ocupacionais é o mais baixo dos últimos 12 anos.

Nós últimos quatro anos foram colocados em ofertas de emprego mais de 7.500 trabalhadores.

Desde o final de 2021, estão mais 6.600 jovens empregados nos Açores.

Desde 2021, o investimento em habitação é superior a 50 milhões de euros, tendo sido apoiadas mais de 9.000 famílias açorianas.

Bem podem, alguns, tentar desvalorizar os bons resultados dos últimos quatro anos ou propor tardiamente medidas já em execução, mas a verdade é que os açorianos confiam e continuarão a diferenciar as escolhas desta coligação das políticas executadas por anteriores governos com as consequências conhecidas.

São muitas as diferenças!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta proposta de Plano não poupa esforços para afirmar o primado de cidadania de participação e de igualdade de oportunidades.

É por isso que este é um Plano virado para a Juventude.

Em 2025, vamos continuar a promover a cidadania, o associativismo jovem e a sua participação na vida pública; a incentivar o talento, a criatividade e o voluntariado. Vamos alargar as oportunidades de integração socioprofissional dos jovens, criando um subprograma do OTL-J para o setor privado e social, e apoiar o intercâmbio dos jovens açorianos com os jovens da nossa diáspora.

Queremos que os jovens iniciem o seu percurso profissional em cada uma das nossas ilhas e, para isso, lançámos o pacote “+ Jovem”, uma iniciativa inédita na Região para atrair e fixar talento jovem que contrasta em toda a linha com as soluções precárias que a Região tinha para oferecer até novembro de 2020.

Através do pagamento de passagens aéreas, da atribuição de prémios à celebração de contratos de trabalho e de estímulos à valorização salarial dos jovens, no próximo ano vamos continuar a promover as condições para que os jovens se mantenham nos Açores ou para que regressem e contribuam para a modernização da economia e para o desenvolvimento sustentável da nossa Região.

O lugar dos jovens é nas nossas freguesias, concelhos e ilhas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: A contratação estável e uma remuneração adequada às qualificações são um imperativo numa sociedade que reconhece o mérito, que valoriza as competências e o investimento dos jovens na sua formação e qualificação.

Sim, este é um caminho que ainda estava por fazer nos Açores e que estamos a percorrer ao lado dos jovens e das empresas empenhadas em atrair e reter trabalhadores qualificados e produtivos.

Também na área da Habitação estamos a fazer o que não foi feito por falta de planeamento ou por incapacidade para antecipar as necessidades dos açorianos.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: São reais as dificuldades dos jovens no acesso à habitação – na Região, no País e na Europa. Mas estamos a trabalhar não só para disponibilizar

as habitações que anteriores governos prometeram e nunca fizeram, como também as habitações com as quais nos comprometemos, incluindo as do PRR.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Simultaneamente, os apoios à habitação estão a ser melhorados para acautelar respostas aos desafios conjunturais e estruturais.

Se no Plano para 2024 – ou seja, há pouco mais de seis meses – foram alargados os critérios de elegibilidade e majorados os apoios aos apoios de autoconstrução e “Casa Renovada, Casa Habitada”, para 2025 propomos também um regime de arrendamento com opção de compra para que habitações construídas no âmbito do PRR e dos recursos da Região possam ser atribuídas aos jovens e à classe média, sem esquecer as famílias com carência habitacional.

No mesmo sentido, no próximo ano vamos ainda majorar em 50% os contratos de arrendamento entre a Região e os proprietários de habitações para subarrendamento – para aproximar este apoio dos preços praticados no mercado de arrendamento e aumentar a oferta disponível – e majorar em 20% os apoios concedidos às famílias para arrendamento de habitação própria, o que vai permitir desonerar o peso do arrendamento de habitação no orçamento das famílias açorianas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os açorianos sabem que este é um governo que não deixa ninguém para trás.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A inclusão, a coesão, o crescimento e o desenvolvimento próspero dos Açores não pode estar dissociado do investimento na Qualificação e no Emprego.

Por isso, este é um Plano que promove o rendimento dos trabalhadores e o bem-estar das famílias e empresas, gerando mais confiança no mercado de trabalho.

Mais qualificação, mais estabilidade, melhor rendimento, maior produtividade.

Este é um compromisso que se renova no Plano para o próximo ano, para que as políticas públicas possam continuar a conduzir os açorianos a uma maior estabilidade laboral e ao aumento da remuneração média dos trabalhadores.

Os apoios à qualificação de empregados e desempregados, de jovens e adultos vão continuar a ser centrais na governação, num trabalho conjunto com Escolas Profissionais, Entidades Formadoras Certificadas e Entidades Empregadoras, conforme plasmado na Agenda Regional para a Qualificação Profissional.

Para 2025, está definido um conjunto alargado de medidas para dignificar as profissões, para estimular a qualidade do emprego, a reconversão profissional de desempregados para setores com necessidades de mão-de-obra ou ainda a criação do próprio emprego e o empreendedorismo, como forma, inclusive, de fixar população e promover o desenvolvimento do tecido empresarial local.

Simultaneamente, vamos avançar com uma ambiciosa intervenção junto dos desempregados com mais vulnerabilidade perante o mercado de trabalho, no âmbito do novo Mercado Social de Emprego que vem substituir um diploma que está em vigor nos Açores há mais de duas décadas - repito, há mais de duas décadas!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em 2025, vão ser criados incentivos ao empreendedorismo inclusivo, à criação e manutenção de postos de trabalho ou medidas de apoio a

trabalhadores com deficiência, numa intervenção para a inclusão dos desempregados com baixa empregabilidade que responsabiliza a Administração Pública, as Instituições Sociais e as Entidades Empregadoras.

As empresas e a economia dos Açores precisam de todos e a autonomização por via do rendimento obtido pelo trabalho é essencial para que os açorianos possam livremente decidir e conduzir os seus projetos de vida pessoal e familiar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Plano reflete escolhas que interessam aos açorianos, porque investe na capacitação e na emancipação dos jovens, porque reconhece o direito das famílias à habitação e porque promove o talento e o potencial dos açorianos.

Prosseguimos determinados e com a confiança dos açorianos no cumprimento desta missão.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A falta de habitação nos Açores tem sido um problema crescente, que tem afetado muitos açorianos, em especial os casais mais jovens que como é sabido, não estão a conseguir adquirir uma habitação.

Este Plano e Orçamento para 2025, também com o contributo do CHEGA, apresenta um projeto robusto que mais importante do que estar no papel, tem mesmo é que ser aplicado.

Programas de apoio como: *Famílias com Futuro*, incentivo ao arrendamento, apoios à construção, na modalidade de autoconstrução, são programas que poderão ajudar a mitigar este problema, mas não suficientes.

É preciso continuar esta aposta no sector da habitação na Região, com a promoção de mais habitação nos Açores, colocando como prioridade o acesso dos jovens e das famílias de classe média a habitação acessível.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Para isso, a modalidade do arrendamento com opção de compra tem de estar devidamente regulamentada e isso tem de ser feito sem mais demoras, algo que o PS, em anos de governação, nunca fez.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: A necessidade de construção de novas habitações é crucial em todas as ilhas dos Açores e tem de ser uma prioridade para este Governo e para esta Assembleia.

É necessário apoiar as famílias com dificuldades em adquirir casa própria, através de subsídios à renda ou apoio à aquisição de imóveis.

É necessária a construção de novos empreendimentos habitacionais, o que pode ajudar a melhorar a oferta de casas.

É necessária uma melhor promoção do mercado de arrendamento, tentando assim combater o aumento descontrolado dos preços das rendas.

Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, o problema da falta de habitação nos Açores continua a ser um desafio, mas com persistência e vontade de fazer mais e melhor, tenho a certeza de que chegaremos a bom porto e se ultrapassarão todos estes obstáculos.

É fundamental que todos tenham direito a uma habitação, rompendo com políticas do passado assistencialistas e que apenas têm permitido que somente

famílias com maior poder económico ou subsídio-dependentes tenham acesso às mesmas.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: A classe média tem de ter a possibilidade de ter acesso à habitação a preços compatíveis com os seus rendimentos.

O CHEGA entende que o problema da Habitação nos Açores só pode ser resolvido, se forem criadas ferramentas concretas que permitam aos açorianos saírem desta situação dramática, dando assim condições às famílias para poderem construir e aumentar o seu património habitacional. Este é um compromisso que tem de ser assumido pelo Governo, levando a cabo um plano de ação claro, eficaz e com prazos definidos.

Sra. Secretária, pode contar com o CHEGA nesta demanda.

O CHEGA sempre disse que não era um problema e sempre assumiu querer ser parte da solução governativa.

Vamos contribuir com propostas e queremos ser um parceiro deste Governo.

Disse!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, ao debatermos a habitação, não podemos esquecer aqueles que diariamente enfrentam dificuldades para pagar a prestação bancária ou a renda mensal, os que suportam despesas familiares crescentes e os que vivem angústias ainda maiores ao tentar alojar os filhos deslocados.

Esta realidade reflete-se por todos os Açores: relatos de ansiedade, preocupação, insatisfação e desconfiança no Governo Regional, que não apresenta soluções robustas nem cumpre com os seus compromissos.

Sim, são anseios, Sras. e Srs. Deputados, são preocupações dos açorianos!

Deputado Flávio Soares (PSD): Não apoiado!

O Orador: É de ansiedade e preocupação que se trata quando a população se depara com o brutal aumento do custo de vida, sobretudo, na habitação e especialmente sentido pelos mais jovens.

É ansiedade e preocupação quando devido aos desafios estruturais no acesso à habitação, a população se depara também com o aumento do problema da sobrelotação habitacional, com consequências na saúde, bem-estar e na educação daqueles que são abrangidos por este problema.

Mas também é desconfiança que sentem os açorianos!

Desconfiança no Governo Regional, por não conseguir apresentar medidas robustas e ainda mais pelo incumprimento reiterado dos compromissos assumidos nesta área.

Sras. e Srs. Deputados:

A habitação nos Açores continua a ser um dos maiores desafios sociais que enfrentamos, agravados por um contexto insular, que têm um impacto transversal em muitos setores de atividade e de vivência da população das nossas ilhas.

Um problema que, apesar dos orçamentos anuais apontarem verbas consideráveis para programas de apoio à habitação, financiados pelo PRR, se mantém longe de uma solução satisfatória, gerando descontentamento na população e perpetuando problemas estruturais.

Não podemos permitir que, ano após ano, sejam anunciados programas ambiciosos para a habitação, mas as famílias açorianas continuem sem ver resultados concretos, presas num ciclo de promessas incumpridas e vazias.

Consciente desta urgência, o Partido Socialista apresentou 11 medidas ao Presidente do Governo, algumas das quais focadas em resolver problemas habitacionais prioritários...

Deputado Luís Raposo (PSD): Do que já está a ser feito não é?!

O Orador: ... como o acesso à habitação para jovens e famílias em dificuldades, seja para arrendamento, compra ou construção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS/Açores defende soluções inovadoras, com parcerias privadas e cooperativas de habitação, para disponibilizar habitações a custos controlados e reduzir os custos de construção.

E tal como defendeu, desde o início, o presidente do PS/Açores, não nos limitamos a fazer o diagnóstico. Temos concretas que podem fazer a diferença na vida dos Açorianos.

Nesse sentido, o GPPS apresenta várias propostas de alteração nesta área, consciente de que estas serão capazes de ajudar os açorianos a suportar o peso das despesas mensais inerentes ao sustento de uma família, bem como um incremento na procura de melhores soluções habitacionais.

Para os estudantes deslocados, propomos a **criação de um programa de apoio às despesas de alojamento dos alunos do ensino superior deslocados, que assegure, a partir de 1 de março de 2025, a comparticipação mensal de um apoio direto a 50% do custo da renda de habitação, até ao limite de 200 euros por mês, por aluno deslocado.**

Para os jovens que não conseguem uma habitação a preços acessíveis, propomos a criação de um **programa com o objetivo de aumentar significativamente a oferta de habitação para jovens, através de diferentes medidas de incentivo, como sejam:**

a) **Colocação no mercado de imóveis existentes para arrendamento ou venda habitacional;**

b) Reabilitação/beneficiação de imóveis destinados a arrendamento ou venda habitacional;

c) Construção de imóveis para venda ou arrendamento habitacional.

Com esta proposta, pretende-se aumentar em muito a oferta de habitação destinada a jovens e famílias de médio rendimento, abrangendo modalidades como o arrendamento, a aquisição, a reabilitação, a beneficiação e a construção. Para as famílias, propomos o reforço na medida de arrendamento acessível, com a **criação de um apoio ao arrendamento para habitação, destinado a famílias e a pessoas singulares, que permita aumentar significativamente a oferta de habitação do mercado de arrendamento, de forma a responder a quem não tem capacidade de recurso ao crédito, bem como a quem, por opção, prefere a modalidade de arrendamento.**

É também reforçado o **apoio à reabilitação urbana de habitação, não só para famílias, mas também para pessoas singulares, que para além de possibilitar a reabilitação, deverá incluir a aquisição de imóveis devolutos ou degradados, com o objetivo de os destinar a fins habitacionais.**

Propomos ainda alterações ao **Programa “Casa Renovada, Casa Habitada”**, para que se altere o valor de referência para obras de reabilitação de imóveis degradados, particularmente em zonas rurais, contribuindo assim para a fixação da população e para a recuperação do parque habitacional, aumentando a oferta de habitação no mercado de arrendamento.

Sras. e Srs. Deputados:

Estas propostas são o reflexo de que cumprimos o compromisso que assumimos com os Açorianos. Que somos uma alternativa responsável, focada no futuro dos Açores e em melhorar a vida da nossa população.

Esperamos, por isso, que as propostas aqui apresentadas sejam reconhecidas por todos com consciência e responsabilidade, por forma a melhorarmos as respostas no setor habitacional.

É inadmissível que com recursos extraordinários como os fundos do PRR, a habitação continue a ser uma promessa adiada.

O Orçamento para 2025 deve romper com este ciclo de inércia, garantindo execução rigorosa, planeamento transparente e compromisso político.

A falta de uma casa digna é uma ferida aberta na sociedade açoriana.

Resolver este problema não é apenas uma obrigação política; é uma questão de justiça e respeito pelos nossos cidadãos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A crise da habitação passa e temos um Governo que fica apenas a ver.

O aumento dos custos da habitação, para dar apenas um exemplo, o valor mediano de renda de habitações nos Açores, em 2019, era de 779 euros, hoje é de 1145. O mesmo se passa com o arrendamento.

A única política relevante que se tem desenvolvido nos últimos anos para a habitação é o PRR. E ainda assim, se por cada nota de imprensa que o Governo faz sobre mais um concurso ou um contrato ficasse o problema solucionado, já teríamos grande parte do problema da habitação resolvido.

Deputado Flávio Soares (PSD): Magia!

O Orador: O problema é que não passam de notas de imprensa.

O PRR é, para além disso, uma gota de água para resolver a crise da habitação.

Novos investimentos em habitação pública para o período pós-PRR já deveriam estar a ser preparados. Pelo contrário, o Governo anuncia uma venda de imóveis

na Região que poderiam ser sim reabilitados, já deveriam estar a ser reabilitados, para criar habitação pública.

Ao mesmo tempo que se anunciam obras para construção de habitações, o Governo deixa o mercado totalmente desregulado. Não há construção de habitação pública que surta efeito quando ao mesmo tempo, dezenas, centenas de casas deixam de ser casas onde pode viver gente, para passarem a ser alojamento temporário.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Pergunte ao Robles.

O Orador: Não há políticas de habitação que resistam a isso. Temos freguesias nos Açores com 25% de alojamento local; freguesias com 13%; temos Santo Amaro no Pico com 25%; Furnas em S. Miguel com 13%; várias freguesias no Concelho de Ponta Delgada, acima de 10%. Não há habitação pública, não há política pública que resista a isso.

Iremos propor a suspensão de novas licenças de alojamento local nas freguesias com mais de 2,5% de alojamento local. Iremos propor alterações ao programa *Famílias com o Futuro* que não está atualizado, nem se coaduna com as necessidades atuais, por exemplo, com candidaturas que se abrem apenas no mesmo ano.

É preciso efetivamente uma política de habitação por parte deste Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra, o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu tinha uma pergunta a fazer à Sra. Secretária que já num anterior plenário fiz sobre a questão da mão de obra qualificada e sobre a oferta formativa das escolas profissionais. Até na altura o Deputado Flávio Soares veio em sua

defesa dizer que havia uns inquéritos. Os inquéritos existem, o problema é que existe oferta formativa e depois os alunos não têm motivação para se candidatar aos cursos que o mercado de trabalho precisa. E refiro, por exemplo, eletricitas, cozinheiros, cuidadores de idosos, pedreiros, soldadores, técnicos de frio, técnicos de mecatrónica, técnicos de informática e técnicos de higiene e segurança do trabalho.

Tem que haver uma posição do Governo de deixar de financiar cursos que não servem para nada. Formam as pessoas, gastam dinheiro com os professores, gastam as escolas profissionais e o mercado de trabalho não precisa deles. Há demasiados assistentes sociais e demasiados cursos que não têm qualquer utilidade, porque não há procura. A questão é que faz-se os inquéritos, abre-se as vagas e, depois, ninguém se candidata, ou seja, criem um incentivo para as pessoas irem para os cursos que o mercado de trabalho precisa. E, nesse sentido, eu questiono, a Sra. Secretária:

O que é que o Governo pensa fazer para alterar este estado de coisas que é calamitoso?

Isso é que faz aumentar – o que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda disse - a construção; é exatamente a falta de mão-de-obra qualificada, porque nós estamos quase em pleno emprego e o Sr. Secretário das Finanças obriga as empresas a contratar pessoas, acabando por ser uma inutilidade, pois não há pessoas para contratar, porque têm pleno emprego. O que resta é falta de mão de obra qualificada e falta aqueles que não querem trabalhar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

(*) Deputado Luis Raposo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Folgo em saber que o Partido Socialista, de uma maneira leviana, tenta passar uma área muito importante para a Região Autónoma dos Açores como é a juventude.

Leva-me a crer que há aqui alguma concordância de que as políticas públicas que têm sido adotadas por este Governo, têm a concordância do Partido Socialista e da Juventude Socialista, como comprova o Conselho de Juventude dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo também está a ser leviano em não responder!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Ano após ano, temos assistido a um investimento como nunca no que concerne à juventude. Atualmente, fala-se de juventude, e bem, como nunca. E os jovens açorianos têm uma Direção Regional da Juventude e uma Secretaria Regional dialogante, cooperante e disponível.

Atualmente, os jovens açorianos estão melhor, sem que este bem-estar tenha que depender da cor da militância do cartão que possam ter ou não na sua carteira, ao contrário do que se disse no plenário passado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Carlos Silva, os jovens não se sentem obrigados a emigrar por culpa deste Governo. Sentem-se obrigados a emigrar pelo vosso legado desastroso que deixaram nos Açores e no País.

Queremos reverter o retrato socialista em que 1 em cada 3 jovens emigrou; dos que ficaram, 1 em cada 4 ficou desempregado; dos empregados, 3 em cada 4 recebe menos de mil euros.

Este é o vosso legado aqui e no País e nós estamos a reverter isso com políticas públicas por parte deste Governo e do Governo da República.

O investimento real para a juventude poderá superar os 3,5 milhões de euros, um valor recorde nas últimas décadas nos Açores.

Estamos, por isso, perante uma proposta de Plano para a Região que concretiza as orientações de médio prazo previamente definidas.

Trata-se de um orçamento que continua a ser bom para os jovens açorianos, garantindo a consistência de resultados com a juventude açoriana e para a Região, potenciando as novas gerações.

Este é um orçamento para uma Região que pretende aumentar os índices de participação cívica, assim como a sua integração socioprofissional, continuando a aposta no associativismo e no voluntariado, renovando o investimento na mobilidade inter-ilhas e no continente, valorizando sempre o empreendedorismo e as competências digitais.

No que diz respeito ao associativismo, nós revimos a portaria do Sistema de Incentivos ao Associativismo Juvenil 11 anos depois e o resultado está à vista de todos: temos mais associações nos Açores no registo do que em 2019.

O sistema de apoio para as atividades das associações, com o Partido Socialista, era de uns míseros 90 mil euros. Connosco temos mais 40 mil euros para as associações juvenis.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que é que o PS faz?

Assobia para o lado, por ciúme do sucesso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O novo programa de Voluntariado do Jovem Regional e a reformulação prevista neste Plano para o ATL Jovem, comprovam a constante disponibilidade da DRJ e desta Secretaria em manter-se atenta às necessidades e às preocupações da juventude açoriana. Uma governação que orienta para o despiste vocacional e estimula o trabalho e o esforço de cada um. O que antes levava cerca de 15 anos para ser revisto, hoje, nós revemos de quando em quando, ano após ano. Isto só demonstra quem realmente se preocupa com os jovens açorianos e quer descansar os jovens açorianos. Nós somos a vossa verdadeira voz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Lamento, mas não lhe deleguei essa competência.

O Orador: Relativamente às competências digitais, folgo em saber que estamos a cumprir de forma responsável aquelas que são as diretrizes europeias, estando certo de que o aumento das competências dos nossos jovens terá um impacto direto na economia local e nas suas empresas, continuando a baixar o desemprego jovem que entre 2022 e 2024 baixou cerca de 22%.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E o que é que o Partido Socialista faz?

Não gosta, porque tem ciúme do sucesso desta governação.

A criação da medida *Valorização Salarial* já apoiou a fixação de 91 jovens na Região num período mínimo de 5 anos.

O que é que o PS propõe?

Exatamente o que nós estamos a fazer.

Sobre o *cheque-livro*, quero congratular-me pela adesão em massa das nossas livrarias que em 2 meses, já são mais de 15 livrarias e já temos 5 das 9 ilhas representadas. E as que não estão representadas, este Governo suporta o custo de transporte desses mesmos livros.

Estamos a pagar 2 viagens aéreas por ano aos nossos estudantes.

Estamos a apoiar no valor das propinas.

Aumentámos o prémio de ingresso no ensino superior.

Iremos devolver o IRS para os jovens que voltem para os Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata (que não está na sala), queria perguntar-lhe se, depois disto, ainda acha que os jovens açorianos, à data de hoje, estão piores do que no passado? Não estão.

E o Sr. Deputado Regional e Presidente da Juventude Socialista, como foi provado no Concelho de Juventude dos Açores, concorda com estas políticas, porque votou favoravelmente o Plano e Orçamento para 2025.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Jovens açorianos:

Os Açores têm mais futuro do que passado.

Estamos no bom caminho.

Só temos que continuar e contamos com vocês.

Podem contar connosco para continuarmos a devolver a esperança na vossa Região.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(Neste momento o Deputado Lubélio Mendonça retomou o seu lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA tem teimado, como bem disse a minha colega Olivéria Santos, nesta questão da habitação, porque é uma urgência para quem cá vive e para que continue a viver, especialmente os jovens.

Nós focamo-nos neste Orçamento e naquilo que fez parte das negociações com o Governo Regional, na autoconstrução e porquê? Porque a autoconstrução também é liberdade. A autoconstrução também permite cada um poder fazer à sua medida, como gosta, com a ajuda dos seus parentes, dos seus amigos, como se fazia há 30 anos atrás. Durante décadas, nós vimos um assistencialismo na habitação **vergonhoso!** Ou se tinha dinheiro para ter uma casa, ou se pedia ao Governo para lhes arranjar uma casa. Isto não é os Açores que eu defendo, jamais! E isto aconteceu.

Sra. Secretária, vou-lhe dar pela primeira vez os parabéns, porque há todo um trabalho que não se vê, que não é – digamos - *corneta* na opinião pública, no bom sentido, mas sei que existe, porque o governo tem dado conta desse trabalho ao seu parceiro que é o CHEGA, um trabalho solitário, em silêncio, mas do qual iremos ver consequências no futuro. É urgente!

A senhora tem um obstáculo, neste momento, enorme. Chama-se a “burocracia do Estado”. Nós temos que acabar com a burocracia do Estado e não é como diz o Bloco de Esquerda, que se deve acabar com os AL, porque são os donos dos AL que trabalham e que pagam ao banco. Não é assim que se resolve o problema da habitação. Isso é dizer ao Estado que pegue naquilo que é das pessoas e dê a outras pessoas que nada querem fazer!

Sra. Secretária, está no bom caminho e tudo o que precisar do CHEGA, estamos aqui para ajudar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Deputado Pedro Neves (PAN): O seu gabinete vai aumentar, Sra. Secretária.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivem-se tempos desafiantes, há queixas, é certo, mas baixámos os impostos para todos, apoiamos as famílias com programas como o *Nascer Mais* para todos, creches e amas gratuitas para todos...

Deputado Carlos Silva (PS): O CHEGA diz que não é para todos.

O Orador: ... manuais escolares gratuitos para todos, entre muitos outros apoios às famílias. Para os nossos jovens, o trabalho tem sido exemplar, nunca foram tão valorizados como hoje, desde o pagamento de 2 viagens anuais aos estudantes deslocados, passando pelo *cheque-livro*, o Prémio de Mérito de

Ingresso no Ensino Superior, bolsas de estudo, apoio ao pagamento propinas até à criação prevista e iminente neste Plano e Orçamento do Gabinete de Apoio ao Estudante Deslocado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Nos últimos 4 anos, o Governo dos Açores trabalhou muito para resolver problemas antigos. Muitos terrenos e projetos estavam bloqueados por questões legais e burocráticas e não era possível construir casas. Passámos 3 anos a desembrulhar estas dificuldades, regularizando terrenos, loteamentos e projetos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Foi um trabalho essencial para, finalmente, este Governo de Coligação avançar para a construção de novas habitações.

Durante anos esta área esteve parada devido à falta de ação e à má gestão de governos anteriores. O nosso Governo de Coligação decidiu agir de forma diferente, enfrentando os problemas com seriedade e esforço. Foi um processo demorado, mas conseguimos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Hoje, já estamos a construir em locais como S. Brás, Foros Solmar, Trás-os-Mosteiros e Bairro de Nossa Senhora de Fátima.

Até ao momento, o Governo já tem construídas 25 casas, reabilitou 110 e já cedeu 37 lotes para construção.

Estes exemplos mostram o compromisso do Governo em trabalhar com responsabilidade e fazer as coisas bem. Muito mais está previsto e muito mais vai ser feito.

A habitação é uma prioridade para as famílias açorianas. Não basta construir casas. É preciso garantir que tudo está em ordem e legal e que tudo tem qualidade de construção e é isso que temos estado a fazer e continuaremos a fazer.

Estas são medidas concretas que fazem a diferença, não beneficiam apenas os jovens, mas também as suas famílias, refletindo o compromisso e a marca distintiva da nossa governação.

Como seria se os Açores não estivessem a ser governados pela nossa Coligação PSD/CDS/PPM?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Os trabalhos recomeçaram às 12h00.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Chaves.

(*) Deputado Paulo Chaves (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, pedi a palavra para intervir na área da juventude e para falar em bons resultados para os jovens açorianos, o que é caso para dizer que temos mesmo mais futuro do que passado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Ora, entre setembro de 2019 e dezembro de 2024, reduzimos o desemprego jovem em 45% em termos absolutos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Se isto não é alavancar o elevador social, não sei o que será. E, portanto, desde já, um voto de congratulação ao Governo de Coligação na área da juventude.

Os jovens , hoje, têm mais oportunidades nos Açores. Nunca, como agora, se investiu tanto na atração e fixação de jovens para a Região Autónoma dos Açores. Nunca, como agora, se investiu tanto nos apoios ao início na carreira profissional dos jovens. E o pacote *Mais Jovem* explicita bem a afirmação que aqui faço. E, portanto, mais uma vez, porque é bom também falar em dados positivos, quero congratular o Governo da Coligação por este forte investimento na juventude açoriana. Quem ganha são os jovens açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Gualberto Rita.

Deputado Gualberto Rita (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que consta no Plano e Orçamento para 2025, para o Concelho da Povoação, tal como o de 2024, não atende às necessidades da população de forma eficaz e não passa de um atirar de areia para os olhos das populações, com verbas em rubricas que demonstram claramente que este Governo não tenciona avançar com apoios para a população em 2025.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ai não?!

O Orador: Dos 64 milhões de euros atribuídos aos Açores através do PRR para a habitação, apenas 243 mil euros chegam ao Concelho da Povoação destinados à empreitada de reabilitação de 9 imóveis. Este montante, manifestamente insuficiente, levanta questões sobre as reais prioridades e abrangência deste investimento.

Deputado Flávio Soares (PSD): Isso é falso!

O Orador: Pergunto:

O que será feito das restantes habitações do concelho, propriedade do Governo Regional, que permanecem devolutas e abandonadas?

Estas casas, apesar de necessitarem de intervenções urgentes, não estão abrangidas neste Plano de Investimento.

Continuarão esquecidas, enquanto a população deste concelho enfrenta dificuldades reais no acesso à habitação?

Disse.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar.

Deputado Francisco Gaspar (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, hoje, e recentemente pela voz do Sr. Deputado Gualberto Rita, referiu um cenário mau no que diz respeito à habitação no Concelho da Povoação. Mau e preocupante. Realmente é preocupante, porque nos últimos anos de governação do Partido Socialista, na Povoação, investiu-se muito pouco, particularmente em apenas 71 habitações.

Este Governo tem vindo a fazer diferente. E ao longo deste mandato, isto é, em 4 anos, foram intervencionadas 135 habitações, desde construções, reabilitações e cedência de lotes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas também é preocupante a questão da habitação no Concelho da Povoação, Sr. Deputado, porque o comportamento da atual Câmara Municipal da Povoação que critica muito, apregoa muito mas executa nada, das 113 candidaturas que a Câmara fez ao abrigo do PRR, das quais 88 são novas habitações e 15 reabilitações, foram todas reprovadas. E porquê?

O motivo da reprovação das candidaturas foi: “apresentação das candidaturas fora do prazo”.

Isto é lamentável e vergonhoso!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Está tudo dito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gualberto Rita.

(* **Deputado Gualberto Rita (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Gaspar:

O Partido Socialista não sente vergonha de reclamar aquilo que é legítimo para o Concelho da Povoação e àquilo a que tem direito. Como não temos também vergonha de relembrar que as obras do Governo Regional que decorrem no Concelho da Povoação são iniciativas do Governo do Partido Socialista, aliás, as mesmas que foram e serão inauguradas por este Governo Regional. E relembro: o Quartel dos Bombeiros da Povoação - obra do Partido Socialista; semi-túnel da Ribeira Quente, inaugurado por este Governo - também obra do Partido Socialista; e, agora, mais recentemente, a variante das Furnas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque é que os senhores não inauguraram?

O Orador: Mas mais importante que tudo, é perguntar se o Sr. Deputado e a Sra. Secretária estão ou não satisfeitos com o facto de que de 64 milhões de euros, só 234 mil é que estão afetos à habitação na Povoação?

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar.

Deputado Francisco Gaspar (PSD): Obrigado, Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu devolvo a questão ao Partido Socialista e particularmente ao Sr. Deputado Gualberto Rita, relativamente àquilo que está previsto para a Povoação.

Sabe o que é estava previsto nos orçamentos do Partido Socialista para com o Governo da Coligação? Nada!

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego (*Maria João Carreiro*): Nada! Em 8 anos fizeram uma casa!

O Orador: Digo-lhe mais, Sr. Deputado, eu não esperava que o senhor fizesse esta intervenção agora sobre a questão das obras públicas e dos investimentos na Povoação. Pese embora, estarmos a tratar duma outra área (juventude), o senhor puxou essa outra área sobre a qual eu não posso ficar em silêncio. Sendo assim, vamos falar um bocadinho aqui sobre acessibilidades no Concelho da Povoação.

Duma forma cronológica, vamos referir primeiramente a estrada da da Ribeira Quente.

Em 97 quando aconteceu aquela calamidade na Ribeira Quente, o então Secretário José Contente, aproveitando a consternação dos ribeiraquentenses anunciou que se iria fazer um estrada alternativa àquela freguesia. Pois, em 2009, no jornal “Açoriano Oriental”, estava escrito o seguinte:

“o Governo põe na gaveta promessa de 97 para construir caminho alternativo”.

(Neste momento, o Deputado Francisco Gaspar exhibe um documento)

O Orador: Relativamente à acessibilidades no Concelho da Povoação, em 20 de março de 2012, o candidato socialista a Presidente do Governo referiu:

“Melhor acesso à Povoação será prioridade de Vasco Cordeiro”.

Depois é dito:

“Vasco Cordeiro considera e prometeu a construção de um túnel entre Furnas/Povoação” – isto em 2014.

Em 2015, outra vez a mesma história.

Mas voltando ainda à estrada da Ribeira Quente, recordo aqui uma afirmação que o Sr. Deputado Gualberto Rita fez, enquanto Presidente da Junta de Freguesia, respondendo às afirmações e ao descontentamento do Sr. Presidente de Câmara de então, sobre a

promessa feita pelo Partido Socialista relativamente à estrada alternativa à Ribeira Quente. O senhor garantia que “as promessas do Governo têm sido cumpridas e não será esta que ficará por cumprir”.

Eu pergunto, Sr. Deputado, que promessas foram essas que foram cumpridas?

Que diligências foram feitas por V. Exa. relativamente a essas matérias?

Isto é lamentável e vergonhoso!

Tenho dito.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luis Raposo.

(*) **Deputado Luís Raposo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Folgo mesmo em saber que se confirma que o Partido Socialista não tem voos para a juventude e não se preocupa com as políticas para a juventude.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A habitação é o primeiro passo para a constituição de família, é o primeiro passo para muitos e tantos sonhos, objetivos e concretizações familiares.

Em matéria de construção e reabilitação de habitações nos Açores, também estamos a fazer bem e diferente, comparativamente com o legado que recebemos das governações de Vasco Cordeiro. 71 casas em 8 anos, uma média inferior a uma casa por ano, por ilha, Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): 1 casa em 4 anos é muito melhor não é?!

O Orador: Sra. Deputada, em 3 anos, este Governo da Coligação já construiu 25, reabilitou 110 e cedeu 37 lotes, totalizando 172 habitações.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Deputada Andreia Cardoso, eu sei que estes números incomodam, mas é caso para dizer que o que a senhora destruiu, o Sr. Presidente Bolieiro está a construir e a devolver a esperança aos açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O Deputado Francisco César veio propor ao Governo Regional aquilo que já está a ser feito. Esta postura do Deputado Socialista não é nada

mais, nada menos do que a concordância com as políticas que têm sido implementadas por este Governo.

Nós somos o exemplo que V. Exas. queriam ser e tiveram a oportunidade durante 24 anos para o fazer e não o fizeram.

Aqueles que nos acusam de nada fazer, são exatamente os mesmos que não assumem as suas responsabilidades por não terem feito.

Em matéria de habitação, o PS também se apresenta da seguinte forma: “não fiz, mas também não quero que vocês façam!”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ora aí está!

O Orador: A Sra. Deputada Andreia Cardoso, num dos seus discursos aqui nesta Casa, afirmou:

“Não contem connosco para sermos os coveiros dos Açores”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso foi na pesca!

O Orador: Oh Sra. Deputada, devolvo-lhe a pergunta: foi ou não foi uma coveira dos Açores durante 24 anos?!

Diga lá, estamos ou não estamos melhor à data?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Claro que estamos!

O Orador: O Partido Socialista insiste em apelidar o trabalho que tem vindo a ser feito nesta matéria pelas *casas de papel*. Mas a verdade é que nas governações socialistas nem papel havia, eram meros anúncios, principalmente antes de eleições regionais.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Olhe é como nas escolas agora!

O Orador: E, neste sentido, quero dar os parabéns ao Governo Regional por ter passado efetivamente da propaganda política à ação.

Refiro-me, naturalmente, ao que já está consignado (até vou beber um pouco de água, porque são tantos):

- Loteamento das Candeias, 24 moradias nos Fenais da Luz – 24 anos depois.
- A construção de apartamentos multifamiliares na Maia para 12 famílias;

- O Loteamento da Achadinha com a construção de 15 novas moradias (prometidas há mais de 20 anos);
- O empreendimento Trás-os-Mosteiros, também na Ribeira Grande, que reforçará a oferta pública em 52 apartamentos que se arrastava há 16 anos, Sr. Deputado Carlos Silva.
- Os Foros Solmar na Vila Franca, 23 moradias.
- Ginetes 5 moradias;
- Prestes 4 moradias;
- Nossa Senhora de Fátima na Terceira, 39 moradias;
- Galega 9 moradias;
- Casteletes em S. Jorge, 4 moradias.

Nós estamos a cumprir as vossas promessas com mais de 20 anos.

Lembram-se como deixaram o problema do aeroporto de Santa Maria?

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Diga lá o que é que fizeram?! Quantas casas é que venderam entretanto?!

O Orador: Nós estamos a fazer mais e melhor. Passámos efetivamente da propaganda à ação.

O Partido Socialista e o Deputado Francisco César têm ensaiado uma narrativa de que não existe habitação para jovens nem para a classe média. É falso. Segundo o que tem vindo a ser anunciado, a opção através do arrendamento com a opção de compra, o Artigo 51º e a majoração prevista no Artigo 50º, provam que estamos a fazer mais e melhor para os jovens e para a classe média, sem nunca esquecer os mais desfavorecidos. Agora, que poderá haver algum desconhecimento do Partido Socialista, eu até concordo, ou até um fingimento de desconhecimento. Se estas habitações não são para jovens, são para quem, Sra. Deputada? São para os avós dos jovens?! São para os pais dos jovens?! Jovens que levam uma média de 30 anos para sair da casa dos pais por causa das vossas políticas públicas! Não são para jovens estas casas?!

Recentemente, o CESA, no passado dia 20 de outubro, anunciou:

“No que concerne ao PRR de habitação, neste momento, no que toca aos marcos e metas, está tudo em dia”. E acabei de verificar a taxa de execução que se fixa nos 36%, enquanto a nível nacional fixa-se nos 21,48%.

Deputado Carlos Silva (PS): A execução material ou financeira?

O Orador: O Ministro da Coesão anunciou o seguinte:

“A execução na Região está acima da média nacional”. Novamente os Açores a serem exemplo para o País e é isso que vos incomoda!

Deputado José Ávila (PS): Esse “novamente” quer dizer muita coisa!

O Orador: Esta semana foi publicado um artigo por um camarada de esquerda que diz o seguinte:

“A política de habitação não se reinventa, faz-se com antecipação, continuamente com planeamento” - coisa que a Sra. Deputada não fez. E continua:

“A inércia de tantos anos, sem políticas efetivas de habitação esgotou quaisquer eventos, bolsas remanescentes de terrenos, habitações, entre outros, situação que não é de estranhar, porque foi esquecida anos a fio, pelo menos desde 2008”. Está aqui escrito, Sra. Deputada, desde 2008.

O Governo dos Açores faz mais com menos.

José Manuel Bolieiro faz mais com menos recursos, enquanto os senhores tinham os recursos e nada fizeram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Entendo que a oposição não queira elogiar o Governo nesta matéria, entendo mesmo que não o faça. Mas também não o critique sem razão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

(*) Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima, Sr. Deputado José Eduardo, Sr. Deputado Gualberto Rita:

O quadro de habitação é desafiante, não haja dúvida, mas não queiram tornar este quadro tão negro e não reconhecer aquilo que foi feito e bem feito por este Governo Regional.

Portanto, ignoram que a falta de habitação foi falta de estratégia, planeamento de anteriores governações, porque a verdade, Srs. Deputados, é que se o Partido Socialista tivesse tido a capacidade de planear e desenvolver uma estratégia em nome da habitação, certamente teríamos uma bolsa de casas muito maior do que a que existe na realidade. Mas cá estamos nós para fazer a diferença e para cumprir aquilo que prometemos fazer.

Sra. Deputada Olivéria Santos:

De facto, é essa a postura a tomar, ou seja, a dum reconhecimento de que há um problema, mas estamos juntos para encontrar soluções e não para propor aquilo que já está a ser feito.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Queremos é novas soluções, é isso que se espera deste Parlamento, por parte dos açorianos e açorianas, ou seja, soluções diferentes, outras medidas além daquelas que estão a ser tomadas por este Governo Regional. E a verdade é que as soluções foram encontradas, entre as quais potenciar o PRR.

Nunca é demais relembrar que no PRR já foram concluídas 130 habitações, em execução temos 258 habitações, o que envolve o investimento de 30 milhões de euros.

Importa aqui relembrar – algumas já foram mencionadas – o Loteamento de São Pedro na Maia, 12 habitações; 13 no Loteamento de S. Brás; 15 moradias na Achadinha, um loteamento que até virou uma horta comunitária, cujo projeto remonta a quando...? A 2008.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: 23 habitações em Foros Solmar; 39 habitações no Bairro de Nossa Senhora de Fátima; 4 habitações nos Prestes; 5 habitações nos Ginetes; 52 moradias em Trás-os-Mosteiros; 8 reabilitações na Ribeira Grande; 24 lotes nas Candeias – vejam lá, um projeto que anunciaram em 2008, puseram uma placa, mas esqueceram-se de registar o alvará do loteamento e nem sequer emitiram o alvará de loteamento.

Como é que se anuncia o projeto sem emitir o alvará de loteamento e registá-lo?!

Nós fizemos a diferença.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas poderia enumerar um leque ainda maior.

Importa, também, dar nota - porque é isso que gera confiança e esperança nos açorianos - que ainda temos mais concursos para lançar e que envolvem 260 respostas habitacionais a curto prazo. Sabem porquê? Porque ainda recentemente - na passada a semana - o Sr. Ministro veio dizer que vai ser publicado um decreto-lei que dispensa a revisão do projeto. Aí está. Assim sendo, brevemente teremos mais de 267 respostas.

Estamos a fazer a diferença e é isso que incomoda os partidos da oposição, porque estamos a cumprir aquilo que prometemos. Podemos ir ainda mais longe.

Nós executámos o PRR, alterámos os regimes de apoio à habitação.

No Plano de 2024, há pouco mais de 6 meses, majorámos os apoios dos programas de “casa renovada, casa habitada”, como também alargámos a elegibilidade para beneficiar os jovens da classe média. O que é que se fazia até agora?

Deputado Carlos Silva (PS): “Até agora”?

O seu antecessor na habitação é o Sr. Vice-Presidente.

A Oradora: Só se falava nos mais desfavorecidos. Jovens e classe média nem pensar, nem olhar para eles. Mas cá estamos nós para fazer a diferença. Ainda assim, sabemos que não é suficiente. E o que é que viemos propor a este Parlamento? Que se altere o programa *Famílias com o Futuro*. E vêm agora os partidos da oposição querer alterar aquilo que já nos estamos a propor fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado Francisco Lima:

Não sei de onde é que vêm os números da falta de adesão por parte dos jovens aos cursos profissionais, porque na verdade os dados demonstram o contrário. Vamos lá ver: nós temos os cursos profissionais a aumentar há 3 anos consecutivos, em termos de oferta de cursos disponíveis e de alunos a frequentar estes cursos.

Posso dar nota de que no âmbito da *Formação à Medida, Form-Açores, Qualifica In*, formações até desenvolvidas pelo Centro de Qualificação dos Açores na área do setor civil, da hotelaria, da serralharia e da mecânica,

verificamos que estes formandos, ao frequentarem o curso e estarem devidamente certificados, a taxa de empregabilidade é superior a 90%.

Deputado Francisco Lima (CH): Não é.

A Oradora: E sabe quantos formandos tivemos nessas ações? Tivemos 202 ações com mais de 3000 formandos.

Sabe quantas medidas já temos aprovadas para o *Qualifica In*, nesta 2ª edição? Já temos 107, envolvendo 5 escolas e um investimento de 570 mil euros.

Relativamente aos cursos profissionais nível 4, posso dar nota de que este ano temos nas nossas escolas novos alunos, aqueles que entram pela primeira vez nas escolas profissionais, mais de 900 formandos, mais de 48 cursos.

Portanto, o quadro é bem mais positivo do que há 4 anos atrás.

São estas as notas que eu gostaria de deixar para já.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É hoje amplamente reconhecida a importância de investir no potencial das pessoas, promovendo a sua educação e formação como pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável, independentemente das flutuações dos ciclos económicos.

É também inegável, que indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos enfrentam maior vulnerabilidade às oscilações do mercado de trabalho, sendo, frequentemente, os que mais sofrem com salários insuficientes para garantir uma vida digna e estável.

E é exatamente por isso, que se torna incompreensível a baixa execução das verbas disponibilizadas à Região, tanto ao nível do PRR, cujas metas traçadas dificilmente serão alcançadas, como ao nível do Fundo Social Europeu. Pelo menos até setembro de 2024, a taxa de execução era de 17,83%. Esperemos que à data de hoje, esteja melhor.

No entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista esta taxa revela uma total incapacidade de alavancar a formação profissional, numa região que enfrenta enormes desafios, no combate ao abandono escolar precoce de educação e formação.

Em fevereiro de 2023, o Governo Regional dos Açores estabeleceu o Centro de Qualificação dos Açores (CQA), disponibilizando entre outras formações, cursos de dupla certificação em áreas em tudo semelhantes às de outras Escolas Profissionais, o que não reflete uma estratégia devidamente consolidada, daquilo que na realidade se pretende para este centro de formação e para as restantes Escolas Profissionais. Esta eventual duplicação da oferta formativa, leva-nos a questionar se está realmente a ser feita uma monitorização eficaz dos diferentes indicadores, propostos e elencados na tão famosa Agenda Regional para a Qualificação Profissional.

O turismo na Região Autónoma dos Açores, aumenta a cada novo dia, e são inúmeros os alertas, por parte dos empresários nesta área e também da delegação nos Açores da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, que já em 2023 consideravam a falta de mão de obra “um problema grave, com impacto direto na nossa economia”.

Perante este cenário, não se compreende como é possível que a única escola de formação vocacionada para este setor, a Escola de Formação Turística dos Açores, esteja à deriva, sem rumo, sem uma direção executiva há pelo menos 2 anos, e sem um plano concreto para salvaguardar a falta de mão de obra nas áreas direta e indiretamente ligadas a este sector.

A qualificação profissional tem de deixar de ser o parente pobre da educação e para isso é fundamental que se aposte num trabalho de proximidade junto dos nossos jovens, em que desmistifique o preconceito que erradamente se gerou em torno do Ensino Profissional.

Quem visita as nossas empresas, inevitavelmente percebe a disparidade que continua a existir, entre a mão de obra qualificada necessária ao tecido empresarial, e aquela que é disponibilizada de forma recorrente, evidenciando assim a divergência entre as políticas públicas e as necessidades efetivas do mercado.

É tempo de priorizar a formação profissional, especialmente num mundo tão volátil como aquele em que hoje vivemos, que impõe uma resposta rápida, ponderada, e acima de tudo consequente.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Caminhamos para o fim de três dias de debate sobre o Plano e Orçamento para o ano 2025 e realmente não era preciso estes três dias, porque logo no início demonstraram isso mesmo, ou seja, na verdade, aquilo que nós percebemos é que o PS, e também o Bloco de Esquerda, estão desfocados daquela que é a realidade que se vive nos açores.

A ânsia pela crítica é tanta que não conseguem reconhecer os bons resultados das medidas que têm sido implementadas por este Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Estamos a implementar medidas de políticas públicas diferenciadas para problemas diferentes e com resultados a nível do emprego, da melhoria de rendimento, da estabilidade dos trabalhadores e da qualificação dos açorianos.

Temos hoje o desemprego em mínimos históricos, a segunda mais baixa taxa do País abaixo dos 5%. Uma população empregada em máximos históricos, com mais de 120 mil pessoas empregadas.

Estes são ou não são bons indicadores?

Para o Partido Socialista, não.

Esta governação decidiu, e bem, apoiar a estabilidade laboral em vez da precariedade laboral, como aconteceu nos anos passados de governação socialista. Os governos socialistas preferiam que os açorianos estivessem de *mão estendida* por um programa ocupacional. Criámos medidas de apoio à qualificação e à reconversão profissional para setores de atividade com falta de mão de obra, mas queremos ir mais além.

Através do mercado social de emprego, um diploma que está em vigor desde 2020 e que só teve uma alteração - *pasme-se!* - em 2013 e que manteve medidas inadequadas, não acompanhando as dinâmicas do mercado nem ambicionando as novas interações e soluções.

Aliás, foi uma tremenda irresponsabilidade, não adaptar aquilo que é o principal instrumento que regula a ação governativa em termos de intervenção com públicos desempregados mais vulneráveis.

Foi este Governo, no tempo certo, que apresentou um novo regulamento, que cria possibilidades para a inclusão laboral dos desempregados mais vulneráveis, isto é, novas medidas e adaptadas às novas realidades sociais que irá estimular a relação tripartida entre a administração pública, instituições sociais e empresas, no trabalho a desenvolver para integrar estes empregados no mercado de trabalho.

No âmbito do mecanismo de apoio ao incremento salarial, o programa *Mais*, foram apoiadas cerca de 2500 entidades empregadoras e o aumento salarial a cerca de 20 mil trabalhadores.

O PS reconhece ou não que estes são ou não bons indicadores? Claro que não. Desde a criação da medida *Contratar*, beneficiaram do apoio à contratação cerca de 5 mil trabalhadores, dos quais 87% com contrato sem termo, ou seja, maior estabilidade.

Nos programas de formação contínua dos trabalhadores, como o *FORM.Açores* ou o *QUALIFICA.In*, foram desenvolvidas 212 ações que abrangeram cerca de 3 mil e 800 formandos. Na medida *QUALIFICA.Superior*, foram aprovados 657 apoios ao pagamento de propinas a trabalhadores ativos, empregados e desempregados.

Foi também este Governo Regional que apresentou uma nova e inovadora política de regional de qualificação profissional e emprego e que vai ao encontro das necessidades atuais daquilo que aconteceu no passado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Aumentámos a oferta de cursos profissionais na Região. Aliás, é bom dar nota, indo ao encontro também daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Francisco Lima e que os dados comprovam exatamente o contrário, no ano de 2021/2022, tivemos 720 novos alunos para cerca de 36 novos cursos; em 2022/2023 tivemos 791 novos alunos e 38 novos cursos; no ano letivo de 2023/2024 tivemos 825 novos alunos e 42 novos cursos; e neste último ano letivo, tal como disse a Sra. Secretária, temos 946 novos alunos e 49 novos cursos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes são bons indicadores das medidas que têm sido tomadas por este Governo. É certo que há sempre possibilidade de melhorarmos e é essa a nossa ambição, tal como tem sido transmitido por este Governo Regional. Mas eu fico extremamente surpreendido (ou talvez não), pois o PS já nos habituou a esta sua narrativa. É que vir falar do Centro de Qualificação Profissional dos Açores e não relembrar o estado em que o Partido Socialista nos deixou a antiga Escola Profissional de Capelas, é de facto lamentável, o que comprova efetivamente que o Partido Socialista está mais concentrado em criticar as boas ações deste Governo do que apresentar propostas e contributos para desenvolver os Açores.

Tenho dito.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Lima.

(*) Deputado Rafael Lima (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Estão concluídas e previstas, isto é, em situação construtiva e de reabilitação, mais de 1000 habitações nos Açores. Este é um número que é de louvar ao nível do trabalho desenvolvido pelo Governo. Grande parte destas casas são para arrendamento com opção de compra, uma medida extremamente importante para as famílias açorianas. Mas mais uma vez, não podia deixar de relevar e enaltecer o grande investimento na habitação que este Governo está a fazer na Praia Vitória.

Saliente-se, então, três dos projetos que estão a ser realizados na Praia da Vitória.

Com este Governo iniciou-se a 3ª fase de reconversão urbanística e habitação do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, num investimento de mais de 7.7 milhões de euros, onde estão a ser construídas mais 39 habitações.

Em São Brás estão a ser construídas 3 habitações num investimento de mais de 2.4 milhões de euros, construções estas que serão habitações de construção evolutiva, podendo ser ampliadas de T2 para T4.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas mais uma vez, não podia deixar passar despercebido aquilo que foi o PREIT da ilha Terceira...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade, esse fiasco!

O Orador: ... da autoria do Partido Socialista, nomeadamente aquilo que é agora a 3ª fase deste projeto e que tem a ver com o Bairro dos Americanos em que entendeu o Partido Socialista que teria que visar sobre o seguinte:

Programa de apoio à aquisição de segundas residências para aposentados dos Estados Unidos da América e Programa de requalificação integrado das infraestruturas que deixaram de ter uso militar ou civil norte-americano e que permita a captação de investimento externo estratégico. Nada disto seria para habitação dos açorianos e essencialmente para a habitação dos terceirenses. Em paralelo, temos a política deste Governo que vai de longe ao encontro daquilo que é a realidade da Terceira e da Praia da Vitória.

Este Governo iniciou a elaboração do projeto de reabilitação do Bairro Nascer do Sol, na Praia de Vitória, num preço base de 72 mil euros para a criação de mais 92 habitações.

Em modo conclusivo, este Governo nestes 3 projetos que eu aqui elenquei, está a criar cerca de 144 novas habitações só na Praia da Vitória.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade, como é que está o buraco financeiro da Escola Profissional?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Maria João Carreiro): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Inês Sá:

Lamento a visão distorcida e até errada relativamente à interpretação de taxas de execução a nível do Plano da Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego. Eu já expliquei várias vezes, mas a verdade é que parece haver dificuldade em perceber os valores que nós investimos. Mas já que é para falar em números, vamos a eles.

Sra. Deputada: se consultar a proposta de Plano e Orçamento, percebe logo que a Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego, no Capítulo 50, tem o “investimento ORAA” e há “outros fundos”. E esta Secretaria até move-se e implementa mais medidas por “outros fundos”, cuja taxa de execução não está refletida no ORAA. Eu já tive oportunidade de explicar, mas mesmo assim custa a compreender - só que eu não desisto e vou explicar mais uma vez, já fui professora - que se formos ver as taxas de execução, pensando em investimento público no âmbito das políticas de qualificação profissional e emprego, nós em menos de 4 anos, já investimos muito mais do que os senhores em 4 anos.

Sabe quanto é que investiram em políticas de qualificação profissional de emprego entre 2017/2020? Vou-lhe dizer: 131 mil 237 euros.

Sabe quanto é que este Governo, em menos de 4 anos, já investiu? 219 mil 903, 5 euros, em menos de 4 anos, Sra. Deputada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Permita-me também esclarecer-lhe que o cenário de emprego versus desemprego era gritante.

Quando nós formámos o Governo da Coligação em novembro de 2020, sabe quantos desempregados ocupados nós tínhamos?

Tínhamos 11 mil.

Em setembro temos em empregados desocupados 6023...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh meu Deus, isto é triste!

A Oradora: ... uma redução superior a 45%, o que se traduz na eficácia das políticas de qualificação e emprego deste Governo e traduz-se no forte investimento que tem sido feito.

Por isso, lamento que quando fazem contas em termos de taxa de execução e investimento, não façam a soma do investimento ORAA vezes o investimento do FREACDE. Mas está explicado.

Deputado Carlos Silva (PS): Não está explicado. Está muito mal explicado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.

Deputada Inês Sá (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os números servem para todos os lados. Mas se quiser falar de números, eu também tenho algumas coisas que também não me canso insistentemente de repetir. E vou-lhe repetir que em 2023, na qualificação profissional e emprego nos Açores, ficaram por executar quase 7 milhões de euros - não sei se eles transitaram para 2024, mas não ouvi falar mais deles. Também tenho a dizer-lhe que a dotação inicial do Açores 20/30 era de 1140 milhões de euros, sendo que 280 milhões de euros eram relativos à educação e qualificação profissional. Até ao momento, não há nenhum aviso aberto do Fundo Social Europeu; houve um aviso aberto para os cursos profissionais que já fechou no dia 25/10. Entretanto, a Região recebeu de adiantamento 5 milhões e 800 mil euros e quanto a pagamentos 152 mil 680 euros. Nota-se bem as despesas que têm apresentado – deve ser certamente para pagar salários.

Por fim, e já agora para falarmos em números e porque eles de facto ajudam-nos muito a perceber, perguntar-lhe-ia qual é o ponto de situação relativamente às metas e aos objetivos que traçou em 2021 na agenda que criaram para a qualificação profissional? Se calhar os açorianos mereciam saber qual é a evolução desde 2021 que a sua pasta tem tido?

Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sra. Deputada Sabrina Furtado faça favor tem a palavra.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não posso, em consciência, deixar terminar este debate sobre a habitação, sem dizer primeiro que estive até agora à espera de que o Sr. Deputado Flávio Pacheco falasse de habitação, dei-lhe toda a oportunidade, estive pacientemente a aguardar, porque para quem não sabe, o Sr. Deputado Flávio Pacheco é

Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, onde se localiza os Foros Solmar que este Governo adquiriu e que este Governo está a acabar de construir com 23 habitações para Vila Franca do Campo.

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora queria era ser candidata, mas a gente não deixa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E o que eu esperava e estive à espera até agora, é de que houvesse um mínimo de coerência, mas de facto, quando o Partido Socialista tinha este processo nas mãos, o Sr. Presidente da Junta de São Pedro nada disse. Agora que é para elogiar, mantém a sua coerência e, de facto, também nada diz, porque não lhe dá jeito e não lhe convém falar sobre os Foros Solmar.

Mais, Sr. Deputado Flávio Pacheco, sabe que na sua freguesia - na nossa freguesia - de São Pedro, ainda há mais 5 projetos de reabilitação, fora todos os outros que existem também em Vila Franca do Campo, totalizando, entre reabilitações, o Loteamento da Galega, a cedência de lotes na Ponta Garça, entre vários outros investimentos, 89 habitações que são definidas como prioridade para este Governo, para tentar minimizar os problemas de habitação que naturalmente também existem em Vila Franca do Campo. E, Sr. Deputado Flávio Pacheco, espero que se levante para elogiar este Governo.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russel Sousa.

(*) **Deputado Russel Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É irónico que quando se fala aqui do Partido Socialista e do facto de não apresentar propostas, quando nós apresentámos várias propostas a estes Plano e Orçamento, até agora não tenhamos nenhuma resposta do Governo Regional perante essas mesmas propostas.

Quando o Sr. Deputado Luís Raposo diz que não apresentámos propostas e que as nossas propostas são teatrais, é irónico dizer que quando ouvimos um jovem açoriano deslocado a estudar no continente dizer que paga 500 euros de renda e não tem nenhum apoio do Governo Regional para isso, aí sim, estamos a fazer teatro.

É irónico ouvir dizer que quando apresentamos propostas de alteração para ajudar os nossos jovens açorianos, isso seja um teatro do Partido Socialista, quando o que nós fazemos é ouvir os jovens. E esta situação que estamos a viver atualmente, é que o Gabinete de Apoio ao Deslocado foi incorporado no pacote *Mais Jovem*, porque antes não estava incorporado em nada, foi esquecido por este Governo durante 3 anos e agora vem falar deste problema.

Temos que ser sérios na política e quando o Partido Socialista apresenta propostas de alteração, e neste caso temos quatro só para a juventude - uma para deslocados, uma para a habitação jovem, uma para os jovens qualificados que querem regressar aos Açores e uma para fomentar a qualificação superior dos nossos jovens – estas são propostas reais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Quando temos políticos a dizer que isto são propostas teatrais, estão a menosprezar o partido que as apresenta e estão a menosprezar os jovens que sentem necessidade de ser ouvidos. Foi isto que o Partido Socialista fez ao longo dos últimos meses, no que respeita a preparação para este Plano, isto é,

ouviu os jovens. E o que eles dizem é que não há apoios para os estudantes deslocados. Quando há 3 ou 4 anos pagavam cerca de 250 a 400 euros por um quarto quando iam estudar, era um valor que era comportado pelas famílias, muitas vezes em dificuldades; hoje, regozijam-se com 2 passagens aéreas, mas eu agora pergunto: quando o teto máximo for ultrapassado quem é que paga o remanescente? É o Governo?

Temos que ser coerentes na política, Sr. Deputado!

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Não serve, Sr. Deputado!

Acima de tudo, quando um estudante hoje recebe o apoio às propinas - ainda na Comissão de Assuntos Sociais fiz essa conta ao Sr. Secretário Paulo Estêvão que estava em representação do Governo - relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, os apoios todos majorados do Governo, **por mês**, se formos dividir por 12 meses, dá cerca de 360 euros/mês. Se só em renda pagamos 500, 600 ou 700, como é que um jovem estudante deslocado vai viver?! Como é que se vai formar?!

Deputado João Vasco Costa (PS): Vai bater à porta do Sr. Presidente do Governo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A proposta está aqui, Sr. Deputado!

Por isso, sejamos coerentes e defendamos a juventude todos juntos, porque é isso que temos que fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é uma juventude partidária!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude.

(*) Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Inês Sá:

O meu tempo é mesmo limitado, mas a senhora insiste nos números. E já agora vou dar nota de que basta consultar no portal Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais a execução do Fundo Social Europeu dos fundos comunitários para ver que em outubro de 2020, nós ultrapassámos os 100% de taxa de execução da formação, da contratação, dos estágios, do REACT-EU, Medidas COVID. Portanto, ao nível de execução ela é plena, a 100%, e resulta da eficácia da política deste Governo.

Relativamente à questão dos avisos, a Sra. Deputada deve estar muito distraída, pois já foram publicados avisos para escolas profissionais no âmbito da formação profissional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ela disse isso.

Quem está desatenta é a senhora!

A Oradora: Inclusivamente, terminaram em 25 de outubro e as candidaturas estão em análise. Em breve ainda vamos publicar avisos no âmbito de estágios profissionais, programas de inserção socioprofissional, programas avançados de formação e doutoramento.

Outra questão que a senhora continua a manter a confusão tem a ver com a educação que não tem candidaturas ao PO, quem tem é a formação, portanto, vamos lá separar as áreas de intervenção. A senhora insiste em falar de educação, mas tem que falar é de formação.

Relativamente à formação de ativos, Sra. Deputada, temos apresentado várias medidas, indicadores e resultados de que, aliás, o Sr. Deputado Flávio Soares

acabou de dar nota, como o FORM.Açores (via ORAA), o QUALIFICA.In (via PRR), o QUALIFICA.Superior (via PRR). Sobre as metas da Agenda, até já ultrapassámos algumas, nomeadamente a taxa dos Jovens NEET. Quando formámos Governo, ultrapassámos os 20%, agora estamos abaixo dos 12%, portanto, é histórico.

Deputada Inês Sá (PS): A senhora fica satisfeita com essas taxas?! É pouco ambiciosa!

A Oradora: Ainda mais: conforme previsto na Agenda, está prevista a calendarização, sendo que em 2025 vamos fazer um balanço das metas, estamos próximos.

Muito obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

A Mesa não dispõe de mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O retrato que eu fiz daquela tribuna não é meu.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A gente deu por isso!

Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação.

E, Sra. Secretária, não consegui ouvir da sua parte qualquer resposta à minha intervenção, não consegui mesmo, mas irei estar atento depois à gravação.

O retrato não é meu nem do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é um retrato da população e também de instituições e entidades como o CESA, a AICOPA, que nos seus relatórios e análises chamam a atenção para os dados que o próprio Governo acaba por reconhecer nos relatórios finais e em respostas a requerimentos onde, não podendo fugir à verdade dos factos, admitem números que desmentem a apregoada “boa execução dos fundos” e a realização do PRR nos Açores.

Atentemos a uma resposta a um requerimento e aqui está, um único imóvel construído em S. Miguel que aguarda registos patrimoniais e certificação energética, isto são respostas a requerimentos.

Sabemos bem que a população enfrenta dificuldades, o preço de mercado aumentou 60% e o preço médio de renda de um quarto em P. Delgada é o 6º mais elevado do País, segundo estudos recentes.

É a Presidente da AICOPA, responsável no CESA pelo acompanhamento da execução do PRR, que afirmou no passado dia 20 de Março à antena 1, que das 301 habitações a construir e das 527 a reabilitar, apenas foram reabilitadas 41.

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (*Maria João Carreiro*): Leia o último relatório.

O Orador: Acrescentou que “dos 64 milhões disponíveis, até àquela data não estavam executados 10% das verbas”.

Sra. Secretária, há a realidade e há a retórica. E factos são factos.

Nos últimos anos, os valores alocados para a área de habitação nos planos e orçamentos têm sido significativos, mas as taxas de execução das verbas indicam um aproveitamento aquém do esperado. Em 2021 havia 16 milhões inscritos, mas a execução ficou abaixo dos 40%.

Em 2022 havia uma verba aproximada de 20 milhões, mas a execução manteve-se abaixo dos 50%.

Em 2023 os valores subiram ligeiramente com 22 milhões inscritos, mas a execução, até ao 3º trimestre, foi inferior a 45%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O problema é que essa execução é sempre superior à vossa!

O Orador: Até agosto de 2024, conforme informação que consta em resposta a um requerimento também sobre a execução do PRR, a Região tinha despendido, relativamente às áreas da habitação, cerca de 6,5 milhões o que dá uma percentagem de 10%.

Já estamos no final de 2024 e como irá a Região executar 90% da verba em pouco mais de 2 anos, quando só conseguiu executar 10% em 3 anos?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Falando do panorama geral, aproveito esta área temática para dar um exemplo concreto da inação deste Governo. Na ilha das Flores não houve nos últimos 4 anos nenhuma intervenção em termos de habitação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte à Câmara de Sta. Cruz.

O Orador: E para os florentinos, estas propostas são falsas e injustas. Falsas, penso que já consegui explicar; e são injustas, porque - repare-se, reparem os florentinos e reparem aqueles que me ouvem - a soma das verbas inscritas no Plano destinadas à habitação, somando ainda a saúde que é um tema importante para os florentinos, a soma destas duas áreas – repito - na ilha das Flores é inferior (veja-se só!) à verba que o Governo Regional quer gastar nos palácios e instalações da Presidência do Governo!

É isso que os florentinos têm!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E - pasme-se! - a verba dos palácios e instituições, se eu juntar outra área importante nas Flores que é a educação, mesmo assim, conseguimos

ultrapassar em 40 mil euros, ou seja, para 3 áreas importantíssimas nas Flores, o Governo só fica aquém em 40 mil euros nos seus palácios e nos seus edifícios. Ainda sobre habitação na ilha das Flores, há pouco diziam daquele lado “pergunte à Câmara de Santa Cruz”.

Pois, muito bem, pergunto à Câmara de Santa Cruz e à Câmara das Lajes que se têm que substituir ao Governo Regional, avançando com orçamento próprio na oferta de habitação, porque o Governo não consegue!
É caso para dizer: “muito se promete e nada acontece”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Uma intervenção muito breve, previsível, aliás, pela bancada do Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): “Aliás”, intencional!

O Orador: Mas que não deixa, julgo eu, de ter a sua devida importância.

Sr. Deputado José Eduardo, com toda a consideração pessoal que tenho por si e que sei sou retribuído, acho que por pudor e solidariedade para com o seu líder atual do Partido Socialista, não devia ter falado nos palácios.

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD.

Não devia ter falado nos palácios, porque dos palácios e da sua organização e de quem deles cuidava, e dos encargos que isso deixou à Região durante vários anos, eu julgo que por essa razão devia ter evitado o tema.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional da Juventude, faça favor, tem a palavra.

(* Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Eduardo:

Não posso permitir que faça o retrato dessa forma, a bem de quem vive nas Flores.

Relativamente ao relatório do CESA, já está atualizado, Sr. Deputado. Existe o último relatório do CESA que dá como cumpridas as metas e os marcos no âmbito da habitação, **cumprido!**

Deputada Andreia Cardoso (PS): A senhora é que respondeu ao requerimento!

A Oradora: O último relatório é o atual. E contra factos, não há argumentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E sabe o Sr. Deputado porque é que nós não estamos mais adiantados no PRR? Por dois motivos: um, porque o Governo caiu e esta Assembleia foi dissolvida.

Deputada Inês Sá (PS): Já cá faltava! Essa ainda não tinha sido utilizada hoje!

Deputado Berto Messias (PS): O Governo caiu e ainda não se levantou!

A Oradora: Mas pior ainda, sabe o que foi? Foram anúncios sucessivos de projetos de habitação na Região quando a propriedade nem estava em nome da Região!

Como é que vamos construir se o imóvel não está em nome da Região, Sr. Deputado?! Deve haver uma solução que eu não conheço.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quanto à realidade, Sr. Deputado, nas Flores em concreto, houve concursos que ficaram desertos, sucessivamente, mas a verdade é que no que respeita à nossa relação com as câmaras municipais, ainda estamos à espera da resposta da Câmara Municipal das Lajes para cedência de um terreno para construção do lotes de habitação.

Relativamente à Câmara Municipal de Santa Cruz, Sr. Deputado, não há qualquer pedido relativamente à matéria de habitação em termos de construção e reabilitação.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

É verdade, o Governo caiu e, pelos vistos, ainda não se levantou!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai falar dos palácios?

O Orador: Sabe uma coisa, Sra. Secretária, os factos desmentem aquilo que a Sra. Secretária aqui apresentou. E há uma coisa que lhe posso dizer: é lamentável e eu tenho - não aqui, mas irei entregar à Mesa posteriormente - os dois ofícios remetidos ao Sr. Vice-Presidente que anteriormente tutelava a área da habitação, da parte da Câmara Municipal de Santa Cruz que ficaram sem resposta para o apoio àquilo que agora a Câmara vai fazer com receita própria, por 1 milhão e 600 mil euros para apoio à habitação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não ficaram sem resposta, não. O senhor está a mentir!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

O Orador: Quanto à Câmara das Lajes, sei que existe o trabalho e sei que existe essa oferta desde há 3 anos, ainda era o Sr. Vice-Presidente quem tutelava a habitação. Portanto, é falso aquilo que a senhora diz!

As Câmaras Municipais das Flores têm insistido junto do Governo para terem respostas na habitação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu levanto-me apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD esteve em jornadas Parlamentares nas Flores...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também nós, Sra. Deputada, também nós!

A Oradora: ... visitou as duas Câmaras Municipais...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também nós, Sra. Deputada, também nós!

A Oradora: ... a questão sobre a habitação foi colocada por mim e a Câmara de Santa Cruz das Flores disse que não achava que houvesse necessidade de investir nesta área no seu concelho. O senhor pode dizer que tem dois ofícios e eu tenho 27 testemunhas de como o Presidente da Câmara disse exatamente isto!

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): É para terminar, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária, Sra. Deputada, Sabrina:

Eu não coloco qualquer oposição àquilo que a senhora ouviu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou então mentiram-nos a nós!

O Orador: O que eu disse foi que tenho ofícios que irei entregar à Mesa e que irão comprovar que havia contactos e que houve contactos e houve reiteradamente pedidos de apoio para esta Câmara e para esta obra em conclusão.

Não sei se será por as Câmaras serem do Partido Socialista que estão a ser discriminadas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Se fosse a Câmara das Velas o Sr. Vice-Presidente respondia.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice Presidente do Governo.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Gabriel Eduardo:

O senhor falta à verdade!

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Não faltou, não!

O Orador: As trocas de *e-mails* entre a Vice-Presidência, a Câmara das Lajes - o senhor pergunte ao Sr. Presidente da Câmara das Lajes...

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Eu falei de Sta. Cruz!

O Orador: Espere, já lá vou.

Pergunte porque é que se atrasou na cedência do terreno e quais foram os problemas e os entraves que existiram nessa cedência? Quanto à Câmara de Santa Cruz, é apenas *fogo de artifício* mal intencionado de quem nunca quis resolver o problema da habitação em Santa Cruz das Flores.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, inclusivamente com aquele imóvel que lá está abandonado há 20 anos e que é uma vergonha, do Partido Socialista, quando o senhor era Deputado!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Vice-Presidente.

Nós não vamos prolongar este debate, peço desculpa, já atingimos a nossa hora regimental.

O Sr. Deputado José Eduardo está inscrito para as 15 horas.

Vamos fazer o nosso intervalo para almoço.

Eram 13 horas e 2 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 6 minutos.

Antes da hora de almoço, estava inscrito o Sr. Deputado José Eduardo a quem dou a palavra.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes do almoço quando o debate continuava aceso - também queremos que assim seja - o Sr. Vice-Presidente inscreveu-se para participar no debate e lamento que não esteja aqui agora - estrategicamente não estará? – para dizer que eu faltava à verdade sobre os ofícios que a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores tinha enviado à Vice-Presidência que era quem na altura tutelava a habitação.

Não só é verdade o envio de um, que entregarei à Mesa, como é verdade o envio de dois, o primeiro a 11 de janeiro 2022, solicitando junto de Sua Exa. o Sr. Vice-Presidente disponibilidade para aceitar prosseguir com a importante proposta de incentivo à fixação de pessoas qualificadas e de apoio à requalificação do edifício Siturflor, na sequência de uma reunião de trabalho que tinham mantido com o Governo Regional dos Açores, aquando da sua visita estatutária àquela ilha no passado mês de novembro de 2021, como também em 29 de março de 2022 acusam a ausência de resposta ao ofício 15/2022, enviado a 11 de janeiro e “vinham por este meio reiterar junto de Sua Exa. a resposta a este assunto”.

Estes dois ofícios serão entregues à Mesa para serem distribuídos e também informo que irei reiterar uma interpelação durante o debate, sempre que entrar o Sr. Vice-Presidente, para que se retrate do que me acusou de faltar à verdade. Eu não costumo faltar à verdade nas minhas intervenções. Costumo basear-me em factos e irei interpelar a Mesa para que o Sr. Vice-Presidente tenha a amabilidade de repor a verdade naquilo que eu estava a dizer. E isto só pode confirmar uma coisa: a discriminação que o Governo continua a ter pelos Municípios das Flores que são do Partido Socialista.

Deputada Délia Melo (PSD): Outra vez.

O Orador: E para terminar, gostaria de reiterar que a Câmara Municipal, na ausência destas respostas, avançou com a obra de 1 milhão e 600 mil euros para dar resposta à crise habitacional que se vive nas Flores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu conheço há muitos anos o Sr. Vice Presidente e sei que não tem por hábito mentir ou faltar à verdade.

Nunca aqui, em tantos anos de Parlamento, em que partilhei com ele 16 anos nessas bancadas, alguém o confrontou com algo que não fosse verdade. E, portanto, o que ele disse é verdade e eu próprio posso testemunhar, porque estive em reuniões também nas Lajes do Pico e em Santa Cruz, em que foi feita essa referência em relação ao apoio que o Governo estava disponível para dar e

não era esse o objetivo de nenhuma das duas Câmaras das Flores. Portanto, é absolutamente falso que tivesse existido essa disponibilidade.

É muito curioso que exista agora, a poucos meses das eleições - e vê-se bem qual é o propósito que há nessa matéria, é um propósito propagandístico...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

O Orador: E, Sr. Deputado, não há nenhum abandono por parte deste Governo em relação à ilha das Flores.

Em relação à ilha das Flores, nós o que fizemos foi cumprir todos, **mas todos**, os passos que eram necessários para a recuperação das questões referentes ao furacão Lourenço em que existia um compromisso do seu Governo do Partido Socialista, que não foi cumprido por parte de V. Exas. e que foi sabotado também pelos senhores na Região Autónoma dos Açores. Pode ter a certeza absoluta disso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

O Orador: Essa é uma narrativa que não passa!

O investimento na ilha das Flores, ao longo destes 4 anos, tem sido dos mais altos na Região Autónoma dos Açores. Tem-se feito um esforço muito significativo, apesar dos senhores em Lisboa terem tentado estrangular o apoio que a Região Autónoma dos Açores sempre deu e o Governo Regional também sempre deu à ilha das Flores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Gabriel Eduardo faça o favor.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares mostra bem o desnorte deste Governo.

Estamos a falar das Flores e o senhor vem-nos falar das Lajes do Pico.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

O Orador: Sr. Vice Presidente, aproveito que entrou para lhe dizer que pelo menos naquilo que chamou de “inverdade” e de eu não ser “verdadeiro”, eu repus a verdade sobre aquilo que afirmou.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor quer lulas? Quer lulinhas?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cecília e Estácio.

(*) **Deputada Cecília Estácio (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e srs. Membros do Governo:

A Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores não tem nenhum pedido pendente na Secretaria, tal como já foi indicado aqui, e muito bem, pela Sra. Secretária.

O edifício Siturflor é uma edifício camarário que vai sofrer obras que vão beneficiar, como foi dito e muito bem aqui pelo Sr. Deputado José Gabriel, técnicos especializados, mas não vão criar habitação para os florentinos.

Portanto, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Além disso, é muito bonito e fica muito bem a Câmara Municipal de Santa Cruz vir-se gabar de que vai investir só por sua conta, ou seja, podia pedir apoios e podia usar esse dinheiro para fazer bem ao concelho já que não tem feito nada até agora.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

A Oradora: Mas não. Vamos gastar 1 milhão e 600 mil euros nossos.

Tenham vergonha!

Em relação à Câmara Municipal das Lajes das Flores, o Governo dos Açores aguarda ainda a resposta sobre a cedência do terreno, porque a Câmara não tem capacidade para executar a obra. À semelhança daquilo que também já foi dito aqui pelo meu colega Francisco Gaspar, houve candidaturas ao PRR, sim senhor que não foram aprovadas... porquê? Porque foram feitas fora de prazo.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: É esta a *dedicação* das autarquias das Flores.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sras. e Srs. Deputados, aproveito para informar V. Exas., curiosamente por falarmos nas ilha das Flores, que acompanha os nossos trabalhos nas galerias o antigo Deputado Ricardo Vieira, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar para a próxima área governativa.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática *(Alonso Miguel)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática reafirma o compromisso de construir uma Região que reconheça e valorize o ambiente e a natureza como ativos estratégicos para garantir um desenvolvimento social e económico sustentável, bem como para garantir a segurança, proteção e bem-estar das nossas populações.

Neste contexto, o Plano de Investimentos para 2025 ascende a 33 milhões de euros, o que reflete um aumento de 3,8% em relação a 2024, reservando cerca de 19 milhões de euros para investimentos no domínio do ambiente e aproximadamente de 14 milhões de euros para o funcionamento do sistema regional de Proteção Civil.

Na área do ambiente, continuaremos a apostar em setores absolutamente fundamentais para a nossa subsistência, segurança e bem-estar, como a ação climática, a promoção da qualidade ambiental, a conservação do património natural e a gestão e mitigação dos riscos naturais.

Ao nível da ação climática, continuaremos a implementar as medidas setoriais, no sentido de atingir as metas definidas no Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores, e daremos continuidade à implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas, com um investimento previsto, no âmbito do Projeto Life IP CLimaz, superior a dois milhões de euros.

Manteremos a aposta em instrumentos estratégicos para a Região, como o Regime de Apoio à Emergência Climática, dando início à implementação do Observatório Climático do Atlântico, na ilha Terceira, em articulação com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, bem como ao projeto de Capacitação dos Serviços Operacionais da Secretaria com equipamentos próprios para reforçar a Manutenção da Rede Hidrográfica das nossas ilhas.

Para além da continuidade do projeto de produção de cartografia para mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas, daremos início aos novos projetos Implacost, PlanClimac 2 e Reinforce 2.

No quadro da promoção da qualidade ambiental, consolidaremos o maior investimento de sempre no Programa Eco freguesia, com uma dotação de um milhão de euros...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... contribuindo de forma determinante para a limpeza e manutenção de espaços públicos, em colaboração com as nossas juntas de freguesia.

Dando continuidade aos investimentos nos Centros de Processamento de Resíduos da Região, daremos início ao procedimento para modernização dos processos de reciclagem, com o apetrechamento das linhas de triagem de

resíduos, com uma dotação de cerca de 890 mil euros, bem como aos novos projetos Têxtil e Circular Ocean, no âmbito da gestão de resíduos e da economia circular.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ao nível da Conservação da Natureza, destaca-se a execução dos 4 projetos LIFE em curso, com um investimento de 3,4 milhões de euros, bem como um investimento de 2 milhões de euros para incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha e pomares de espécies tradicionais.

Está também previsto um investimento superior a 1,5 milhões de euros, na Rede Regional de centros ambientais, bem como uma dotação de cerca de 565 mil euros para a Gestão dos Parques Naturais de Ilha, o que permitirá também reforçar as intervenções nos trilhos pedestres.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ao nível da gestão de recursos hídricos, está previsto um investimento de cerca de 2,2 milhões de euros, com destaque para os trabalhos de monitorização, manutenção e requalificação da rede hidrográfica da Região.

Relativamente a infraestruturas na área ambiental, estão previstos investimentos de 2,5 milhões de euros, a executar pelas Obras Públicas, com destaque para a construção do novo Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão, na ilha Terceira, a requalificação da zona de lazer das Sete Cidades, em São Miguel, e a requalificação do acesso à Furna do Enxofre, na Graciosa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No quadro da Proteção Civil e Bombeiros, longe vão os tempos em que se afirmava que esta era uma área vital para o bem-estar das populações, sem que tal afirmação tivesse correspondência nos Planos de Investimento.

Em 2025, a Proteção Civil da Região reforçará a sua relevância, com o maior plano de investimentos de sempre, que ascende a cerca de 14 milhões de euros, o que configura um acréscimo de cerca de 15% em relação a 2024.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Teremos mais viaturas de socorro, bombeiros mais equipados, qualificados e reconhecidos, mais meios de emergência médica pré-hospitalar e melhores instrumentos de planeamento e gestão de emergência.

Este Plano contempla, também, um investimento sem precedentes no campo da emergência médica pré-hospitalar, com uma dotação que ronda os 8 milhões de euros, refletindo um aumento de cerca de 21% face a 2024, que permitirá consolidar o Sistema SIV e reforçar o dispositivo de ambulâncias de socorro, com mais tripulações nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande.

No setor dos equipamentos e telecomunicações, está previsto um investimento superior a 3,8 milhões de euros, que permitirá dar continuidade ao plano de renovação dos veículos dos corpos de bombeiros, com a aquisição de mais 9 ambulâncias de socorro, no valor de 1 milhão de euros...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e com a entrega de mais cinco viaturas da frota vermelha, num investimento de cerca de 2 milhões de euros.

Em complemento, será realizado um investimento de cerca de meio milhão de euros em kits de emergência e equipamentos de proteção civil.

No âmbito do parque infraestrutural, está prevista uma verba de 310 mil euros para manutenção das instalações das Associações de Bombeiros, para desenvolvimento dos projetos dos quartéis de Vila Franca do Campo e do Nordeste, bem como para melhorias no Centro de Formação do Serviço Regional Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

No contexto da formação, prevê-se um investimento superior a 360 mil euros, destinado à qualificação dos bombeiros, equipas de saúde e à sensibilização das populações, designadamente em matéria de riscos sísmicos e vulcânicos, destacando-se ainda o projeto “Aprende a Socorrer” que em 2024 permitiu capacitar 2.500 alunos do 9.º ano de escolaridade em Suporte Básico de Vida, ao qual se juntará, em 2025, a disciplina de primeiros socorros.

Finalmente, será concretizado e implementado o novo modelo de financiamento das Associações Humanitárias, bem como o Estatuto Social do Bombeiro Voluntário, recentemente aprovado nesta Casa, medidas fundamentais para proporcionar maior estabilidade e previsibilidade financeira às associações e para assegurar condições mais dignas e adequadas para os bombeiros, num investimento estimado de 850 mil euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com determinação e ambição que o Governo Regional dos Açores encara os importantes desafios que temos pela frente, no domínio do ambiente e da Proteção Civil, encontrando neste Plano um instrumento fundamental para concretizar esse desiderato.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As associações de bombeiros dos Açores desempenham um papel fundamental no sistema regional de proteção civil e no transporte de doentes.

São, normalmente, os primeiros a responder em situações de emergência como incêndios, acidentes e desastres naturais. Além disso, os bombeiros são responsáveis pelo transporte de vítimas e doentes, reencaminhando-os para os prestadores de cuidados médicos.

A atuação dos bombeiros é essencial para a segurança e bem-estar da comunidade. Treinados para lidar com uma variedade de situações de emergência e com equipamento necessário para realizar resgates e prestar primeiros socorros, a sua presença na linha de frente da proteção civil e no transporte de doentes é de vital importância para salvaguardar vidas humanas e minimizar danos materiais.

No fundo, prestam um serviço em substituição do estado e isso implica investimento público para assegurar essas valências.

Aproveito este momento, para prestar a nossa homenagem a todos os bombeiros dos Açores.

Uma das questões críticas na atividade destas estruturas é o seu financiamento e a sua previsibilidade de pagamento.

Segundo parece, foi aprovado em Conselho do Governo um modelo que visa garantir a sustentabilidade financeira e assegurar a continuidade dos serviços essenciais de emergência e proteção civil, criado para proporcionar a atribuição mais justa e eficiente dos recursos, oferecendo maior previsibilidade e estabilidade financeira às associações que é, como se sabe, uma das suas reivindicações mais prementes. Isto é o pouco que se sabe. As associações, alvo destas alterações, ainda aguardam por mais informações, o que não deixa de ser estranho.

O Governo anunciou que a distribuição será mais justa, o que pressupõe que o não tem sido até agora, por isso é importante saber quem ganha ou quem perde com esta nova distribuição.

Que verba está prevista para aplicar neste novo modelo?

Deputado Flávio Soares (PSD): Está no Plano e Orçamento, Sr. Deputado!

O Orador: É importante que se saiba isto, já que se sabe também o que é que vai ser distribuído pelas associações na Região Autónoma da Madeira e parece que este novo modelo foi inspirado no modelo madeirense.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bom, muito bom!

O Orador: As decisões para o futuro são importantes, mas o presente, para algumas associações, é preocupante.

Ouvindo o Sr. Secretário Regional na tribuna, só nos resta dizer: “Sim senhor, está tudo bem, mas quando é que pagam o que devem?”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era a pergunta que a gente sempre fazia.

O Orador: O Fundo Coesão deve a algumas associações. Os 8% do aumento dos salários, proposto pelo PAN, relativamente ao último semestre ainda não chegaram. Os valores a transferir para os aumentos estão ainda sem cabimento. A juntar a isso, temos os problemas com os contratos de algumas associações com a ANA e os atrasos cíclicos da SATA.

Estes verdadeiros e incontornáveis problemas, estão a pôr em causa a sobrevivência de algumas associações que lutam diariamente para conseguir cumprir com os seus compromissos, nomeadamente, os salariais que urge atender.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática:

Falar em proteção civil é falar na segurança das nossas populações.

Foi com muito agrado que o CHEGA viu que neste Plano e Orçamento para 2025 há um reforço de investimentos para os bombeiros dos Açores.

Neste capítulo o CHEGA também deu o seu contributo, com uma proposta de alteração que vai ser aqui discutida e falada, reforçando a verba de 330 mil euros para a aquisição de equipamentos de proteção individual para os nossos bombeiros, o que vai perfazer um total de 500 mil euros para esta rubrica.

Sr. Secretário, chamo a atenção para a necessidade de se avançar para o Estatuto do Bombeiro, para se prosseguir o quanto antes com aquilo que acabou de referir na sua declaração sobre o novo modelo de financiamento das associações de bombeiros, pois eles precisam disso urgentemente. Que não se fique só pelas intenções, que se passe das intenções para o papel e para a prática, para que efetivamente esse financiamento chegue ao seu fim, porque os nossos bombeiros não podem continuar de mão estendida e merecem toda a nossa atenção.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional, Alonso Miguel:

Vou ser extremamente rápido, porque tenho pouco tempo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O Senhor tem tempo.

O Orador: Relativamente ao ambiente, como justifica o Governo a redução dos valores atribuídos à conservação da natureza e à biodiversidade, especialmente quando se verifica um aumento da pressão do turismo e uma possível degradação dos ecossistemas? Gostaria que o Sr. Secretário Regional me respondesse a isso. Esta é mesmo uma pergunta válida, porque honestamente tenho mesmo essa dúvida.

Relativamente à parte dos bombeiros, pergunto sobre o modelo de financiamento das associações que foi aprovado pelo Governo no mês passado – já ouvi falar na tribuna qual era o valor, acho que são 841 mil euros – gostaria de saber se pode partilhar com o resto dos partidos que estão aqui representados na Assembleia, porque exatamente como o Sr. Deputado Flávio Soares disse, V. Exas. gostam de conversar e, neste caso, de partilhar informação.

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor tem um problema grave com o diálogo!

O Orador: E é essa a informação que eu recebi quando apresentei a iniciativa relativamente ao Estatuto Profissional dos Bombeiros. E já que gostam tanto de conversar, queria perguntar se também foi falado com o sindicato dos bombeiros esse novo modelo de financiamento, porque não temos qualquer informação sobre isso.

Ontem, e para não ajudar o Governo dos Açores, o Governo da Madeira - exatamente do mesmo partido - podemos ver no Jornal Oficial, o despacho e a portaria que sai, ficando nós a saber que, por um lado, dão razão ao PAN,

porque gostam que haja um valor de suplemento pelo ónus específico da prestação de trabalho relativamente ao risco e à disponibilidade permanente – aqui não gostamos de o fazer – para que haja uma integração na retribuição base mensal da respetiva carreira que nós não temos.

Sobre as posições remuneratórias, queria também dizer que elas são atualizadas em função e na proporção da revisão do sistema remuneratório da administração pública, algo que o PAN tentou e disseram, à partida, que eu estava “a apanhar bonés” e que “não percebo nada”. Pelos vistos, o Governo da Madeira gosta mais do PAN dos Açores do que o Governo daqui.

Sobre os ordenados, e estamos a falar do início de carreira, temos o seguinte: o ordenado mínimo nacional vai ser de 870 euros; o ordenado mínimo regional – corrijam-me se eu estiver errado - vai ser de 913 euros para os Açores. De 1 de janeiro a 30 de setembro de 2024, os bombeiros no início de carreira recebiam 862 euros, passou (a partir de 1 de outubro até final deste ano) para 922 euros porque o Sr. Secretário assim o determinou, e muito bem. E a partir de 1 de janeiro de 2025, presume-se que seja de 961 euros. Para o início de carreira na Madeira temos 1030 euros.

Por isso, eu pergunto se face a esta diferença de 7%, nós conseguimos ser competitivos a nível nacional, apesar de termos uma autonomia, mas ao comparar os mesmos bombeiros - sendo que muitas das vezes estão juntos a fazer exatamente o mesmo tipo de trabalho - se tendo em conta aquilo que a Madeira está a fazer pelos bombeiros, o Sr. Secretário vai conseguir chegar-se à frente para fazer este pagamento no início de carreira no valor de 1030 euros e não os 961 euros, porque em termos de diferença para o ordenado mínimo regional que é 913 euros, estamos quase colados, ou seja, mais um ano e mais uma vez.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PAN esgotou o seu tempo para este debate.

Vamos avançar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu quero iniciar esta minha intervenção dizendo que efetivamente nunca houve um Governo Regional que tivesse a dedicação que nós temos, que o Governo Regional tem tido, para com os bombeiros dos Açores durante 24 anos. Para ser mais específico, o Partido Socialista esteve de costas voltadas para os nossos bombeiros.

Durante 24 anos o Partido Socialista apostava única e exclusivamente na mão estendida dos nossos bombeiros, na mão estendida das associações, no assistencialismo, que era a atitude que o Partido Socialista mais gostava de ter para com as nossas associações. E agora temos uma estratégia completamente diferente. Temos uma estratégia e está definido um modelo de financiamento para as nossas associações.

Isto é ou não relevante para os nossos bombeiros?

Claro que é, Sras. e Srs. Deputados mas, uma vez mais, o Partido Socialista não quer reconhecer isso.

Sobre os nossos resultados, há pouco durante o debate no departamento governamental anterior, dizia isto e continuamos a manter a mesma postura: “os resultados das medidas tomadas por este Governo falam por si. O Estatuto Social do Bombeiro, a revisão do modelo de financiamento, a atribuição de mais financiamento, os aumentos salariais dos nossos bombeiros, o aumento da diuturnidade, a criação de mais uma diuturnidade, é todo um trabalho que está a ser desenvolvido por este Governo” - e muito bem.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu percebo que para o Partido Socialista e para o PAN estes cerca de 140 milhões de euros para a Proteção Civil e Bombeiros dos Açores sejam um incómodo. Mas para nós não. É apostar na valorização das nossas associações, dos nossos bombeiros e daqueles que prestam um serviço essencial para os nossos concidadãos. E é esse o nosso dever, isto é, estar ao lado de quem efetivamente trabalha em prol da Região e não estar ao lado de quem simplesmente critica, porque não tem mais nada para apresentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma preocupação que o CHEGA tem trazido aqui e que é legítima de toda a população, é que começámos o inverno e as nossas ribeiras cada vez mais são uma preocupação para todos nós face às calamidades que vão acontecendo.

Sr. Secretário, o que é que está este Governo a fazer quanto à limpeza e manutenção de ribeiras?

Vamos continuar a escudar-nos na falta de gente?

Vamos se calhar contratar empresas especializadas na limpeza das nossas ribeiras?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Algo que reconhecemos de forma unânime, é o património natural inigualável que cada uma das ilhas dos Açores possui e, de forma simbiótica, os açorianos que nelas se inserem.

O aumento da pressão antropogénica que cada vez mais é superior nos Açores, faz com que tenhamos uma responsabilidade e uma obrigação de proteger e conservar a nossa biodiversidade, uma vez que só assim estabelecemos uma estratégia eficaz para combater as alterações climáticas, pois a degradação dos ecossistemas reduz a capacidade destes se adaptarem e mitigarem os impactos climáticos. Mas para isso, não pode uma Região como a nossa desinvestir na conservação da natureza, como se tem verificado nos últimos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Nos últimos quatro anos testemunhámos uma redução de investimento de mais de 20 milhões de euros, só no que à Conservação da Natureza diz respeito.

A Secretaria Regional do Ambiente tem a responsabilidade de continuar com investimentos nesta área, no seguimento dos importantes projetos LIFE, os quais vão muito mais além do que as espécies-alvo.

Os impactos das alterações climáticas possuem consequências diretas nas nossas populações, sendo necessário uma resposta mais célere nos investimentos, sejam eles no âmbito do LIFE CLIMAZ, seja no acesso ao Fundo de Emergência Climática, onde se verificam casos de espera de um ano só para o despacho. Veremos mais quanto tempo esperarão para o pagamento.

Mas falemos de baixas execuções Sr. Secretário!

Como pretende que acreditemos nos valores que nos apresenta, por exemplo, no programa Eco-Freguesias?

É que agora fiquei com uma dúvida que preciso me esclareça. Este não é o valor mais alto do Eco-Freguesias.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): É, é!

A Oradora: Se eu consultar a página 157 do Plano para 2024 neste programa, vejo um valor muito superior ao valor que nos apresenta este ano. Eu estou a olhar para o Plano publicado e o que nós temos é um decréscimo no investimento do Eco-Freguesias para 2025.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Eu já explico.

A Oradora: É o que nos apresenta. É aquilo de que eu tenho conhecimento e esta Casa também. E até é um decréscimo acentuado.

Ainda lhe pergunto mais: como é que quer que acreditemos nesse valor, quando em 2023 – um ano sem queda do Governo ou quebra do orçamento - nos apresentou um orçamento executado de 9% do valor previsto? Um valor de 49 mil euros executados em 2023.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Aí tem, já respondeu à sua pergunta.

A Oradora: Não, não respondi.

Este valor nunca foi tão baixo desde o início do programa Eco-Freguesias. Por isso, vangloriar-se do valor elevado, quando tem execuções de 49 mil euros, para nós não é de forma nenhuma uma satisfação.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Já lá vamos.

A Oradora: Já agora, Sr. Secretário, está a fugir um bocadinho à regra. Estamos a discutir o Plano (hoje) e nem ontem nem hoje as juntas de freguesia receberam o pagamento deste programa. Normalmente era uma tradição sua.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah pois é!

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Não é obrigação nenhuma!

A Oradora: Pois mas, infelizmente, as nossas juntas de freguesia têm obrigações de pagamento de salários e a fornecedores e não recebem qualquer pagamento. Mas, ainda assim, garantiram a limpeza das suas áreas e das suas ribeiras, mas aguardam o pagamento que o seu Governo e da Coligação está a falhar.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A estratégia adotada na área dos resíduos nos últimos anos, permitiu que em 2020 os Açores se destacassem como a região do País com melhor desempenho na gestão dos resíduos urbanos, apresentando já taxas de valorização elevadas e tendo alcançado, em 6 ilhas, o estatuto de “aterro zero”.

Contrariamente ao que o Sr. Secretário alega muitas vezes, pois até recebeu uma boa herança, estruturada com os melhoramentos que previam ser necessários, atendendo o desgaste previsível e às metas que seriam necessárias alcançar e que alteraram ao longo do tempo. No entanto, não se pode esquivar daquilo que também já é a sua herança!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O Sr. Secretário não se esquiva de nada!

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Não foi ao nível dos censos.

A Oradora: Em 2023, na ilha das Flores, e após o alerta sobre a acumulação extrema de passivo no Centro de Processamento de Resíduos e da falta de contentores disponíveis para transporte, foram expedidos da ilha em apenas 2 meses, 43 contentores de resíduos. E esses resíduos não foram acumulados desde 2020.

Em agosto deste ano, na sequência do incêndio no Centro de Processamento de Resíduos (CPR) de S. Jorge, o que sabemos é que havia uma acumulação de

mais de um ano nas imediações do Centro e que era devido ao transporte que não era facilitado. E essa sim era uma responsabilidade sua.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Olhe que não!

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): A senhora nem sequer sabe o que está a dizer!

A Oradora: E, infelizmente, ainda recentemente o terreno destinado ao aterro de inertes do CPR do Corvo demonstra falta de fiscalização e acompanhamento na área de gestão de resíduos. A acumulação desses materiais ocorreu entre junho de 2021 e a data do incêndio, numa área que anteriormente funcionava como aterro de inertes vedado e trancado, impedindo o depósito indevido de material.

Terá de ser seu compromisso para 2025, um investimento efetivo e não no papel, na conservação do nosso património natural, para poder garantir e disfrutar dos recursos naturais no futuro.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2025, reafirma com determinação o compromisso desta Coligação em concretizar políticas de proximidade. O reforço dos apoios às juntas de freguesia, por exemplo, no âmbito do programa Eco-Freguesias é o exemplo desse compromisso. Passámos de cerca de 40 mil euros em 2019, para

mais de 1 milhão de euros em apoios às freguesias. É, em 4 anos, o maior investimento feito, muito mais do que em 8 anos de governação socialista.

Este programa tem vindo a crescer ano após ano, assume-se como um pilar essencial na preservação ambiental e na limpeza dos nossos espaços públicos, envolve as comunidades, promove a qualidade dos espaços públicos e incentiva a práticas sustentáveis e é amplamente reconhecido e elogiado pelos autarcas.

Destacamos ainda ações de sensibilização ambiental junto das escolas. Estas iniciativas são fundamentais para formar as novas gerações nas boas práticas ambientais, fomentando uma consciência coletiva mais forte e preparando os Açores para um futuro mais sustentável.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: A instalação do Observatório Climático do Atlântico, na ilha Terceira, em colaboração com o IPMA, presente neste Orçamento para 2025, reafirma o compromisso dos Açores com a investigação científica, com o combate às alterações climáticas, com o posicionamento da Região como referência no estudo e monitorização do Atlântico.

Na área da proteção civil e bombeiros, o trabalho desenvolvido merece o maior reconhecimento, o tão esperado reforço da frota vermelha é um marco de enorme relevância que capacita as nossas associações humanitárias a agir com maior eficiência, prontidão e qualidade nos serviços prestados à população.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O reforço da aposta na emergência pré-hospitalar com um investimento de cerca de 8 milhões de euros, representa um compromisso inequívoco com a segurança e com a saúde dos açorianos.

Este investimento permitirá fortalecer os meios de socorro, ampliar a cobertura e a prontidão das respostas em situações de urgência e emergência, sobretudo, preservar a vida humana.

Além disso, a valorização dos bombeiros representa o justo tributo às mulheres e homens que muitas vezes em condições adversas, se entregam ao serviço das nossas comunidades.

Este Plano e Orçamento para 2025 é a expressão das prioridades claras que colocam as pessoas e as comunidades no centro das decisões políticas.

Este é o caminho para um futuro mais justo, mais sustentável e mais próximo de todos.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito obrigada Sr. Presidente.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Exmo. Sr. Vice Presidente do Governo, Exmos. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste Plenário – e noutros até - já várias vezes foi dito aos açorianos:

A economia dos Açores regista crescimento há 40 meses consecutivos, conforme o Indicador de Atividade Económica demonstra.

Entre 2020 e 2022 o PIB regional real cresceu, em média, 7,1%, notavelmente acima dos 6,3% do país, passando a representar 89,7% do PIB per capita nacional e 70,6% do PIB per capita da UE, os valores mais elevados desde 2016.

Ouvíamos isto muito no início deste debate plenário e regressei a este dado, precisamente porque este é um crescimento inigualável, um crescimento que vai ao encontro dos açorianos, das suas necessidades no presente e para o futuro.

Um crescimento que é aquilo que todos os açorianos querem: sustentado, sustentável, conciliado com a preservação do valor único do seu património natural, base deste mesmo crescimento que importa respeitar, valorizar, cuidar e acautelar no presente e para as gerações futuras de forma equilibrada e equitativa. É isto que tem sido feito por este Governo e por esta Secretaria.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Não seria possível, nesta intervenção (e tantas vezes foi falada a palavra **herança**) lembrar uma herança que acho que é importante, e talvez o Sr. Secretário possa clarificar um pouco melhor, aquilo que foi recebido como sendo a herança que o Conselho de Geoparques Mundiais da UNESCO nos atribuiu em 2021, um “Cartão Amarelo”, apontando diversas insuficiências e recomendações ao Geoparque Açores. Esta é uma classificação que não podemos correr o risco de perder. Com o esforço do Governo Regional, da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, assegurámos esta importante classificação que sustenta e enquadra tantas outras das quais nos orgulhamos que evidenciam a unicidade do nosso território no contexto mundial que tanto e tantas vezes tem sido noticiado e alavancada por muitos e alguns dos que estão nesta Casa.

Foi com um trabalho firme e estratégico que se conseguiu que o Geoparque dos Açores fosse viabilizado pela UNESCO por mais quatro anos. Na sequência da missão de avaliação para revalidação do estatuto de Geoparque Mundial da UNESCO, o secretariado do Programa Internacional de Geociências emitiu a notificação oficial do «Cartão Verde», validando o território açoriano enquanto Geoparque Mundial da UNESCO por um período de mais quatro anos.

É uma conquista a enaltecer! Mas não parámos por aqui.

A 20 de novembro 2024, em Bruxelas, vimos a renovação do Galardão da Carta Europeia de Turismo Sustentável das Terras do Priolo. Não se encontra na sala,

mas penso que vai ao encontro daquilo que há pouco o Deputado Pedro Neves também questionava.

Os açorianos devem ficar orgulhosos, cada vez mais comprometidos e implicados. Esta Carta distingue boas práticas na promoção de um turismo sustentável, a nível ambiental, cultural, social e económico, em áreas protegidas, em mais de 40 países.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: No Parlamento Europeu os Açores, através da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, receberam o Galardão de renovação da Carta Europeia de Turismo Sustentável das Áreas Protegidas (CETS) das Terras do Priolo, para o período de 2024/2028, mais 5 anos. A renovação deste certificado resulta de um trabalho conjunto iniciado em 2022, liderado pela Secretaria do Ambiente, envolvendo vários parceiros. O novo Plano de Ação Terras do Priolo, representa um investimento de cerca de 7 milhões de euros, a executar ao longo de um período de 5 anos, sendo que 2,1 milhões de euros são da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática.

Como já foi dito, para a componente ambiental, o Plano de Investimentos apresenta uma dotação de cerca de 19 milhões de euros inserido nas várias áreas estratégicas definidas pelo XIV Governo Regional dos Açores, mas gostaria de destacar a mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Os açorianos, tal como toda a humanidade, são cada vez mais afetados por fenómenos extremos que perturbam de forma inequívoca a sua qualidade de vida, saúde e bem-estar, como já tantas vezes temos vivido.

Com este Governo, os açorianos sabem que tudo tem sido feito e continuará a ser feito para, mesmo com a imprevisibilidade que este problema encerra, contarem com uma ação robusta, consistente e concertada no sentido da prevenção, mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Combate às alterações climáticas continua a ser uma das prioridades máximas do Governo Regional dos Açores. Dava conta até, também, de que este programa está em fase de revisão que se iniciou já este ano e cujo procedimento continuará em 2025, com um investimento que também está descrito nos documentos em análise.

Relembraria que, de forma muito direta relacionada com este fenómeno, aprovámos há poucas semanas nesta Casa, o Plano de Gestão de Riscos e Inundações para os Açores, com mais de 18 milhões de euros alocados, no qual mais áreas de risco foram inseridas incluindo, com destaque, a introdução de frentes marítimas identificadas como “zonas de risco”.

Deputado João Bruto da costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E aqui não posso deixar de lembrar uma obra fundamental na ilha do Pico, também inserida: a obra de proteção costeira na baía do Cais do Pico, lançada a concurso e que, efetivamente, era uma obra ansiada e esperada há 30 anos. Um jornal local refere-se a ela como “o sonho de uma baía protegida e ordenada em S. Roque do Pico está mais perto da realidade”.

Deputado João Bruto da costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E está definitivamente mais perto, desde que este Governo realmente o assumiu e abraçou como um desígnio também importante para a ilha do Pico e para a proteção dessa orla costeira.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Dizer também que o Projeto Life Climaz, tem um valor superior a 3,1 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 44% em relação ao ano anterior, dos quais, cerca de 2 milhões de euros são da responsabilidade desta Secretaria.

É importante também dar conta do Projeto de Capacitação dos Serviços Operacionais da Secretaria - foi evidenciado pelo Sr. Secretário durante a audição - para a Requalificação e Manutenção da Rede Hidrográfica, permitindo, por isso, maior robustez de ação.

Devo destacar aquilo que este Governo assumiu e abraçou em 2022, com a criação do Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática, com um investimento para 2025 que ascende a 488 mil euros. É um regime único, criado por este Governo, que permite acautelar prejuízos e danos materiais que não se enquadrando noutras possibilidades, possam, assim, ser efetivados e apoiadas as populações, apoiando também as famílias.

Desde a sua criação, em 2022, este Regime já foi ativado em várias ocasiões e, mais uma vez, o Governo dos Açores tem estado e, continuará a estar com os açorianos nas situações difíceis de forma estruturada, com candidaturas que todos nós podemos aceder e perceber como se efetivam com toda a clareza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Essa parte não está bem explicada!

A Oradora: Não poderia deixar, aliás, foi também referido pelo colega Deputado Pedro Pinto, o Observatório da Montanha do Pico como algo importante e é, novamente, valorizado com um protocolo com a Universidade dos Açores, novamente também para investigação estruturada e científica no âmbito das alterações climáticas, assim como o Observatório Climático do Atlântico.

Há a destacar novos projetos, serão aqueles que nós já vimos que até 2028 vão alocar mais de 1 milhão de euros - o Projeto Implacost, INTERREG, o Projeto Têxtil, Reinforce e o Circular Ocean.

Falou-se já aqui de escaravelhos, de caracóis, da necessidade da sua preservação, mas vemos que nesta área, este Governo não anda a *passo de caracol*, bem pelo contrário, protege-os, mas anda a bom ritmo e anda de uma forma holística e integrada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Se me é permitido, Sr. Presidente (que aceitou a minha inscrição) gostaria de terminar lembrando aquilo que foi a herança recebida nos centros de processamento de resíduos e que obrigou a investimentos no valor de mais de 3 milhões de euros e que já levam uma quantia significativa de mais de 6,5 milhões de euros, e nós também vimos o estado em que estavam alguns desses centros de processamento de resíduos.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito mais havia a dizer, porque é tanto o trabalho efetivado.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Ávila:

Começo, naturalmente, por si, porque foi a primeira questão que foi colocada.

Tirando a parte de subscrever integralmente a homenagem aos nossos bombeiros, a partir daí a coisa de facto não correu bem.

Deixe-me dar nota de dois ou três aspetos que me parecem muito importantes.

Sr. Deputado, isto é a evolução do Plano e Orçamento da Região na área da proteção civil de 2020 a 2024. Nestes 14 milhões de euros, são mais 15% do que em 2024, mas são mais 64% do que em 2020, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: São também mais 30% do que o maior valor que alguma vez o Partido Socialista investiu que foi em 2010, são mais 3,3 milhões de euros do que o Partido Socialista alguma vez investiu. Estes aumentos são muito importantes e refletem-se ao nível da emergência pré-hospitalar. Aqui também temos o gráfico da evolução do investimento na emergência pré-hospitalar. Dizer-lhe que esta emergência pré-hospitalar chega a 8 milhões de euros.

Sabe qual foi o maior valor que o Partido Socialista investiu neste setor na emergência médica pré-hospitalar?

Pois, Sr. Deputado, foram 4,9 milhões de euros. Portanto, nós temos mais 63% na emergência médica pré-hospitalar do que alguma vez o Partido Socialista investiu que foi em 2020.

Quero dar-lhe nota, também, de que aumentámos o apoio ao quilómetro percorrido no valor de 19 cêntimos, em 2020, para 25 cêntimos atualmente. Este Plano permite também contratar mais 19 técnicos de ambulância de socorro e permitirá fazer mais 3 tripulações para reforçar em P. Delgada e na Ribeira Grande.

Ao nível dos equipamentos e comunicações, Sr. Deputado, mais um gráfico, mas muito semelhante aos outros, que regista uma subida vertiginosa. Estão previstos 3 milhões de euros, isto é, mais 1 milhão de euros do que o ano passado e quase 6 vezes mais do que em 2020, onde o Partido Socialista investiu apenas 660 mil euros. Desde 2010 que não era adquirida uma viatura vermelha pelo Partido Socialista. Uma única viatura vermelha.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Em 2010 – que vergonha!

O Orador: Pois bem, nós já adjudicamos 9 viaturas no valor de 3,3 milhões de euros, já foram 3 entregues, uma será entregue até ao final do ano na Praia da Vitória e temos mais 5 para chegar em 2025. Já adjudicámos 9 ambulâncias de socorro e iremos lançar um concurso para mais 5 viaturas vermelhas e outras 9 ambulâncias de socorro a entregar em 2026, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mesmo para concluir este assunto, ao nível da formação, o gráfico é muito semelhante. O investimento na formação para 2025 é de 270 mil euros, em vez dos 100 mil euros que foram investidos em 2020.

Portanto, eu julgo que com estes gráficos se percebe muito daquilo que nós estávamos a dizer e quero ainda dizer-lhe que conseguimos também valorizar as tabelas salariais em 7 PCT, com aumentos muito substanciais de 100 euros na base da tabela e de 250 euros no topo da tabela. Também estamos a implementar o Estatuto Social do Bombeiro que foi aprovado aqui recentemente e, sim, vamos implementar o modelo de financiamento das associações humanitárias com um valor de 500 mil euros; os critérios e toda a articulação passou no Conselho Regional de Bombeiros, foi feita em articulação com a Federação e com as associações e teve a sua aceitação.

Depois, Fundo de Coesão: já foram pagas as faturas de outubro, portanto, as faturas estão a ser pagas. Se o senhor não sabia dou esta informação nesta Casa. Quanto aos 8%, o Governo Regional já pagou metade – do 1º semestre - e tem até ao final do ano para pagar os restantes 50%. Assim será, não temos dúvidas disso.

Em relação à ANA, enfim, já tive oportunidade de me pronunciar sobre isso, é uma questão entre duas entidades privadas, apesar de prosseguirem um

interesse público. Também posso dar nota de que a Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, após os vários contatos que foram feitos, também fez um contacto escrito com a ANA. Já temos uma reunião agendada para o mês de dezembro e temos a convicção de que poderemos ultrapassar este problema, assim a ANA possa também resolver o problema dos contratos deficitários das associações que prestam serviço nesses quatro aeroportos, dentro daquilo que é possível.

Relativamente à questão do Estatuto do Bombeiro, nós sempre dissemos que devíamos esperar para ver o que é que acontecia a nível nacional. A nível nacional, está a ser criado o grupo de trabalho para a elaboração da proposta da carreira e benefícios para os bombeiros voluntários e profissionais. Eu próprio fiz um contacto com o Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil e, posteriormente, também enviei um ofício a 22 de novembro para colocar por escrito essa intenção que é uma legitimidade do Governo Regional dos Açores de poder integrar esse grupo de trabalho e dar o nosso contributo que terá repercussões no País inteiro, Sr. Deputado.

Em relação às questões que foram levantadas pela Sra. Deputada Olivéria Santos, efetivamente subscrevo que o CHEGA tem tido uma preocupação com os bombeiros, teve um papel importante na aquisição dos primeiros 4 carros de bombeiros, mas nós já adjudicámos outros 5 iremos continuar a fazer um investimento nessa matéria.

Em relação ao Estatuto do Bombeiro e do modelo de financiamento, evidentemente também já falei sobre isso, iremos implementá-los, é uma certeza.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado José Pacheco sobre as ribeiras, nós este ano já fizemos mais de 500 mil euros em contratações para a limpeza de ribeiras, contratámos o ano passado 18 operacionais para intervenção nas ribeiras. Por vezes, esses concursos ficam vazios – é uma dificuldade - por isso mesmo, vamos fazer um investimento de 3 milhões de

euros na aquisição de equipamentos para fazer intervenção preventiva e uma manutenção adequada das nossas linhas de água.

Em relação ao Sr. Deputado Pedro Neves - redução na conservação da natureza – evidentemente isso tem muito que ver com a dinâmica dos Projetos LIFE, porque depois de adquirirmos equipamentos e fazermos investimentos, não vamos fazê-los novamente e, portanto, há aqui algumas variações.

Também já lhe respondi em relação à questão do grupo de trabalho. E queria dizer-lhe também que no continente não há sequer uma PCT, a maioria dos bombeiros em início de carreira ganha o ordenado mínimo e, portanto, aqui ganham mais do que no continente – isso é uma certeza! Mas claro que nós obviamente conseguimos esta valorização da qual nos orgulhamos, porque achamos que é um aumento importante para quem merece, os nossos bombeiros, e não pararemos por aqui. Iremos continuar a lutar para criar condições mais dignas para os nossos bombeiros.

Sra. Deputada Ana Jorge, muito obrigado pela sua intervenção. De facto, fez uma resenha muito concreta daquilo que tem sido o trabalho desta Secretaria. E queria dar-lhe nota de que recebemos um “cartão amarelo” em relação ao Geoparque para o período de 2017/2021. A Secretaria viu-se obrigada a assumir a Presidência do Geoparque e a puxar a si a resolução desse problema, tivemos que liquidar a dívida que o Geoparque tinha, fizemos a alocação de profissionais e, felizmente, já obtivemos o “cartão verde” que nos garante este estatuto por mais 4 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Finalmente, em relação à Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, bom, nem sei por onde é que começo, mas acho que vou começar pelo programa Eco-Freguesias.

Ó Sra. Deputada, se eu fosse Deputado do Partido Socialista, teria outro recato a falar em relação a essa matéria e vou-lhe dizer porquê, atendendo ao histórico: o maior valor de investimento do Partido Socialista no Eco-Freguesias foram 465 mil euros, nós mais do que duplicámos esse valor e a senhora faz a pergunta (e dá a resposta) porque é que a execução foi baixa no ano de 2023?! Porque houve transferência de dívida e, por isso, é que o valor à frente é muito maior do que 1 milhão de euros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Transferência de dívida, quer dizer que não pagou, é isso?

O Orador: Não há aqui nenhuma redução.

A senhora tem a tendência de desinformar, mas eu estou cá para repor a verdade, Sra. Deputada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Dou nota de que os investimentos no Eco-Freguesias que este Governo fez em 4 anos, são o mesmo valor que o Partido Socialista fez nos 8 anos finais do seu mandato, exatamente o mesmo valor, Sra. Deputada.

Por outro lado, também dar-lhe nota de que recentemente a Direção Regional do Ambiente fez uma reunião com a Comissão Europeia, onde fomos elogiados na gestão que temos de resíduos na Região. Há coisas que herdámos bem do Partido Socialista, é verdade – eu não tenho o mesmo discurso que a senhora, outras melhorámo-las e ainda tivemos que corrigir muitas das heranças que V. Exas. deixaram, nomeadamente ao nível dos centros de processamento de resíduos.

Dou também nota duma matéria que já foi falada pelo Sr. Deputado José Leal ontem, de que muito recentemente nós recebemos uma comunicação que foi

dada ao conhecimento do Sr. Presidente do Governo, onde o Presidente da Direção da ANAFRE faz um reconhecimento do empenho e do trabalho estreito de colaboração entre o Governo e as nossas freguesias e, portanto, não somos nós que o dizemos, não são os números, é a própria ANAFRE presidida por alguém que me parece insuspeito nesta matéria, Sra. Deputada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Para já termino, mas se tiver ficado alguma questão por responder, cá estarei.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma interpelação.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, é que estamos todos cansados e, por isso, eu posso ter-me enganado - talvez se possa pedir uma transcrição - pois eu fiz uma comparação com a Madeira e não com o continente, presumo eu, se calhar o senhor percebeu mal. E era para verificar se no Diário das Sessões irá ficar alguma confusão entre a Madeira e o continente. Deu-me só 20 segundos de resposta, e como tem tempo ainda, talvez possa precisar este aspeto.

Presidente: Obrigado. Está registada a sua interpelação.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

É claro que a minha obrigação é trazer aqui as preocupações das associações. E há muitas associações que, neste momento, estão asfixiadas por falta de

pagamento. E mais do que anúncios, o que elas realmente precisam é de pagamentos em dia. Por isso, eu trago esses assuntos aqui.

O Sr. Secretário referiu um rol de investimentos, mas os governos servem é para isso. Os governos do Partido Socialista, por exemplo, em 10 anos, também investiram mais de 1 milhão e 400 mil euros em formação; em 10 anos triplicou o número de ambulâncias e duplicou o número de prontos-socorros, duplicaram também o número de autotanques. Ou seja, os governos do Partido Socialista também investiram muito na área da proteção civil. Mas os senhores chegam aqui e até parece que foram os primeiros que descobriram a proteção civil dos Açores, não senhor. A proteção civil já existia e teve também muitos investimentos. Mas, Sr. Secretário, como o senhor não me explicou nada sobre a revisão do novo modelo de financiamento das associações, se calhar eu perguntava ao Sr. Deputado Flávio Soares - já que me pareceu ter conhecimento sobre esta matéria - se me podia dar alguma explicação sobre o que é que se vai passar, porque as associações, ao contrário do que foi dito pelo Sr. Secretário, não estão a par desse novo modelo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu levanto-me naturalmente para falar sobre o Programa Eco-Freguesias e para dizer que, sim, Sr. Secretário Regional, tem toda a razão nas observações que faz, porque a tendência do Partido Socialista, nomeadamente da Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, é sempre diminuir deste lado. A senhora é sempre a dividir.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade. **A Oradora:** Eu sei que o algarismo é o mesmo que dois, mas *metades* não são sinónimo de *dobro*, são coisas diferentes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E o que este Governo fez com o programa Eco-Freguesia foi transformá-lo no dobro daquilo que o Partido Socialista costumava fazer, ao contrário, entre 2013 e 2020, como já vimos a analisar várias vezes aqui nesta Casa, havia freguesias – sabe, as 10 que a gente já falou são exceções - a maior parte delas, não recebiam tarde, não recebiam... nada de todo, Sra. Deputada.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, vir aqui tentar criticar a cooperação que o Governo Regional tem com as freguesias dos Açores, já lhe começa a ficar muito mal, porque toda a gente sabe que isso é absolutamente uma inverdade.

Sr. Secretário Regional do Ambiente, gostava de lhe pedir, por favor, que distribua através da Mesa a todas as Sras. e Srs. Deputados...

Deputado José Ávila (*PS*): Ah a senhora está ao pedir ao Governo para distribuir uma coisa?!

A Oradora: Estou, porque tenho curiosidade, pois não li a carta assinada por Jorge Veloso, Presidente da ANAFRE a nível nacional, que diz que nunca houve cooperação com o Poder Local nos Açores como há com este Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E como eu não conheço a carta...

Deputado José Ávila (PS): Ah a senhora não a conhece, mas sabe o que está lá escrito!

A Oradora: ... gostava, humildemente, de pedir ao Sr. Secretário Regional que a distribua, não só por todas as Sras. e Srs. Deputados, mas também pela comunicação social.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma pergunta direta para o Sr. Secretário sobre o combate às plantas invasoras: qual é a verba?

Queria manifestar aqui uma preocupação do CHEGA sobre as plantas invasoras. Por acaso temos verificado que é um sítio onde tem falhado. De facto, contrariamente ao que a Deputada Ana Jorge diz, andamos a *passo de caracol* no combate às invasoras. E onde é que falha...? Na Casa da Democracia.

Para começar, os jardins estão cheios de hortênsias, supostamente uma planta invasora, e agora fico descansado, porque não é um escaravelho nem um caracol, mas no gabinete do CHEGA (que partilha com o PAN) existe esta planta, uma invasora - *cyperus scariosus* (sudoeste asiático). Como não foi o

Xanana Gusmão que a trouxe, porque não dava tempo para crescer, esta é uma planta invasora altamente perigosa. E, por isso, eu queria chamar a atenção ao Sr. Secretário, creio que não vai autuar o Sr. Presidente da Assembleia, mas acho que o plano de combate às invasoras tem que começar pela Casa da Democracia, pelas autarquias e pelos terrenos do Estado para dar o exemplo. Portanto, neste capítulo, o CHEGA, não podia deixar de manifestar a sua preocupação. E creio que o Deputado Pedro Neves vai ter a mesma preocupação, porque realmente como não há rede no gabinete, temos que ir para o jardim e, hoje, tropecei nessa planta, uma invasora do sudoeste asiático. Muito obrigado, Sr. Secretário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado - coitadinha da planta.

Risos da Câmara

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Prometo que não trago nenhuma planta invasora nem perigosa. Vou falar-vos de bombeiros.

A verdade é que os números falam por si.

Os bombeiros dos Açores, felizmente, e as nossas associações sabem que podem contar com o Governo liderado pelo José Manuel Bolieiro, podem contar com este Governo e os números que foram apresentados, tanto a nível de investimento como aquilo que está previsto para o próximo ano e também aquilo que decorreu desde 2020, provam exatamente isso.

Nós, Sr. Deputado José Ávila, estamos ao lado dos nossos bombeiros.

Nós, Sr. Deputado José Ávila, estamos ao lado das associações.

Eu não sei se o Sr. Deputado José Ávila tem conhecimento de que a Federação integra todas as associações da nossa Região?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não tem, não tem!

O Orador: E, portanto, se houve um trabalho de parceria entre o Governo Regional e a Federação de Bombeiros dos Açores na elaboração do modelo de financiamento, é óbvio que está aqui a posição clara e inequívoca de todas as associações das nossas ilhas. E, portanto, não percebo como é que o Sr. Deputado diz que as associações não estão a par daquilo que foi delineado em relação ao modelo de financiamento.

Eu sei que o Partido Socialista gosta muito de colocar o *carro à frente dos bois*, mas nós não. Temos a consciência e o perfeito juízo de que, seguindo a estratégia definida, iremos ao encontro daquelas que têm sido as reivindicações dos nossos bombeiros.

Deputado Pedro Neves (PAN): O Conselho Regional dos Bombeiros foi ouvido?

O Orador: Mas há mais um pormenor, e para terminar, que tem a ver com o diálogo e com a proximidade.

Este Governo, não só nesta pasta, mas como em todas as pastas, tem demonstrado a proximidade, o diálogo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o conhecer as reivindicações de todos para tentar ir ao encontro dessas mesmas reivindicações, coisa que o Partido Socialista nunca fez no seu passado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: é verdade!

O Orador: Há um outro pormenor, Sras. e Srs. Deputados, que há pouco o Sr. Deputado Joaquim Machado lembrava, e que é importante deixar nota. É que o Partido Socialista esteve no Governo 24 anos.

O Concelho do Nordeste tem um quartel de bombeiros que foi inaugurado por um Governo do PSD, graças a Deus terá um novo quartel de bombeiros, inaugurado pelo Governo liderado também pelo PSD – obviamente integrando outros partidos - mas que será uma reivindicação que este Governo terá em atenção. E os governos do Partido Socialista nunca tiveram, Sr. Deputado. Isto demonstra, efetivamente, a falta de estratégia dos diversos governos do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Calma, não trago plantas invasoras... nem armas!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A segurança e o bem-estar das pessoas e da população açoriana, está diretamente relacionada com a capacidade e com a eficiência que terá a proteção civil na resposta aos fenómenos que ocorrem nesta Região. A proteção civil faz sentido em qualquer parte do mundo, numa Região como a nossa, com a exposição que tem a fenómenos naturais e também a intervenções humanas, fará ainda mais sentido.

Já foi falado que os bombeiros são efetivamente a espinha dorsal da proteção civil, mas esta tem outros agentes que dela fazem parte.

E aproveito esta oportunidade para me congratular, porque ontem foi noticiado que finalmente ao fim de 15 anos, parece que vamos ter uma esquadra da PSP na Ribeira Grande.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: É verdade!

O Orador: Portanto, este Governo realmente não só aqui, mas também na República, está sensível às justas reivindicações daqueles que servem as pessoas e, efetivamente, está a repor aquilo que é essencial.

A Esquadra da Ribeira Grande, que muitos ribeira-grandenses conhecem e outros que por lá passaram, funciona num corredor, precisamente no quartel de bombeiros há 15 anos. Portanto, finalmente, vamos ter uma esquadra da PSP na Ribeira Grande. Agradeço ao Governo da República a sensibilidade que tem pela forma como trata estas questões, equivalendo-se ao Governo Regional do Açores.

Há uma outra questão que queria deixar aqui, saindo já da esfera da proteção civil, Sr. Secretário: como é que estamos relativamente ao combate às térmitas na Região Autónoma dos Açores?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma questão para o Sr. Secretário.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Só uma?!

A Oradora: Queria que me clarificasse qual foi o valor que transitou em dívida de 2023 para 2024, no seguimento das suas declarações porque, infelizmente, as nossas juntas não podem deixar dívida e têm que pagar os salários aos seus funcionários e têm que pagar os seus fornecedores, coisa que em 2023 não fizeram e em 2024, pelo caminho que já vai, assim seguem.

Era só esta questão.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Joana Pombo Tavares:

Não há nada por pagar, está tudo pago. E este ano faremos o pagamento, como fazemos todos os anos. Não há um único valor em dívida com as nossas freguesias no âmbito do programa Eco-Freguesia.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): O senhor é que disse que transitou a dívida!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: A Sra. Deputada, devia informar-se antes de falar.

O incêndio no Centro de Processamento de Resíduos de S. Jorge ocorreu em material que é reciclável (em plástico), numa zona que estava afastada de tudo e onde não era suposto pegar o fogo por geração espontânea. Portanto, está a ser investigado, foi feita uma peritagem, o sítio está limpo, está a haver uma gestão

de resíduos normal, houve já investimento e o Governo Regional cá estará para ajudar, caso o seguro não cubra todas as despesas. Já agora, o valor de prejuízo ronda os 500 mil euros.

Em relação ao Centro de Processamento de Resíduos do Corvo, aproveito também, Sra. Deputada, para lhe lembrar que o sítio onde estava a ser feita a acumulação de paletes pertence à Câmara Municipal, está concessionado desde 2012 ao Centro de Processamento de Resíduos para RCD (resíduos de construção e demolição), onde foram abandonadas durante mais de uma década paletes. E queria dar nota disto.

Querem responsáveis?

Eu lamento a atuação do Sr. Deputado Lubélio Mendonça e do Sr. Presidente do PS/Açores Francisco César, por fazerem alarmismo e apontarem o dedo, colocando em causa o bom nome do Governo Regional, o bom nome da RESI-Açores e o bom nome da Câmara Municipal de Vila do Corvo. Lamento que o tenham feito. E já agora, se querem responsáveis, perguntem ao Sr. Deputado que é assistente operacional do Serviço de Ambiente do Corvo desde 2003! Viu aquilo acontecer, crescer e multiplicar-se.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem é?!

O Orador: O Sr. Deputado foi vereador da Câmara enquanto isto acontecia, mas o Partido Socialista é que governava na altura e aí o Sr. Deputado não via nada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O senhor foi Deputado nesta Casa na última Legislatura, mas aí também não via nada, porque o Governo era socialista! Mas agora vê tudo, ficou com uma enorme clarividência!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Faço uma interpelação à Mesa, no sentido de solicitar que vejam na transcrição se não foi o Sr. Secretário quem falou numa transição de dívida de 2023 para 2024?

Não foram palavras minhas, foram palavras do Sr. Secretário.

Também vou entregar à Mesa imagens de acumulação de resíduos entre junho de 2021 e setembro de 2024, em que já não era uma gestão governamental do PS, era sim deste Governo de Coligação, em que se demonstra claramente a acumulação de resíduos no terreno de que estávamos a falar.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Assim que a Mesa rececionar as suas fotografias fá-las-á distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

(*) **Deputada Marlene Damião (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática:

Por falar em alterações climáticas e porque o senhor apresentou em dezembro passado o roteiro para a neutralidade carbónica da nossa Região, tendo sido apenas no mês passado que decorreu a consulta pública, volvido praticamente um ano desde esse anúncio, de resto, tal como referiu o Sr. Deputado Flávio Soares, este Governo não gosta de *pôr o carro à frente dos bois*, realmente isso nós reconhecemos que é verdade; este Governo é de facto perito em pagar para

serem feitos estudos, em constituir equipas de trabalho, estruturas de missão, lançar primeiras pedras, realizar protocolos, o tempo vai passando e os açorianos vão aguardando. Mas pronto, vamos concretizar:

Pergunto-lhe se foi contemplado e acautelado nesse roteiro o impacto das emissões totais de gases com efeitos estufa, ao nível dos transportes coletivos de passageiros, pela antiguidade dos veículos e pela necessidade de promover a renovação da frota para veículos mais eficientes e, tal como lancei o repto ainda hoje à Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas para criar sinergias com a Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego, também sensibilizo a Sra. Secretária Regional do Turismo para lançar urgentemente um programa para renovação da frota de transporte coletivo terrestre passageiros. Isto porque S. Miguel está numa situação dramática e catastrófica ao nível do serviço de transporte terrestre. E, portanto, deixo aqui estas duas questões que gostaria que me respondesse.

Muito obrigada.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra Sr. Secretário Regional do Ambiente.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque me esqueci de responder à questão das térmitas, Sr. Deputado Luís Soares.

Esta Secretaria faz a monitorização da dispersão das térmitas. E queria dar nota também de que o Partido Socialista gastava 40 mil euros por ano para fazer um relatório que motorizava 7 localidades para **uma** espécie de térmicas; o

Governo Regional dos Açores, com os seus recursos próprios e nestes 4 anos, com menos de 5 mil euros, faz isso tudo, mas não para uma espécie e sim para as 4 espécies que estão presentes nos Açores e para todo o território da Região Autónoma dos Açores, Sr. Deputado.

Quero dar nota também de que para além disso, desenvolvemos uma *app* para melhorar a recolha das armadilhas, fizemos um guia prático para o controlo de térmitas e um folheto informativo que é distribuído pelo público em geral para identificação das térmitas e também das oportunidades e dos procedimentos adequados. Portanto, com menos de 5 mil euros, fizemos aquilo que o Partido Socialista, numa legislatura, fez com 270 mil euros.

Em relação à ação climática, Sra. Deputada Marlene Damião, evidentemente que sim, tudo isso está contabilizado, foram tidos em conta e articulados com todos os departamentos relevantes para esta matéria. Dar só nota de que V. Exas. a única coisa que fizeram a matéria de ação climática, foi o Programa Regional para as Alterações Climáticas, que levaram 5 anos a desenvolver e custou 600 mil euros. A partir daí fizemos o Roteiro da Neutralidade Carbónica, o Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática, estamos a implementar o PRAC, fizemos a Cartografia de Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas, estamos a criar um Sistema de Alerta de Cheias em Bacias de Risco, implementámos também os Planos de Gestão de Riscos e Inundações, o Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água, revimos três Planos de Ordenamento da Orla Costeira, concluímos o Projeto de PLAN CLIMAC e já aprovámos uma 2ª edição e, ainda, estamos a apoiar na investigação científica com o apoio à Universidade dos Açores no Observatório da Montanha do Pico e com a instalação do Observatório Climático do Atlântico.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Pedia-lhe que quando esclarecer as metodologias utilizadas pelo Partido Socialista, seja sincero e real naquilo que acontecia, principalmente no sistema das térmitas.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Eram avanços!

A Oradora: O que os senhores fizeram foi regredir 20 anos no tempo.

O que o Partido Socialista com os 40 mil euros, era colocar armadilhas, casa a casa, porta a porta, quer nas moradias infestadas, quer nas moradias de risco. O que os senhores fazem agora é colocar em postes de luz que nem sequer estão ao lado de casas infestadas, Sr. Secretário! Nem sequer colocam e identificam as armadilhas em postes de luz à frente de casas infestadas.

Sr. Secretário nesta área, e na audição sobre o Plano e Orçamento isso ficou claro, o senhor reduziu simplesmente a parte da sensibilização nesta área, porque o que existe atualmente é uma mera sensibilização e nada mais vai acontecer. E já que quer falar de planos, então vamos falar, porque em 4 anos o senhor também já tem história.

Nós deixámos contratualizada a execução do Plano de Gestão de Escassez e Secas. O senhor, em fevereiro de 2022, disse que em abril de 2022 o seu Plano estaria pronto. Foi apresentado no CRADS em julho de 2024, ou seja, dois anos depois da data que disse que estaria pronto. O senhor anunciou e está registado na RTP-Açores. O senhor disse que estaria pronto em abril de 2022, Sr. Secretário!

Não se esqueça que o senhor também já tem história nesta Região e ela não é nada bonita de se apresentar!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): O pior era se não tivesse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Eu estava à espera dessa atitude de toda a gente menos do Sr. Secretário. Vir a esta Casa acusar a minha pessoa, acusar um deputado, de ser responsável pela incompetência do seu Governo e da sua gestão, é lamentável!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Muito bem!

O Orador: Eu não lhe admito a si nem a ninguém que venha a esta Casa me acusar seja do for!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo...o Sr. Vice-Presidente do Governo pede a palavra para uma interpelação? Faça favor, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Prevalendo-me da intervenção e da defesa que foi feita pelo Sr. Deputado Paulo Estevão, queria só pedir a V. Exa. que recebesse o ofício que foi, de facto, mandado à Vice-Presidência pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sta. Cruz das Flores, onde refere que disponibiliza um edifício habitacional conhecido como ex-Siturflor, composto de 12 apartamentos, para a vinda e fixação de pessoal técnico em falta na ilha das Flores, nomeadamente professores, médicos e enfermeiros.

O que o senhor solicita, como o Sr. Presidente poderá ver depois quando distribuir às Sras. e Srs. Deputados, é uma reunião, a qual foi efetivada.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Vice Presidente. Assim que rececionar, fá-lo-ei distribuir pelos Srs. Deputados.

Pergunto se há mais inscrições para o debate na generalidade destes documentos?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

É pública a situação financeira que algumas associações humanitárias de bombeiros enfrentam devido ao atraso do pagamento dos hospitais ao transporte de doentes não urgentes.

A pergunta que faço, e tendo em conta o atraso significativo, é se o Sr. Secretário ou algum Membro do Governo, deu instruções aos hospitais para efetuarem com urgência os pagamentos que estão em atraso às associações humanitárias de bombeiros?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática *(Alonso Miguel)*: O senhor sabe que sim!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Carlos Silva, faça o favor.

Deputado Carlos Silva *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros, Sr. Secretário:

Reitero a pergunta e espero sinceramente a sua resposta.

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: Simples!

O Orador: O Governo deu ou não instruções aos hospitais para pagar o valor em dívida às associações de bombeiros humanitárias relativamente ao transporte de doentes não urgentes?

Os valores em atraso são significativos.

Por isso, pergunto a si, mas a pergunta é extensiva à Sra. Secretária Regional da Saúde, se assim entender responder, até porque tem tempo.

Pergunto e aguardo uma resposta, porque é relevante.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições... Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

Deputado Carlos Silva *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros, Sr. Secretário:

Lamento que se esconda e que não responda a uma pergunta que é da sua competência, porque é o senhor que tem a tutela da proteção civil. Se tem a tutela e se tempo, porque é que não esclarece se deu ou não deu instruções?

Sra. Secretária Regional, como o Sr. Secretário Alonso Miguel não pretende responder, pergunto-lhe se a sua Secretaria deu instruções aos hospitais para pagarem valores em dívida relativamente ao transporte de doentes não é urgentes? E, já agora, pergunto também se deu alguma instrução para pagar as dívidas à SATA?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente...

(Apartes impercetíveis de vários Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros, Sr. Secretário...

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(Apartes impercetíveis de vários Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, estava a aguardar condições para poder falar..

Presidente: As condições são excelentes.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua *simpatia*.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros, Sr. Secretário:

Reitero, uma vez mais, as perguntas:

O Governo Regional deu ou não deu instruções aos hospitais para pagarem os valores em dívida às associações humanitárias de bombeiros relativamente ao transporte de doentes não urgentes? Sra. Secretária Regional da Saúde...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): O debate da Saúde foi ontem! E o senhor não se inscreveu!

O Orador: A Sra. Secretária ou alguém da sua Secretaria deu instruções aos hospitais?

Sra. Secretária Regional da Saúde – também podemos perguntar ao Sr. Presidente do Governo se for necessário - deu instruções aos hospitais para efetuarem o pagamento dos valores em dívida aos bombeiros e se também deu instruções para pagar à SATA os valores em dívida relativamente ao ano de 2023 e 24?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros:

Eu lamento insistir nas perguntas, mas é caricato que o Governo Regional tenha 8 minutos e, perante tantas perguntas que já foram feitas ao longo desta semana, tendo tempo, não quer efetivamente responder e esclarecer, não apenas a questão dos bombeiros e das dívidas da SATA que aparentemente pelo silêncio, o que se clarifica é que o Governo deu instruções às administrações hospitalares para efetuarem pagamentos em dívida à SATA.

A pergunta que se impõe é: porque é que não deu essas instruções também relativamente aos bombeiros que têm valores em dívida há meses e têm uma situação financeira muito difícil devido a esse atraso?

A pergunta que faço novamente é: porque é que o Governo Regional tem esse diferente entendimento sobre as dívidas da SATA, que são urgentes, e as dívidas dos bombeiros, que também são urgentes, mas não são pagas?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Eu não tenho mais ninguém inscrito, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Presidente: Ó Sr. Deputado, quer usar da palavra ou não quer?

Se o seu o seu objetivo é usar aqueles 14 minutos, faça favor, faça uma intervenção.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, quem decide quem se inscreve no Partido Socialista é o Grupo Parlamentar, não é o Sr. Presidente, com o devido respeito.

Presidente: Ora bem.

Deputado Carlos Silva (PS): E, portanto, vir aqui insinuar que eu me quero inscrever sem me inscrever, não lhe fica bem, portanto respeite-me.

Temos tempo e se entendermos que é relevante nos inscrevermos fá-lo-emos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh Sr. Deputado, o Sr. Presidente estava só a antecipar a sua inscrição.

Deputado Carlos Silva (PS): Não, o que o Sr. Presidente fez foi uma falta de respeito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Afinal o Sr. Presidente tinha razão, porque o senhor vai-se inscrever outra vez.

Deputado Carlos Silva (PS): Estou a dirigir-me a si, Sr. Presidente.

Eu não me inscrevi, portanto, agradeço que tenha também o respeito que o Grupo Parlamentar do PS merece.

Presidente: Sr. Deputado, está inscrito ou não?

(O Deputado Carlos Silva acena em sinal negativo)

Presidente: Pronto, então agora já percebi que não está inscrito, finalmente.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17 horas com as intervenções finais.

Eram 16 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 02 minutos.

Vamos às intervenções finais.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes.

Já estão marcados os tempos no nosso painel de controlo.

Vamos dar início com o Sr. Deputado Pedro Neves da Representação Parlamentar do PAN.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Três dias de debate em torno do plano e orçamento da Região para o ano de 2025 desvendaram o que, para nós, era já evidente em que nem a melhor retórica salvou: os documentos carecem de visão estratégica e de um compromisso real que supra as efetivas necessidades da população, dos animais e da natureza, nos mais diversos setores.

Os documentos apresentados são, grossomodo, uma mala de primeiros socorros, composta por pensos rápidos cuja missão é conter uma hemorragia financeira. A par disso, estão assombrados pelos fantasmas das parcas execuções orçamentais, que se assemelham à infalibilidade das previsões meteorológicas dos canais generalistas para os Açores.

Três dias de debate cujas teses tecidas e esgrimidas não colhem provimento. Toda a narrativa defendida pelos proponentes do orçamento, não passou de uma mera tentativa de mascarar deficiências que tendem a arrastar-se. Volvidos quatro anos de governação “AD + 1”, temos vícios que alimentam o monstro da desigualdade.

As propostas analisadas revelam um conjunto de promessas vazias e metas que não vão ser alcançadas, perpetuando um ciclo vicioso e ineficaz de expectativas frustradas, apresentando-se como soluções artificiais, conforme se tem refletido no trágico historial de execução governamental desta Coligação. No fundo, aquilo que denominamos o *calcanhar de Aquiles* ou o desporto olímpico deste Governo, merecedor da medalha de ouro de endividamento, por força da preocupação despreocupada em recorrer à banca e para o qual a desaceleração económica em nada favorecerá.

Estaremos perante planos infalíveis ou planos falidos?

Ambiciona-se a aposta, e cito, *“na manutenção preventiva e não na corretiva”*, numa tentativa infrutífera de toldar com floreios uma realidade que espelha um incessante desinvestimento em sectores pilares para a sociedade. Temos um parque escolar em ruínas e sem recursos humanos, desde auxiliares de educação até professores. Se considerarmos a taxa de abandono e absentismo escolar, daqui a pouco tempo, nem alunos temos.

Na saúde, perdemos o hospital de referência da Região à mesma velocidade que perdemos médicos e enfermeiros. Quanto à carreira dos técnicos auxiliares de saúde - iniciativa legislativa do PAN/Açores, criado nos Açores para todo o Portugal, mas nem a vemos nas ilhas de bruma.

As listas de espera são a ponta do iceberg do caos instalado, aliado a um descrédito na saúde reprodutiva e feminina com respaldo nos entraves colocados no acesso à IVG ou vacinação HPV (iniciativa do PAN/Açores) e pobreza menstrual, sem esquecer o elefante na sala: a saúde mental, cuja atenção dada é nula.

Quanto ao alargamento da Via Verde do AVC, e dos TAC's necessários, aprovado em 2021 pelo PAN, embora conste novamente na agenda governamental, subsiste a intrigante dúvida se, após duas tentativas infrutíferas, será realizado à terceira, ou se continuaremos a assistir impávidos e serenos a esta novela administrativa sem desfecho, onde promessas feitas são promessas (in)cumpridas que custam vidas. Esta medida é um socorro ultrarrápido que salva vidas em que todos os segundos contam e fazem a diferença, especialmente nas ilhas mais periféricas aos cuidados de saúde especializados.

Não obstante, estaremos, como sempre, ao lado dos açorianos e o nosso apoio não faltará para se alcançar o sucesso da missão de recuperação do HDES, o verdadeiro teste de fogo para os nossos bombeiros, que, uma vez mais, demonstraram de que fibra são feitos, num contraste gritante entre o exemplar empenho e a ausência crónica de reconhecimento e valorização, camufladas em

subterfúgios deste Governo, sob pena de comprometer a eficácia do socorro em momentos de crise ou de resposta a eventos climatéricos adversos, e para os quais este Governo parece querer contribuir.

A economia rural, sector primário, é a coluna vertebral da sociedade, facto que adensa a gravidade de 70% do investimento desta tutela se concentrar no sector agropecuário, nas fileiras da carne e do leite. A escassa aposta no cultivo biológico falha enquanto oportunidade não explorada, numa era em que a sustentabilidade e a saúde devem constituir prioridade, sendo a agricultura biológica o elemento-chave que permite conciliar a sustentabilidade alimentar e económica com a saúde humana, animal e ambiental, sem falar na promoção da autossuficiência alimentar da Região.

A causa animal é o parente pobre, cujo fim trágico se pressagia pelo desinvestimento em medidas fundamentais que priorizam a exploração em detrimento do bem-estar animal. Temos espetáculos de morte com recurso aos animais, está por executar a campanha anual de esterilização, os apoios extraordinários às associações de proteção animal – medida PAN - idem, as câmaras municipais reclamam dos cortes nos apoios aos CRO's, os processos de contraordenação pela violação do bem-estar animal não cumprem a sua função preventiva e sancionatória, favorecendo os prevaricadores.

Muito havia para dizer, mas o tempo urge e sempre temos a coleção de cromos *toiritos* para lavar a cara do Governo no que concerne o bem-estar animal.

Quanto à Secretaria do Ambiente, esta nem veio a debate para contrariar os ordenados da Madeira, mas fantasiámos que esteja no cumprimento da sua missão de combate à emergência climática com os *popós* novos dos bombeiros.

Por fim, mas não menos importante, a ausência de aposta na fiscalização do Mar dos Açores deixa à mercê a proteção do nosso património azul, que se julga assegurado no projeto aprovado por esta Assembleia em outubro passado, mas que não passa de uma coleção de esboços módicos com visões toldadas

entendem como “a maior área marinha protegida do atlântico norte”, mas onde se pode pescar.

Apenas nos resta dizer que precisamos de um plano que preveja investimentos e que garanta a sua eficaz execução.

Este orçamento não representa os ideais do PAN/Açores, nem poderia representar, mas poderia haver uma aproximação. Porém, falha em atender às necessidades da população, perpetuando uma gestão descomprometida e com parca visão holística e integrada.

Votar favoravelmente este orçamento é compactuar com uma retórica conservadora, uma narrativa desgastada e resistente à mudança, que perpetua políticas ultrapassadas, ineficazes, das quais nos afastamos, difíceis de reverter com as nossas propostas de alteração.

Votar contra este orçamento é, para o PAN/Açores, uma questão de princípio e responsabilidade que espelha a nossa convicção em priorizar políticas que realmente promovam o bem-estar da população, protejam os animais e defendam o planeta. Não abdicamos dos nossos compromissos e exigimos mais e melhor, em prol de um futuro mais sustentável para as gerações presentes e vindouras.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, (senhor de costas):

Já há por aí quem diga que os liberais só falam de dívida e de endividamento. Não é verdade!

No entanto, sejamos claros: o nível de endividamento da Região é, de facto, o problema mais grave que a Região enfrenta, que tem entre mãos e deveria ser o desígnio regional que deve ser travar a trajetória de endividamento, mesmo que

isso seja feito à custa de cortes no investimento que deve ser criterioso e não eleitoralista como tem sido.

Não vou aqui esboçar, de novo, os números da desgraça, dos sucessivos resgates, das esmolas, ou dos sucessivos sucessos até à derrota final.

Mas, a título de curiosidade, permitam-me lembrar: os Açores vão pagar em juros, no próximo ano, 11 vezes mais do que o orçamento total da Secretaria Regional das Comunidades e mais do que os orçamentos das Secretarias Regionais do Mar, da Habitação e do Ambiente.

As nossas receitas já não cobrem as nossas despesas de funcionamento, pelo que o Governo estima ter um défice orçamental de 150 milhões de euros e terá de ir à banca.

Ou seja, a Região chegará a setembro e terá de contrair um empréstimo para pagar ordenados da função pública e contas aos fornecedores.

A Azores Airlines, por teimosia deste Governo em não a privatizar e por via das opções do mesmo e dos partidos que o compõem, com ingerências inqualificáveis nas opções estratégicas da companhia, continua a queimar 200 euros por cada minuto voado.

Enquanto isso, somam-se centenas de milhões de prejuízos, que vamos todos um dia ter que pagar!

Cada vez mais dependentes de transferências externas, do apoio de terceiros e de fundos comunitários, a coligação está até a ser incapaz de fazer um bom aproveitamento dos mais de 1000 milhões de fundos estruturais que tem à sua disposição.

Os números, são como o algodão: não enganam!

Do Plano de Recuperação e Resiliência, os Açores tinham este ano disponíveis mais de 725 milhões de euros; até 30 de setembro passado, a Região executou apenas 32% desse valor (231 milhões) – os números são do Governo.

Do programa comunitário Açores 2030 foram colocadas a concurso investimentos superiores a 337 milhões de euros; até 30 de setembro executaram-se 5,1% e apenas foram pagos 39 mil euros.

Se olharmos para a execução financeira do programa comunitário Mar 2030, temos (até 30 de setembro passado) uma taxa de execução de apenas 10% e se formos verificar o programa da Ação Climática e Sustentabilidade, denominado Sustentável 2030, verificamos que a 30 de setembro passado, não se verificava ainda registo da execução de operações. Ou seja, Zero!

Do programa comunitário para o setor agrícola (o PEPAC), até 30 de setembro, a Secretaria Regional do agro-tudo e mais alguma coisa, tinha rececionado mais de 10700 candidaturas de empresários agrícolas.

Pasme-se: de um total de 36 milhões de euros de investimento, num dos principais setores de atividade económica, o agro-Secretário só pagou míseros 15 mil euros!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação(*António Ventura*): Que falta de conhecimento!

O Orador: O Secretário do Agro-mundo rural, do fim dos agro-rateios e agro-milhões e do tudo promete, continua a viver no futuro, mas num futuro tão longínquo que lhe impede de cair na agro-real e perceber que existem empresários agrícolas que aguardam respostas da sua agro-secretaria há mais de 2 anos e meio, para que possam finalizar projetos de investimento essenciais ao desenvolvimento das suas empresas em particular e do sector no seu todo.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação(*António Ventura*): Isso é mentira!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para além da incapacidade em gerir bem os recursos financeiros, igualmente má está a ser a posição vexatória em que este Governo da coligação está a colocar a Região.

Nos últimos tempos, numa espécie de toque de Midas, mas ao contrário, tudo o que o Governo diz que vai fazer acaba nas barras dos tribunais, colocando os Açores numa posição profundamente lamentável e obrigando os privados a bloquear projetos de investimento que acabam atirados para a longa demora das decisões judiciais.

A privatização da Azores Airlines – acabou em Tribunal;

A construção dos famigerados navios elétricos – acabou em Tribunal;

A atribuição de apoios no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio, fez o Banco de Fomento levar a Região a Tribunal;

Até a concessão a privados das Termas do Carapacho, levou a Região a ser condenada pelos Tribunais.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Hoje, enfrentamos uma situação financeira crítica que exige coragem e lucidez. Esta gestão financeira desafia não apenas a sustentabilidade das contas públicas, mas também o futuro de nossa Região e as oportunidades para as gerações futuras.

A liberdade económica é um pilar do liberalismo, mas liberdade sem responsabilidade é um risco que não podemos continuar a correr.

Mais do que nunca, precisamos de transparência e rigor para construir uma economia sustentável que não dependa exclusivamente de transferências externas e que valorize os nossos recursos.

Um novo modelo de gestão financeira exige um orçamento de base zero e a priorização de investimentos em setores estratégicos que gerem retorno, sejam sustentáveis, e possam assegurar autonomia e crescimento de médio e longo prazo.

A despesa pública deve ser vista não como um direito adquirido, mas como um compromisso com o bem-estar da sociedade, com foco em eficiência e resultados mensuráveis.

A 16 de setembro, levámos ao Governo Regional ao Palácio de Santana, ao Sr. Presidente do Governo Regional, a criação e implementação de um plano integrado de redução da despesa corrente na Administração Pública Regional, porque a receita – como já disse - está aquém da despesa.

Isto nem sequer é uma questão ideológica; é antes uma responsabilidade intergeracional, pois a gestão da dívida pública tem de ser um desígnio regional, sob pena de se deixar um legado que não vos orgulhará.

Mas nem isso, o Governo Regional foi capaz de trazer com este Orçamento.

Ao longos destes dias de trabalhos ouvimos que o Orçamento e o Plano, tinha mundos e fundos, para isto e para aquilo, era o maior de sempre na saúde, no emprego, no ambiente, na segurança social, na proteção civil, nos passeios do Sr. Secretário à diáspora e ainda para foguetões. Porém, nem as camionetas conseguem pôr a trabalhar, mas querem ir para o espaço. Andam mesmo com a cabeça na lua!

Culminamos com a maior dívida pública da história da Autonomia. Depois de 3 resgates, PS e PS/Dois com o CDS e PPM são os campeões da hipoteca da autonomia da Região Autónoma dos Açores.

Perante tais evidências só podemos constatar: este Governo não é a solução para os Açores e para os Açorianos; este Governo é o problema dos Açores e dos açorianos!

Disse.

Deputado Carlos Silva (PS): Com essa parte eu concordo!

Deputado Carlos Silva (PS): Com essa parte eu concordo!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima pelo Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Maria trabalha num hotel.

O seu ordenado está apenas 50 euros acima do salário mínimo, apesar de 10 anos de trabalho na mesma empresa.

Ouve nas notícias o Presidente do Governo Regional feliz com o crescimento da atividade económica há 40 meses consecutivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 41!

O Orador: Ouve que o turismo já representa 17% da economia dos Açores. Os proveitos da hotelaria atingiram 158 milhões em 2023.

Mas Maria olha para o seu recibo de ordenado e só pode concluir que esse crescimento e que os lucros que o turismo gera não fazem crescer o seu salário.

O seu salário só cresce por arrasto quando o salário mínimo é aumentado.

Maria não vê milhões, nem milhares, nem sequer uma centena de euros a mais no ordenado.

Vê apenas mais pressão e horas extra intermináveis num banco de horas que nunca serão pagas.

Olhando à sua volta, Maria sabe que são reais as notícias que dizem que, por ser mulher, tem um salário 12,5% mais baixo.

Maria paga 500 euros de prestação da casa que subiu duzentos euros nos últimos dois anos.

O seu salário nem sequer um terço disso aumentou.

O custo da alimentação subiu exponencialmente.

Paga 40 euros por um passe de transporte. Um passe que só pode usar nalguns turnos, porque não há carreiras a horas. E mesmo assim, o horário da carreira é mudado sem aviso prévio.

Continua a ouvir falar da redução de impostos do Governo Regional, mas no seu salário não sentiu redução de impostos nenhuma.

A baixa de impostos não foi para ela, foi para quem recebe muitos milhares de euros por mês e para a cadeia hoteleira para quem trabalha.

Maria ouve, quase todas as semanas, o Governo Regional a anunciar projetos na habitação. Mas não percebe porque o mesmo projeto é apresentado várias vezes

sem que se veja alguma casa construída em lado nenhum. Só vê apartamentos de luxo vendidos a não residentes.

Não percebe porque é que há cada vez mais casas a tornarem-se alojamento local.

O seu irmão mais novo não consegue arrendar uma casa a preços que possa pagar. E se quiser recibo para concorrer aos apoios ao arrendamento, o seu senhorio cobra mais 100 euros por esse mesmo recibo.

Para concorrer tem que esperar por agosto que é quando abrem e, assim, assinar um contrato e pagar uma renda que lhe leva quase todo o ordenado, sem saber se terá qualquer apoio à renda.

O irmão de Maria, Carlos, vive angustiado por ter um emprego precário.

Daqui a alguns meses, quando o seu filho recém-nascido tiver idade para integrar uma creche, e se Carlos estiver desempregado, poderá não ter vaga, porque o Governo Regional e o Chega acham que filho de desempregado não tem direito à creche.

Maria vive preocupada com a segurança do seu filho na escola. Preocupam-na a falta de assistentes operacionais.

Os pais e professores já pensaram por diversas vezes fechar a escola por falta de segurança.

Os trabalhadores fizeram greve nas últimas semanas, por várias vezes, mas o Governo finge que não ouve.

Na escola ouve dizer que não há dinheiro para nada. E os pais têm que comprar livros e material para a escola funcionar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para além da propaganda do Governo, há a vida real das pessoas.

Estes problemas que descrevo são reais, descritos por pessoas reais.

Problemas da vida concreta das pessoas que este orçamento ignora.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados:

Para que o salário de Maria e tantas açorianas e açorianos aumente, é preciso aumentar o complemento regional ao salário mínimo para 7,5% e a remuneração complementar para 100 euros.

Se o turismo gera tantos lucros, se a economia cresce, como dizem – ainda que por conta de um PRR que vai acabar - então quem trabalha tem que ter direito a uma maior fatia dessa riqueza!

Parte dessa riqueza tem de servir para melhorar os serviços públicos.

A saúde, a educação, as respostas sociais a crianças, idosos, creches, ATL e lares, o dinheiro dessa riqueza tem de servir para a habitação, porque serviços públicos que falham, são a porta aberta para o seu desmantelamento e privatização que tantos desejam.

É com uma política fiscal justa que peça mais a quem mais ganha, e menos a quem menos ganham, que se garante que há dinheiro para serviços públicos.

É com salários justos e impostos justos que se trava o aumento das desigualdades e da pobreza que tem subido nos Açores.

Propomos que os lucros superiores a 1 milhão de euros paguem mais, assim como os rendimentos maiores paguem mais. E que se baixe os preços dos transportes a quem deles precisa e recebe salários de miséria.

Propomos a contratação de 350 assistentes operacionais que faltam nas escolas.

Exigimos que se pague aos trabalhadores da saúde, a quem o Governo deve mais de 10 milhões de euros. E na habitação, é preciso aumentar a oferta pública.

O Governo faz o contrário: quer desbaratar imóveis públicos para pagar a dívida que criou.

Urge regular o mercado imobiliário, suspendendo novas licenças de Alojamento Local nas freguesias com mais de 2,5% de alojamentos por habitação.

Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados:

A economia que o Governo Regional de direita está a construir nos Açores é a economia que se alimenta de baixos salários de desigualdade e de pobreza.

Uma economia assente principalmente no turismo, será sempre uma economia pobre.

O desenvolvimento de uma economia mais avançada, assente na ciência e tecnologia, assente na investigação do mar que nos rodeia, é cada vez mais uma miragem. Uma miragem que se perde nos milhões do betão de um Martec sem investigadores, sem um projeto para alavancar a ciência ligada ao mar e colocá-la ao serviço das pessoas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Deste debate nestes dias ficam ainda duas certezas:

A primeira é que a única saída do Governo para o atoleiro social e económico para onde arrasta os Açores, são as privatizações de serviços públicos, como os prestados os Matadouros, a SATA ou a Lotaçor. Esta – sabemos agora – anunciada nas costas dos trabalhadores e, segundo eles, sem conhecimento da administração e do Secretário do Mar e Pescas.

Os patrões exigiram, o Governo obedeceu.

O Governo vende os direitos das crianças para comprar a aprovação deste Orçamento ao CHEGA.

As crianças filhas pais desempregados ficam à porta da creche para que amanhã este Orçamento seja aprovado.

Forja-se um pacto tenebroso entre PSD, CDS, PPM e CHEGA.

(Apartes impercetíveis dos Deputados José Pacheco e Francisco Lima)

O Orador: Uma coligação em que todos partilham, a partir de agora, a responsabilidade pelo orçamento e pelas suas consequências.

Deputado José Pacheco (CH): Com certeza que sim!

O Orador: Perante esta nova coligação de velhas ideias, o Bloco de Esquerda aqui está para construir e apresentar a alternativa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ah sim, o senhor é o *salvador!*

O Orador: Uma alternativa para uma região mais justa, solidária, com uma economia qualificada e ambientalmente sustentável.

Uma região onde finalmente se cumpra abril.

Disse.

Deputado Francisco Lima (CH): *Avante camarada, avante!*

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A senhora chama-se *Maria Corina!*

Deputado António Lima (BE): Eu ouvi os apartes que disse, é desonesto! Especialmente do Sr. Vice-Presidente do Governo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra pela Representação Parlamentar do PPM, o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

A Coligação cumpriu esta semana 4 anos de governo. O tempo de uma legislatura.

Não foram tempos de vacas gordas: herdou-se a situação difícil e sem futuro que resultou da governação de 24 anos do Partido Socialista. Uma Região estrangulada do ponto de vista económico e social. O Governo da Coligação que, entre novembro de 2020 e 2021, teve de enfrentar a terrível situação criada pela COVID-19.

Um Governo que desde novembro de 2020 até março de 2024, teve de enfrentar a tentativa de estrangulamento financeiro que o Governo Socialista da República executou a mando do PS Açores!

Com recados de cá, o Governo da República legislou apoios nacionais, excluindo sistematicamente os Açores, e não pagou os compromissos assumidos com o Povo dos Açores!

Veja-se o vergonhoso caso do não pagamento devido no caso do porto das Lajes das Flores, destruído pelo furacão Lorenzo.

Não foi fácil governar com os efeitos da maior guerra europeia, desde que Hitler provocou a Segunda Guerra Mundial!

Cresceu a inflação e foram destruídos circuitos de distribuição. A nova guerra no Médio Oriente só veio agravar a situação internacional, com graves reflexos na economia europeia, nacional e regional.

Não foi fácil governar entre o final de 2023 e grande parte de 2024, devido aos efeitos de uma crise política imposta pelo PS, em resultado da ambição desmedida de voltar a governar, mesmo que para isso tivesse sido necessário deixar a Região sem orçamento!

Meus Senhores!

Foi assim ao longo de 4 anos. Não foi fácil.

Mas se fosse fácil, o PS teria conseguido! A verdade é que mesmo quando foi fácil, mesmo assim, foi demasiado difícil para os governos do PS.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A oposição do PS-Açores assentava apenas numa estratégia: carregar o Governo da Coligação com despesas e mais despesas. Exigir tudo e o seu contrário. Exigir em meses o que não fizeram em décadas! Enquanto isso, mexia os cordelinhos em Lisboa para matar a vítima de asfixia, como um velho leão desdentado.

Tudo acabou fortuitamente, por excesso de pressa dos de cá e graças a um golpe do destino que remeteu António Costa para os salões dos palácios da Europa. Diz agora o PS-Açores que a economia açoriana está a crescer como nunca, como se o Governo não tivesse nada a ver com isso!

É um elogio!

O problema acontece quando existe Governo e a economia não funciona, como acontecia no tempo do Partido Socialista! Não por culpa da economia, mas por culpa do Governo Socialista!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário Paulo Estêvão é que está a controlar as palmas?

O Orador: Imaginem agora, só por um instante, para não ser demasiado doloroso, que o PS tinha obtido uma maioria, em 2020, que lhe tivesse permitido governar com o apoio do Bloco de Esquerda. Como é que estariam as coisas agora?! A economia cresceria como cresce agora?? Esmagada pelo vício de Sérgio Ávila por impostos??

O turismo cresceria como cresce agora, num ambiente governativo que protege quem investe? Ou, pelo contrário, o alojamento local e os grandes investimentos turísticos não estariam já praticamente proibidos e exageradamente taxados?

Existiria mão de obra livre para aquecer a economia açoriana? Ou não estaria tudo em programas ocupacionais, em falsos recibos verdes ou num Rendimento Social de Inserção por fiscalizar?

E no espaço? Não estaria tudo agora parado à espera do resultado da corrida espacial internacional disputada entre o Sr. Deputado João Vasco Costa, o Sr. Putin e o Presidente Trump?

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que escreveu essa parte?

O Orador: Meus Senhores!

Todos sabem a resposta a estas questões. Todos sabem que aquele não era o caminho. Não! A economia não cresce apesar deste Governo. A economia cresce com este Governo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Narciso, Narciso (Estêvão)!

O Orador: O maior número de empregados da nossa História! Um crescimento económico sem precedentes que duplicará a dimensão da nossa economia em apenas 8 anos. São números nunca vistos! Temos problemas e novas oportunidades? Sim, claro!

É para isso que existe Governo.

Não existe o fim da História e a felicidade plena. Mas existem agora mais oportunidades para todos.

Depende sempre do esforço de todos e de cada um.

Trabalhar mais, conseguir mais. Vencer vícios, ultrapassar desigualdades e avançar sempre na linha da justiça social, sem nunca deixar de premiar o mérito.

Não é preciso agora emigrar para a América, para viver um sonho!

Ter abastecimento marítimo regular, cuidados médicos reforçados, pleno emprego, autonomia energética quase total, independência dos serviços regionais de ilha e ligações aéreas diárias ao longo de quase todo o ano era, até 2020, uma espécie de sonho na minha ilha. O Corvo.

Agora temos outros sonhos.

Vamos procurar soluções para a falta de habitação e a modernização das nossas portas de entrada na ilha, entre muitas outras coisas.

Só sei uma coisa, meus senhores:

Com este Governo é possível tornar possível o que antes nos disseram que não era possível.

Com este Governo vale a pena sonhar.

Um bom Natal para todos os Açorianos e um grande abraço a partir do mais pequeno torrão das nossas ilhas. A partir do Corvo.

Viva os Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra pelo CDS-PP, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Hoje concluímos um momento de enorme importância para o futuro da nossa Região.

A aprovação do Plano e Orçamento para 2025 não é apenas um processo legislativo no qual o CDS intervém.

É uma manifestação do nosso compromisso com a transformação e com o progresso dos Açores.

Estes documentos que analisamos e debatemos, durante estes dias e que votaremos amanhã, são sem dúvida fundamentais para dar continuidade ao trabalho iniciado em 2020. Um trabalho que já trouxe significativas conquistas para os Açores e para os Açorianos, nestes quatro anos.

Mas este é um trabalho que não se faz num só dia, nem com uma só medida. Para alcançarmos os objetivos que traçámos, é essencial garantir uma base sólida que permita consolidar e ampliar os resultados já alcançados.

Estabilidade, responsabilidade e compromisso são os eixos que norteiam a nossa ação!

A nossa responsabilidade, enquanto representantes do povo açoriano, é assegurar que esta base seja construída com seriedade e compromisso. É isto que faremos ao aprovar o Plano e Orçamento para 2025.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estes documentos são reflexo de um caminho pensado para as pessoas, para as famílias, para as empresas e para as gerações futuras.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Desde o início deste percurso, colocámos os Açorianos no centro das nossas preocupações e da nossa ação. É para eles e por eles que trabalhamos diariamente.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: A preservação do nosso ambiente, tão característico e valorizado, é uma das prioridades que norteiam este plano.

A aposta na sustentabilidade e na proteção do nosso património natural, mais do que uma escolha política, é uma responsabilidade moral e estratégica.

Não podíamos deixar de referir o compromisso e o investimento na formação e fixação dos jovens, porque é neles que reside a chave para garantir a renovação e a vitalidade da nossa Região.

Estas medidas dão respostas concretas aos desafios que os jovens enfrentam, seja no acesso ao ensino superior, na qualificação profissional ou na criação de oportunidades de emprego que os incentivem a construir o seu futuro nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Estes documentos reforçam a aposta na saúde e na resposta aos desafios do presente e do futuro.

A resposta emergente à situação do HDES, bem como à situação permanente dos nossos outros dois hospitais e restantes Unidades de Saúde de Ilha.

A fixação de profissionais de saúde, bem como o Hospital Digital são uma prioridade para melhor prestação de cuidados de Saúde.

Sras. e Srs. Deputados:

Não posso deixar de destacar, também, os avanços significativos que se notam no campo da ciência e da tecnologia e que, com a aprovação destes documentos, continuarão a estar em primeiro plano.

O apoio à Universidade dos Açores, que se tem materializado de forma inédita, é um exemplo claro da aposta política e estratégica deste Governo. Investir na investigação, na atribuição de bolsas de estudo e no pagamento de propinas aos estudantes de doutoramento é investir na excelência académica e no desenvolvimento de massa crítica, essencial para posicionar os Açores como um território de inovação e conhecimento especializado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Este Plano e Orçamento para 2025 reafirma o compromisso com o progresso, com a inclusão e com a justiça social, onde a estabilidade tem de ser a palavra de ordem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E afirmando que é possível governar com pluralidade! Um governo com morte tantas vezes anunciada e por tantos, permanece convicto de

que é possível fazer mais e melhor. E estes documentos traduzem uma vez mais esta convicção!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Votar a favor deste Plano e Orçamento é uma escolha que reflete responsabilidade e compromisso.

É uma escolha que confirma a confiança no caminho que tem vindo a ser trilhado e que demonstra que estamos determinados em assegurar um futuro melhor para os Açores e retribuindo a confiança que nos foi depositada em fevereiro deste ano.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Desde o início, o foco foram sempre as pessoas. As suas necessidades e as suas expectativas. E assim vai continuar a ser. Porque acreditamos que é com decisões responsáveis e visão de futuro que construiremos uma Região mais justa, mais sustentável e mais próspera.

Os Açores merecem esta ambição.

Os Açorianos merecem esta responsabilidade.

E hoje, reafirmámos o nosso compromisso com todos eles.

Para que os Açores seja cada vez mais uma terra de oportunidades para todos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra pelo Grupo parlamentar do CHEGA, o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Subo hoje a esta tribuna sem nenhum papel, sem nenhuma cábula. Não preciso! Tudo o que eu preciso dizer aos açorianos está aqui dentro.

Eu amo esta terra!

Eu luto por esta terra e vou continuar a lutar! Doa o que doer.

Mas não luto apenas em nome daqueles que votaram no CHEGA. Luto em nome de todos os açorianos, dos que gostam, dos que não gostam, dos que vão gostar e, um dia, talvez até não gostem mais de nós. É assim que deve ser a democracia.

Começámos esta semana a falar de liberdade.

Começámos a celebrar o 25 de novembro, onde tivemos nestas galerias inúmeros jovens. São eles que me movem, são eles que me fazem andar.

Eu não posso é permitir que outros que nada fizeram na vida, que apenas viveram à sombra da política ou da política dos seus parentes, hoje, me chamem a mim, aos meus pares e ao meu partido de ignorantes, de irresponsáveis, de extremistas e fascistas. Pois, o CHEGA é tão irresponsável que tem humildade democrática de negociar com o Governo, tem humildade democrática de dizer “estamos aqui, não queremos ser o problema, queremos ser a solução”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

O Orador: Outros fazem birra de jardim escola e dizem, “não falaram connosco, deviam falar connosco”.

Açorianos:

Foram estes que nos governaram!

Açorianos:

É contra isto que nós estamos!

Está tudo bem? Não, não está tudo bem. E nunca vai estar tudo bem, porque somos seres humanos e, como tal, somos imperfeitos. Tirando algumas *cabeças coroadas*, os tais que só têm mesmo lá dentro o *vento encanado*, é que acham que são perfeitos. Mas, açorianos, não é isto a política, não é isto a democracia! Eu talvez seja dos poucos tolos que ainda acredita nos políticos, porque há gente séria em todo o lado. Falta de seriedade é dizer que o CHEGA quer deixar crianças na porta da rua das creches. Isto é que é falta de seriedade!

Sabem porquê?

Açorianos, perguntem aos pais que trabalham quem é que ficou na porta da rua das creches até hoje?!

Foram os filhos daqueles que trabalham, que deviam ocupar os lugares daqueles que nada fazem e vivem à custa dos nossos impostos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

O Orador: Eu jamais irei permitir isto, seja com que governo for! Nem que fosse o governo do CHEGA. A verdade e a justiça social têm que existir. Mas nós sempre dissemos que não vamos ser o problema. Nós vamos ser a solução e estamos aqui para ser a solução.

Ao longo desta semana, houve brigas de números, gráficos, isto, aquilo e aqueloutro. Os açorianos nem sabem o que é que se discutiu aqui dentro.

Eu peço ao Governo Regional, peço ao Sr. Presidente do Governo, que haja uma palavra chamada **compromisso**, para que não seja um mero elencar de números, mas sim um compromisso com os açorianos em que o CHEGA vai fazer a devida fiscalização e que se assuma um compromisso e se vamos fazer determinada obra, é para fazer mesmo. Nós vamos reparar aquele caminho agrícola, vamos mesmo. E no dia em que não se fizer a obra, Sr. Presidente, eu vou eleger uma palavra que faz muita falta nesta Casa: **coragem**.

No dia em que não se fizer a obra, que se ponha o homem ou a mulher na rua!
Sem problema nenhum terá o meu apoio e o apoio do povo açoriano.

Coragem é fundamental na política. É fundamental a paixão.

Sabem porquê? Pergunte aos pescadores que andam no mar com ondas de oito metros a pescar, o que é coragem! Não é no conforto dum gabinete. Isto é que é coragem!

Coragem é nós tirarmos da miséria os nossos idosos. Jamais alguém devia poder viver com 300 ou 400 euros! Isto é que é coragem!

Coragem é nós dizermos que quem não quer trabalhar, que se desengate! Nós temos que trabalhar para viver!

Coragem é dizer que o Governo Regional não precisa de ser dono de empresas, o Governo Regional precisa é de gerir a Região. Não precisa de gerir EDAs, SATAs. Está mais do que visto que, cinco anos depois, tudo isso não funciona!

Sr. Presidente do Governo, se não quer ser igual àqueles, não faça igual, ou faça igual se quiser ser igual. Faça diferente!

Deputado Berto Messias (PS): “Àqueles?!”

O Orador: Nós vimos que não resultava.

Nós vimos os problemas sociais que nós temos.

Nós vemos um tecido empresarial a gritar por trabalhadores. E o que esta gente diz é “tragam imigrantes”.

Deputado Berto Messias (PS): “Esta gente?!?”

Menos, Sr. Deputado!

O Orador: “Paguem aos imigrantes”, é isso que nós vemos no nosso País. Será que é isto que queremos para a nossa Região?! É isto que queremos nos Açores?! Queremos a substituição de uns pelos outros?!

Oh senhores, está no tempo de dizer **chega!!**

Está no tempo de dizer “nós temos que governar”. Nós não temos que comprar votos. Nós não temos que andar a distribuir dinheiro para comprar votos.

As nossas escolas estão a cair de podre, uma herança que nós recebemos. Nós vamos contribuir para isso.

Os nossos caminhos agrícolas, só de tanque de guerra, já não se consegue passar nem sequer com um trator.

Temos que corrigir isto.

Nós temos que corrigir muita coisa.

Vamos corrigir tudo? Não, não conseguimos, mas haja coragem de dizer “eu não consigo, eu tenho que optar”.

Qual é o dia em que vamos ter coragem dizer que a SATA Internacional é um cancro nos Açores? Que a SATA Internacional está a levar os Açores à falência? Mas também lhe louvo. É que enquanto nunca vi o PS a negociar com o seu governo lá fora - da mesma cor e do mesmo partido - vi aqui bater-se o pé. Vai resultar... não vai resultar? Devia o Governo dos Açores falar um pouco *mais grosso*?

Nós precisamos da revisão da Lei de Finanças Regionais. Precisamos do dinheiro do IVA ou esta Região vai à falência e não é por culpa dos açorianos, não é por culpa dos empresários, é por culpa dos silêncios, é por culpa dos partidos, é por culpa do clubismo, é por culpa de todos nós. E estou aqui em nome do meu partido para dizer que temos que fazer diferente. Fazer diferente não é fazer a mesma coisa com caras diferentes. Fazer diferente é ter coragem.

Finalmente, diria que na política falta algo que às vezes eu confesso ter em exagero: chama-se **paixão**.

Nós temos que ser apaixonados pelas coisas que acreditamos!

Nós temos que ser apaixonados pela nossa terra!

Nós temos que ser apaixonados pela nossa cultura!

Nós não precisamos de atirar dinheiro para cima das coisas!

Nós precisamos de nos apaixonar!

O dinheiro aparece às vezes sozinho. Nós temos que ter esta convicção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deixo aqui apenas este apelo: apaixonem-se por aquilo que fazem! O resto vem sozinho.

Os senhores nunca desistam, porque nós estamos aqui para não vos deixar desistir!

Eu quero ver esta Região próspera nas mãos dos açorianos!

Eu não posso consentir que esta Região continue nas mãos dos políticos a fazerem o que têm feito até hoje que é muito pouco -

50 anos depois - pelo povo açoriano, pelos nossos lavradores, pelos nossos idosos.

Eu não quero ver nenhum jovem abandonar a minha terra, porque não tem uma habitação. Se as leis estão mal, nós mudamos. Nós temos esse poder e temos que exercer esse poder.

Srs. Deputados, é muito fácil dizer muita coisa em números, em gráficos, em recortes de jornal. Difícil mesmo é sair do gabinete, sentar na tasca e ouvir 1 hora as dores de cada cidadão, as dores de cada açoriano. Isto eu nunca vos vi fazer, mas vou continuar a fazer até poder e até que Deus me ajude!

Disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Deputado Berto Messias (PS): Tanta asneira!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Após a conclusão do debate na generalidade sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2025, os partidos e o Governo têm agora a oportunidade de tomar a palavra para o encerramento da discussão.

Este é um momento decisivo, no qual cada partido nesta Assembleia avalia as opções políticas do governo, determinando se aprova a visão, se reconhece validade, se encontra credibilidade, e se afiança a capacidade de implementação das propostas apresentadas.

É com base nestes documentos que, ano após ano, construímos ou destruímos o nosso futuro coletivo, assente em políticas públicas com impactos diretos na vida de todos e cada um de nós, em áreas tão importantes como a saúde, a educação, a habitação, a qualificação, o ambiente e as acessibilidades.

É com base nestes documentos, Sras. e Srs. Deputados, que se credibiliza ou descredibiliza o papel dos governos e dos partidos políticos sejam eles da posição ou da oposição.

É também com base nestes documentos que se avalia se o novo paradigma chegou ou algum dia chegará, se a centralidade do Parlamento se efetivou ou continua por efetivar, se o diálogo se construiu ou, como na maior parte das vezes, soçobrou...

Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Que futuro queremos? Que caminho queremos percorrer? Que recursos temos disponíveis? Que prioridades queremos conferir? É suposto que estes documentos e o debate que aqui se produziu sejam capazes de dar estas respostas.

Será que são? Será que foram?

O que vemos é que para problemas antigos e novos, temos soluções antigas e truques novos.

O que vemos é que a cada fracasso, o Governo reforça a propaganda; a cada incumprimento, o Governo associa uma desculpa; a cada incompetência, o Governo responde com arrogância.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: O que vemos é que temos um Governo e um Presidente do Governo que se diz defensor da transparência, mas dia sim, dia sim senhor, descobre-se qualquer coisa que nos tinha sido escondida ou omitida.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Como os 6 milhões do Cachalote!

A Oradora: Foi assim com os 110 milhões euros de empréstimo anunciados e denunciados pela República; foi assim com os 75 milhões euros de transferências adicionais que, de sem condicionantes, passaram rapidamente a consignadas, foi assim com o inexistente pedido de solidariedade à Europa para a recuperação do HDES.

Foi assim, tem sido, infelizmente, assim.

Sras. e Srs. Deputados:

Este não é o Orçamento do Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda bem!

A Oradora: Este é o Orçamento de um Governo arrogante: que dialoga com uns poucos, ignorando os restantes!

Esta arrogância perdura, mesmo quando a solução de Governo apresentada pela coligação a este Parlamento é mais frágil e mais instável que a anterior e mesmo apesar do Programa do Governo ter sido aprovado apenas pelos 3 partidos dos 5 partidos da coligação, sem o apoio dos outros 5 partidos representados no Parlamento.

Não devia ser assim! Se outras razões não houvesse, estas deviam ser mais que suficientes para levar o Presidente do Governo a refletir e dialogar mais, em vez de se entrincheirar no comodismo da política da coligação.

No entanto, isso voltou a não ocorrer. O Governo continua arrogante e não dialoga com todos os partidos políticos.

O PS predispôs-se ao diálogo, disse presente e foi praticamente ignorado!

Deputado Francisco Lima (CH): O PS foi *dependurado!*

A Oradora: Esta conceção de democracia só é possível na cabeça de um Governo de minoria relativa, que se acha maior do que é.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Relembramos os mais esquecidos que o PS tem a mesma representação parlamentar do que o maior partido da coligação governamental, o PSD! E que o PS é o único partido com representação parlamentar em todas as ilhas!

Esta atitude pesa negativamente sobre o Governo e especialmente sobre o Presidente do Governo e mostra que as palavras bonitas de humildade e transparência e a alegada centralidade do Parlamento não passam, afinal, de pura retórica para encher discurso e alegrar a claque.

Sr. Presidente, o progresso dos Açores, a Autonomia dos Açores não se defende com fanatismos de pacotilha! Os Açores, a nossa história, merecem mais do que esta atuação cega de querer tudo controlar.

Este é o Orçamento de um Governo negacionista: nega o resgate, mas pede ajuda à República!

Bem sei, sabemos quase todos, que falar de finanças públicas interessa a muito poucos, desde logo não interessa ao Governo e, muito menos, ao Presidente do Governo.

Bastará relembrar aqui a intervenção de quem tinha a responsabilidade de esclarecer, de explicar, de informar este Parlamento, e, por intermédio deste Parlamento, o Povo dos Açores, sobre as razões para um défice estrutural que se agrava fortemente, uma dívida pública que cresce vertiginosamente, para

dívidas a fornecedores que vão pelo mesmo caminho. O Secretário Regional das Finanças preferiu o alçapão dos anúncios requeitados ao palco do debate claro, transparente e frontal.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Ai que horror!

A Oradora: E o Presidente do Governo aplaudiu...

Bem sei, que para alguns, muito poucos, pedir ajuda, implorar socorro não é sinónimo de resgate.

Também sei, sabemos, que a dívida pública cresceu quase 1.000 milhões de euros com este Presidente e com este Governo. O Banco de Portugal também sabe e parece que o Governo da República já percebeu, mas este Presidente e este Governo continuam em negação.

Também sei...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): A senhora não sabe nada!

A Oradora: ... sabemos todos, que o Governo nos apresenta o Orçamento mais desequilibrado de sempre em que as despesas correntes superam largamente as receitas correntes.

Sei, sabemos todos sem exceção, que as transferências extraordinárias da República, são um paliativo, não um curativo.

Sabemos, não temos aliás qualquer dúvida, que se continuarmos neste caminho a nossa autonomia está, infelizmente, posta em causa.

Este é o Orçamento de um Governo do faz de conta: faz de conta que é rico, promete tudo a todos e não paga nada a ninguém!

Bem sei...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não, a senhora não sabe!

A Oradora: ... sabemos quase todos, que o Governo nega todos os dias atrasos nos pagamentos a fornecedores, a funcionários públicos, nomeadamente

enfermeiros, a doentes, a empresas, a clubes desportivos, a agentes culturais, a agricultores, a pescadores, mas também sei que se multiplicam os emails, os pedidos de audiência e as mensagens e as notícias a denunciar as irregularidades, as dificuldades, os dias de sufoco e as noites sem dormir.

Nega o Governo aquilo que o Tribunal de Contas confirma nos relatórios mais recentes, por exemplo ao HSEIT; aquilo que as contas das empresas públicas relatam; ou aquilo que o próprio Banco de Portugal avança semestralmente. E, pasme-se, aquilo que o próprio Governo responde na sequência de requerimentos dos vários partidos com assento parlamentar.

Qualquer uma destas entidades retrata, “preto no branco”, o crescimento galopante da dívida pública.

Perante isto desdobra-se o Governo em agastadas desculpas, quando a única verdade é que temos um Governo irresponsável que se compromete com tudo e com todos sem acautelar os meios financeiros suficientes para assegurar os pagamentos em tempo útil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Passaram apenas seis meses desde a discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 2024. Nessa altura, o GPPS demonstrou, com o seu voto e com propostas de alteração muito concretas, uma das grandes diferenças entre o PS e os partidos da coligação: não votámos contra por causa do interesse dos Açores e dos Açorianos, assegurando que o Governo do PSD, do CDS e do PPM passaria a dispor de todos os meios necessários para concretizar a recuperação dos danos causados na infraestrutura do HDES e para a resolução das restrições à sua operacionalidade.

Interessa esse facto, mas interessa sobretudo avaliar o caminho que nos trouxe até aqui.

Chamado a contribuir para os documentos ora em discussão, o Partido Socialista apresentou, a 16 de setembro, 11 propostas concretas ao Governo,

mostrando abertura ao diálogo e disponibilidade para viabilizar os documentos de planeamento em caso de aprovação das mesmas.

De então para cá, o Presidente do Governo oscilou entre juras de diálogo com todos e a total indisponibilidade para negociar.

Risos do Presidente do Governo Regional

O próprio Presidente, que se diz dialogante, refugiou-se em subterfúgios de linguagem: “não foram propostas, foram ideias”; “estamos disponíveis para negociar outras coisas, isto não”; e “só quem aprovou as Orientações de Médio Prazo se pode sentar à mesa com o Governo”.

O Presidente do Governo esqueceu, rápido demais para as suas juras de amor ao Parlamento poderem ser consideradas verdadeiras, que não é o Parlamento que se submete ao Governo. É o Governo que depende do Parlamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Apesar do desnorte evidenciado pelo Presidente do Governo e do PSD, o PS manteve total abertura, novamente porque, mais do que o processo, mais do que os protagonistas, o que interessa é minimizar as fragilidades destes documentos, contribuindo com soluções concretas para problemas conhecidos e sentidos, todos os dias, pelas açorianas e pelos açorianos.

O que importa verdadeiramente é sermos capazes de contribuir para uma sociedade em que é possível crescer com esperança e envelhecer com dignidade, uma sociedade em que todos, sem exceção, vivem com qualidade, e em que, independentemente da idade, do género, da orientação sexual, da situação laboral, vejam os seus direitos respeitados. Uma sociedade preparada para um novo futuro!

Sras. e Srs. Deputados:

Não tenhamos ilusões este não é, nem será, o orçamento do Partido Socialista. Que fique claro! Há um mar imenso de diferenças entre o que faria o Partido Socialista se fosse Governo e o que tem feito esta coligação, nos últimos quatro anos. Votámos naturalmente contra o Programa de Governo, porque este corporizava exatamente esta divergência.

Nós acreditamos que não há sociedades desenvolvidas sem justiça social, sem liberdade e sem igualdade de oportunidades, aspetos que este Governo não valoriza e estes documentos não acautelam. Estes documentos incorporam a visão individualista da direita de que o bem-estar de alguns deve ocorrer às custas de outros, visão que nós socialistas açorianos rejeitamos liminarmente.

Não aceitamos que certos açorianos tenham mais direitos e mais oportunidades ou que algumas ilhas sejam esquecidas para beneficiar outras.

Estes são fatores que nos diferenciam e dos quais não abdicamos: para nós a coesão social, económica e territorial, não são palavras bonitas para encher discursos vazios, são princípios que incorporam a nossa forma de pensar e de agir e que nos distinguem de outros partidos e de outros políticos na governação regional.

Nunca será demais relembrar que para nós é a economia que está ao serviço das pessoas e não são as pessoas que estão ao serviço da economia. Há uma diferença, e é muito grande!

Nós não queremos um crescimento económico predador e selvagem, queremos um desenvolvimento sustentável.

Queremos erradicar a pobreza, todas as formas de privação e de exclusão; queremos desenhar estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico, enquanto combatemos as alterações climáticas e preservamos os ecossistemas.

É isto que queremos!

Infelizmente em matéria de educação, neste caso, na primeira infância, não podemos compactuar com a ligeireza com que nesta casa foi aprovada uma

iniciativa que exclui crianças da frequência das creches em função da situação laboral dos pais.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): Outra vez?!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ai que horror! A senhora não foi capaz de criar lugares em creches!

A Oradora: Não toleramos que um qualquer Governo, inebriado pelo poder a qualquer custo, se enrede nas teias do populismo demagógico e atente contra os direitos das crianças a ter oportunidades iguais desde a sua mais tenra infância. Este Parlamento tem agora uma oportunidade, por via de uma proposta muito concreta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS ao Orçamento, de reverter uma decisão que nos envergonha e que nos colocou nas bocas do mundo pelas piores razões.

Os sinais dados ontem pelo Governo de ceder ao CHEGA, reafirmando o compromisso de discriminar negativamente crianças no acesso às creches, torna quase impossível, viabilizar o Orçamento da Região para 2025.

Deputado Francisco Lima (CH): Querem habitação e creches para os malandros!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Podemos discutir como alargar a rede de creches, nunca podemos negociar como retirar crianças das creches. Há matérias que são inegociáveis.

Para nós, uma sociedade que não respeita as suas crianças não vale nada.

Sras. e Srs. Deputados, açorianas e açorianos:

Ainda em matéria de educação, não podemos deixar de referir a indignação que sentimos pela indiferença do Governo perante os problemas de alojamento dos estudantes deslocados do ensino superior, no continente ou inter-ilhas.

Esta indiferença poderá comprometer o futuro dos Açores fazendo a Região retroceder décadas ao nível dos seus índices de qualificação, ao mesmo tempo que sacrifica as ambições dos jovens Açorianos de tirarem um curso fora da sua área de residência.

É urgente estimular a frequência, apoiar a permanência e fomentar o regresso desses jovens qualificados.

É preciso agir já!

Deputada Olivéria Santos (CH): Oh paciência!

A Oradora: Nesse sentido o Grupo Parlamentar do PS apresentou propostas muito concretas de alteração ao Orçamento e ao Plano que consagram:

Deputado José Pacheco (CH): Não passarão!

A Oradora: ... um apoio até 200 euros mensais destinado a apoiar no custo da renda dos estudantes deslocados; um Programa de apoio ao aumento de jovens açorianos com qualificação de ensino superior e um programa de acompanhamento e incentivo ao regresso de jovens açorianos.

Reconhecemos as dificuldades que as famílias atravessam, incluindo as mais jovens, com a escassez da oferta e os preços elevadíssimos praticados no mercado da venda e do arrendamento.

Não ficamos indiferentes, por isso defendemos o reforço da oferta de habitação e investimentos nos domínios do arrendamento acessível e reabilitação urbana.

Entendemos que é urgente a revisão dos apoios do programa “Casa Renovada, Casa Habitada”, atualizando o valor máximo de comparticipação para reabilitação de habitação que tendo sido fixado em 2020, pelos Governos da responsabilidade do PS, nunca foi, surpreendentemente, atualizado por este Governo.

Queremos rendimento e trabalho digno, por isso propomos a limitação temporal dos contratos de prestação de serviços e a regularização dos existentes e ainda a valorização remuneratória dos trabalhadores das IPSS.

Deputado Francisco Lima (CH): Mais PROSAS!

A Oradora: Queremos garantir uma saúde eficiente, acessível e universal, por isso apesar de defendermos uma verdadeira reforma do SRS onde a integração dos cuidados de saúde deve ser o mote, entendemos que vivemos uma situação de emergência e que é imprescindível e urgente definir um “Plano de recuperação das listas de espera para cirurgias”.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Querem fazer agora o que nunca fizeram! Explique como?!

A Oradora: Esse plano deve contemplar o aumento de produção dos hospitais da Região, assim como a celebração de protocolos com unidades de saúde privadas, justificado pelo aumento do número de inscritos e do tempo de espera para cirurgia, que foi agravado com o incêndio do Hospital do Divino Espírito Santo.

Sras. e Srs. Deputados:

Queremos apoiar as empresas diminuindo a burocracia do Construir 2030, promovendo a redução dos atrasos e a celeridade na análise e aprovação de candidaturas.

Queremos criar um “Programa de Rejuvenescimento da Agricultura Açoriana” dedicado à captação de jovens com o objetivo de termos uma agricultura moderna, resiliente e adaptada às novas tecnologias e exigências do mercado.

E porque temos os olhos postos no futuro, queremos promover a agricultura regenerativa nos Açores, fomentando práticas agrícolas sustentáveis, designadamente de reabilitação dos solos.

Queremos assegurar a reestruturação do sector das pescas, implementando um plano que deverá ter uma duração de 5 anos, com início em 2025, conforme aprovado na sessão plenária de 17 de outubro de 2024, e que incompreensivelmente não foi contemplado por este Governo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Dizia Vossa Excelência a 9 de dezembro de 2020 comprometendo-se com “CONTAS CERTAS”:

“Este Governo não vai fingir que decide, vai decidir; não vai fingir que tem mais dinheiro do que o que tem – vai gerir bem o dinheiro que realmente tem. Mais do que o lamento da herança o que importará é o trabalho e a dedicação para vencer os desafios. Este será o nosso código e todo ele é compatível com o bom senso e a sensibilidade social.” Fim de citação.

Asseverava ainda, José Manuel Bolieiro, em 2024, o candidato, na Agenda de Governação 2024-2027, na 19.º ideia das 27 então apresentadas: “continuar a diminuir o peso da dívida pública regional face ao PIB”.

Pois parece que nem o Presidente do Partido, nem o Presidente do Governo cumprem a palavra.

É preciso pôr travão a este desmando, e também neste domínio temos propostas, em sede orçamental, muito concretas, estabelecendo que o Governo Regional fica autorizado a contrair empréstimos até ao montante de 173 milhões de euros, dos quais 98 milhões de euros são exclusivamente destinados a operações de refinanciamento da dívida pública, ficando ainda autorizado a converter dívida comercial em dívida financeira, desde que não implique aumento do endividamento líquido da Região.

É urgente que seja elaborado um plano de liquidação da dívida não financeira, que assegure uma redução mínima de 12,5% por trimestre, num total de 50% no ano 2025, em relação ao valor apurado no final de 2024.

Não prescindimos que, até 30 de março de 2025, seja promovida a redução, em 50%, dos custos relativos ao pessoal dos Gabinetes do Presidente e dos Membros do Governo Regional, nomeadamente com Técnicos Superiores Especialistas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E aos grupos parlamentares não?

A Oradora: ... e também para isto apresentamos uma proposta muito concreta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, açorianas e açorianos:

Da nossa parte fica claro o que queremos e o que propomos. Estamos conscientes do nosso papel e das nossas responsabilidades! Não abdicamos nem de um, nem de outro!

O nosso papel incluirá sempre dar voz aos mais frágeis, aos anónimos que têm medo de represálias, e defender melhores condições de vida para todos os açorianos sem exceção, mesmo que isso signifique, para alguns, estarmos preocupados com questões menores e sermos apelidados de “queixinhas” e “alarmistas”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Estamos e continuaremos atentos em cada uma das nossas 9 ilhas. Seremos exigentes e diligentes, proponentes e combativos. Não contem com passividade e muitos menos com complacência. O nosso papel não inclui normalizar a mediocridade que caracteriza esta Governação.

Sabemos muito bem o que queremos e o que não queremos e sabemos que só fazendo diferente teremos resultados melhores.

Não queremos uma sociedade amiga de uns poucos e madrasta para uma grande parte.

Deputado José Pacheco (CH): Oh sim!!

A Oradora: Queremos e lutaremos por uns Açores mais justos, mais coesos e mais solidários!

Disse!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Vamos avançar para a intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, não sem antes informar a Câmara que acompanha os nossos trabalhos nas galerias o antigo Deputado Pedro Gomes, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Estávamos nós a iniciar as declarações finais de encerramento do debate, na generalidade, e estavam os círculos socialistas de Lisboa que comandam o Partido Socialista dos Açores, à distância, a publicar (ou a fazer publicar) pelo líder do PS/Açores nas redes sociais que vão votar contra o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Afinal, a centralidade deste Parlamento está no facebook.

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD

Afinal, a centralidade deste Parlamento é comandada por Lisboa, duplamente comandada por Lisboa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Um líder que desclassifica o seu grupo parlamentar, comanda por Lisboa, duplamente, os Açores. Comanda quando é ordenado que vote em abstenção o Orçamento de Estado, independentemente do que pensam sobre os Açores, e comanda que vota contra o Orçamento regional, sabendo que isso seria prejudicial para os Açores.

É realmente muito triste que aquelas ideias que apresentaram eram já em si ideias para fazer conversa e as propostas que hoje apresentaram, estão-se borrifando para o resultado, porque vão votar contra elas na mesma!

É um fingimento que não desclassifica!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Da nossa parte, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos, prosseguimos um caminho de mudança para os Açores e de melhor resposta aos desafios do presente e do futuro, de forma consistente e disruptiva.

Estamos a dar consequência a uma agenda para a década em que queremos fazer dos Açores uma região onde se vive melhor, onde se pagam menos impostos, onde a administração dá melhor resposta aos cidadãos e conduz a melhores resultados do que no passado. Esta disrupção com o passado implica prosseguir reformas e políticas não socialistas.

Durante duas décadas, as políticas socialistas puxaram os Açores para trás, esmagaram a classe média, estancaram o empreendedorismo.

Nos Açores governados pelos socialistas, o interesse dos açorianos não era defendido nos Açores governados pelos Socialistas só havia o interesse do partido. Aos socialistas, só importava dominar a sociedade civil com o objetivo

de manter boa parte da população dependente de um favor e de um visto prévio socialista. Era o regime dos socialistas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, a agenda para a década que mereceu a confiança dos açorianos no passado dia 4 de fevereiro e o cumprimento do programa do Governo e das orientações a médio prazo, conferem a estes Plano e Orçamento uma via com resultados práticos na vida das pessoas.

Os documentos que iremos votar, conferem ainda maior consistência a políticas não socialistas e correspondem aos desejos de mudança do povo açoriano. Por isso, também prosseguimos este caminho.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes documentos consagram a visão do Presidente José Manuel Bolieiro de que nesta autonomia de disrupção com o passado, transformamos as dificuldades em oportunidades.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista, que se diz agora com um novo futuro - que bem vistas as coisas é um velho passado – o PS vive num tal paradoxo que já nem sabe bem qual é a sua identidade, o que o leva a defender agora aquilo que antes sempre rejeitou. Trata-se de um duplo paradoxo. Por um lado, quem agora se arroga um novo futuro, apresenta-se com políticas do passado e os tiques e truques de sempre. Por outro lado, é paradoxal que quem não fez quando teve poder para tal, puxando os Açores para trás, venha agora reclamar que se faça,

que se faça como PS entende que deve ser feito e que se faça depressa - imagine-se!

Nós achamos que este é um duplo paradoxo de quem se julga ungido na escalada de uma sucessão escrita nas estrelas, mas de tal modo agarrada ao passado que, em socorro do herdeiro tenha vindo o progenitor, suposto cronista credenciado e juízo em causa própria, tentar apagar da história o humilhante resgate financeiro a que conduziu os Açores enquanto governava.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Este Partido Socialista que agora quer por força que não se fale do passado, andou 20 anos a falar do que eram os Açores em 1996, esquecendo olímpicamente o que eram os Açores em 1976.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Aqueles que passaram décadas a falar do passado, não querem que nos lembremos de como as governações socialistas levaram muitos a questionar se seria a autonomia a melhor solução para os povos insulares.

Por muito que custe a este PS, o Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM está a renovar a esperança e a certeza de que, em autonomia, somos capazes de fazer mais e melhor em benefício dos açorianos, em cada uma das nossas ilhas, em cada um dos nossos concelhos, em cada uma das nossas freguesias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Nos últimos anos, baixámos os impostos sobre o rendimento e o consumo.

Colocámos na economia mais 190 milhões de euros, fruto dessa redução de impostos.

Optámos, sem vacilar um segundo sequer, por apostar na mobilidade aérea dos açorianos. O que para os Socialistas era impossível e ilegal, deu uma nova vida às nossas ilhas e à nossa economia, então enclausurada pela pandemia e pela incapacidade socialista de ter uma visão de futuro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A tarifa Açores, já com mais de 1 milhão de passageiros transportados, trouxe à nossa Região um novo impulso que tem levado os socialistas ao verdadeiro desespero. Era, afinal, possível. Não era, afinal, ilegal. Hoje, perante este Partido Socialista que se arroga como um novo futuro, os açorianos já deram uma resposta categórica: não queremos voltar ao passado. Mas para que não subsistam dúvidas de como este Governo liderado por José Manuel Bolieiro está a transformar os Açores e de como os dados comprovam esta nova realidade açoriana, importa lembrar e salientar:

A economia dos Açores tem registado um crescimento contínuo de 41 meses consecutivos completados no passado dia 15 de novembro, de aumento da atividade económica; entre 2020 e 2022 o PIB regional cresceu em média 7,1% ao ano, superando a média nacional de 6.3. Este crescimento elevou o PIB per capita regional para 89,7% do nacional e 70,6% do europeu, os valores mais altos desde 2016.

O desempenho económico é um reflexo das políticas eficazes implementadas por esta Coligação com o apoio deste Parlamento que tem promovido um ambiente favorável ao investimento e ao desenvolvimento empresarial.

O mercado de trabalho também apresentou melhorias significativas; no 3º trimestre de 2024, a população empregada superou as 120 mil pessoas, o maior número de sempre da nossa autonomia, com o aumento de 5,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Este aumento do emprego é o resultado direto das políticas de incentivo à contratação e à formação profissional, a par de uma economia em crescimento. O desemprego registado caiu 7,5% em setembro de 2024 e sobre isso, infelizmente, neste Parlamento, o maior partido da oposição não foi capaz de dizer uma palavra quando temos o desemprego mais baixo desde 2007 - há 17 anos - nem uma palavra!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O número de beneficiários do RSI reduziu para metade desde 2020. Estes números demonstram a eficácia das nossas medidas de inclusão social e de apoio às famílias mais vulneráveis.

O compromisso deste Governo com a juventude e com a educação é inequívoco. O número de jovens não empregados e fora do sistema de educação ou formação, caiu para 13,7% em 2024, uma redução de 2,5 pontos percentuais

em relação ao ano anterior. Programas como o *Mais* e o *Contratar* têm sido fundamentais para apoiar empregadores a aumentar os salários dos seus trabalhadores. Desde a criação da medida *Contratar*, beneficiaram do apoio à contratação 4 mil 929 trabalhadores, dos quais 87% com contratos sem termo. Estes programas têm sido essenciais para promover a estabilidade no emprego e a qualificação profissional dos nossos jovens. Também sobre isto, nem uma palavra do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O programa de apoio à aquisição de painéis solares, o Solenerge, já aprovou 17,9 milhões de euros em apoios, representando uma potência de 13 *megawatts*.

Deputado Berto Messias (PS): Falta é pagar!

O Orador: É um passo importante para a transição energética na nossa Região e para a promoção de políticas e de práticas sustentáveis.

Na saúde valorizámos a carreira dos profissionais de saúde e garantimos a reposição de direitos. Apostando novamente neste setor para melhorar a atratividade das nossas ilhas e melhorar os acessos aos cuidados de saúde.

Recuperámos todo o tempo de serviço dos docentes e integrámos nos quadros mais de 700 professores.

Aumentámos o Complemento Regional de Pensão, o chamado *cheque pequenino*, bem como o apoio à aquisição de medicamentos para idosos – o *Compamid* - que estavam congelados e que o Partido Socialista deixou ficar na gaveta durante muitos anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E o Orçamento para 2025 que eles vão votar contra, que o Partido Socialista vai votar contra, volta a aumentar o que os socialistas haviam congelado, na típica ânsia que era a governação do PS de manter os mais vulneráveis sempre de mão estendida, sempre à espera de um favor, sempre à espera de uma benesse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O complemento especial para o doente oncológico aumentou aumentou 10% em 2022 e 15%, tanto em 23 como em 24.

O complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens aumentou 10% em 2024, depois de ter sido reforçado 15% em 2023.

O programa *Nascer Mais* teve, em 2022, 152 beneficiários, número que passou para os 653, em 2023, tendo já sido alargado a todos os concelhos da Região.

Vigora, desde 2023, a gratuitidade de todos os escalões na frequência de creches e no acolhimento e mamas, abrangendo 2085 crianças. A capacidade contratada em creches, passou de 3 mil 112 vagas em 2022, para 3 mil 546 vagas em 2023. Nós fizemos mais do que o Partido Socialista alguma vez pelas fez pelas crianças dos Açores e pelo acesso às creches.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Duplicámos o investimento em creches nos Açores e desde que esta Coligação assumiu, o Governo Regional e a medida das creches gratuitas devolveu às famílias açorianas mais de 3milhões de euros anuais. E isto é também apoiar as famílias nos Açores.

Na habitação este Orçamento dá resposta de forma assertiva e empenhada ao atraso de anos provocados pela indiferença socialista, face a um problema que se agudizou sem que o PS, mesmo com cinco maiorias absolutas, se preocupasse devidamente com esta questão.

Implementámos medidas significativas na agricultura, como o fim dos rateiros no POSEI, beneficiando as explorações agrícolas com mais de 15 milhões de euros. E o Orçamento e o Plano, para 2025, voltam a apostar na nossa agricultura, quer no apoio aos custos à produção, quer no apoio à diversificação, quer no apoio aos jovens agricultores.

O turismo cresceu como nunca nos Açores nos últimos anos, com um aumento de 25,5% no número de passageiros desembarcados e 28,3% no número de dormidas de turistas entre 2019 e 2023. O número de companhias aéreas que voavam para os Açores, quando os socialistas estavam no poder, eram cinco, hoje já são 14.

Com os governos de José Manuel Bolieiro, o diálogo e a negociação com os acordos base das IPSS e Misericórdias dos Açores levou a um aumento dos valores padrão pago por utente. Também aqui apoiando aqueles que ajudam os mais carenciados. Em 2021, esses aumentos variaram entre os 3,5% e os 16,4%, acrescidos dos valores compensatórios para a reposição do Salário Mínimo Regional e pelo descongelamento da carreira dos profissionais e educadores de infância.

Em 2022, a atualização oscilou entre os 3,6% e os 5% e em 2023, a atualização ascendeu aos 11% para as tipologias de acolhimento em centros de dia, 8,4% para as amas e 8% para as demais tipologias. Em 2024, as taxas de aumento foram de 9,6% para as respostas sociais de estrutura residencial para idosos e de lar residencial e de 6% para as demais tipologias.

Este sim, é um Governo que aposta no apoio social e naqueles que ajudam a combater as desigualdades nos Açores e promovem a menor exclusão social para aqueles que mais são excluídos na nossa sociedade. E este sim, é um

Governo virado também para o apoio social. Com o Orçamento para 2025, vamos aumentar as dotações para a saúde. São mais de 50 milhões de euros face a este ano, sendo que um quarto do Orçamento que os socialistas vão chumbar é destinado à área crucial para o desenvolvimento e o futuro dos Açores e abandonada pelos governos do Partido Socialista, como é a área da saúde.

Sabemos dos muitos problemas que se eternizaram com as governações do PS e que exigem grande determinação de todos, para que o Serviço Regional de Saúde possa dar sempre a melhor resposta. E destacamos também a verba de 15 milhões que está prevista no Plano e Orçamento para prosseguir a recuperação do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, um processo em que estamos fortemente empenhados. O alarmismo e a desinformação do Partido Socialista sobre o Hospital de Ponta Delgada, não nos intimidam e não nos demovem.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: 15 milhões de euros que o Partido Socialista vai votar contra.

Com estes documentos orçamentais, voltamos a investir convictamente na educação com 20 milhões de euros. Recordo que a execução do investimento público no setor da educação, duplicou com o Governo da Coligação face à governação socialista. Com a ação deste Governo e o esforço de toda a comunidade educativa,

o sucesso escolar está em ascensão nos Açores, ao mesmo tempo que reduzimos o abandono precoce da educação e formação para mínimos históricos.

Hoje, os Açores são uma referência e exemplo global na proteção dos oceanos e na importância destes para enfrentar as alterações climáticas. Somos charneira,

somos pioneiros e somos falados em todo o mundo pela capacidade do Presidente Bolieiro em trazer este tema para a nossa atualidade.

Secretário Regional do Mar e Pescas (*Mário Rui Pinho*): Muito bem!

O Orador: Hoje, na ciência e na sustentabilidade, há maiores garantias para o futuro do nosso mar e, conseqüentemente, para as nossas pescas e, conseqüentemente, e sobretudo, para as nossas pescas.

Estes documentos reforma reforçam também mais uma área deixada à míngua pelos governos do PS: as autarquias dos Açores nunca se relacionaram com um governo e com um Presidente que compreendesse tão bem o poder local, nomeadamente, a importância da relação de proximidade que os autarcas têm com as populações, como aquele que é hoje feito pelo Governo da Coligação e por José Manuel Bolieiro. Hoje, o poder local sabe que pode contar com o Governo dos Açores.

Todas as conquistas alcançadas e a alcançar por esta Coligação, comprovam que os documentos que iremos votar correspondem à vontade dos açorianos e constituem instrumentos para prosseguir

com sucesso as políticas não socialistas que temos vindo a seguir. O diálogo também tem sido o motor desta mudança, motor de mudança de políticas e de alteração de rumo para uma governação não socialista dos Açores, seja no diálogo social através dos acordos estabelecidos com os parceiros sociais, seja no diálogo parlamentar, estamos a mudar os Açores para melhor. Nunca como agora, é no Parlamento e é no diálogo para a mudança que os Açores escolheram, e que os açorianos quiseram em eleições livres, que se alicerça o futuro dos Açores.

Hoje, a democracia está mais forte nos Açores.

É nesta Assembleia, e perante os açorianos, que escolheremos não voltar ao passado, mesmo perante aqueles que agora se apresentam envergonhados a clamar um novo futuro, a nossa opção é cumprir com o compromisso que firmámos com os açorianos.

Vamos prosseguir com políticas não socialistas, com menos impostos. Queremos cada vez mais atividade privada e menos interferência pública na economia, como defende o Bloco de Esquerda. Aliás, não deixa de ser curioso ver como irá o PS votar – já sabemos que votará contra o Orçamento e o Plano - mas como irá votar, uma vez que foi contra a redução fiscal, o aumento de impostos proposto e anunciado pelo Bloco de Esquerda?

Como irão aqui amanhã votar essa proposta?

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Sr. Presidente sabe a resposta!

O Orador: Conseguirá o Partido Socialista sair dessa deriva de negação de que a atual estabilidade permite hoje aos Açores prosperar livres das garras do poder absoluto do passado? Ou continuará o PS a julgar-se dono e senhor da verdade, mesmo perante a evidência de que hoje se vive melhor nos Açores?

Lamentavelmente, estes três dias de debate mostraram que o maior partido da oposição está repleto de protagonistas que ainda se acham donos dos Açores e dos açorianos.

Deputados Flávio Soares e Joaquim Machado (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PS continua sem perceber que não basta mudar de geração, se as ideias forem as mesmas do passado.

Não basta dizer que mudou de opinião, enquanto se recusa a avaliar a razão de ser dos muitos erros cometidos no passado.

Não basta passar semanas a dizer que se está disponível para dialogar sobre o orçamento, quando se deixa para a última hora a apresentação de propostas e mesmo antes destas serem votadas, já anunciaram o voto contra.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Tudo isto demonstra que a este Partido Socialista, comandado por Lisboa, continua a faltar humildade democrática.

Tudo isto mostra que este Partido Socialista não é alternativo aos Açores.

Enquanto os socialistas continuam incapazes de se renovar verdadeiramente, os açorianos sabem que podem contar com este Governo e com esta Coligação para mudar os Açores para melhor.

Como diria o Presidente Bolieiro, é para o futuro com confiança! Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para encerrar este debate, na generalidade, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Faça favor, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado Sr. Presidente.

Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Terminamos agora o debate parlamentar, na generalidade, das propostas de Plano e Orçamento para 2025. Nesta intervenção final não falarei do debate, que todos já ouviram e viram. Cada um o fez de acordo com a sua perspetiva. Falarei sobre o essencial do adquirido com a nossa governação, para os açorianos e com os açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima) e Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Fez esta semana, no passado dia 24, quatro anos da nossa governação, após uma governação de 24 anos consecutivos do Partido

Socialista. Foram quatro anos de complexidade governativa sob os pontos de vista político, económico, social e de saúde pública.

Muitos foram os desafios e muito se conseguiu para os vencer e ultrapassar.

Falarei, também e, sobretudo, no potencial que os Açores têm, para valorizarmos o futuro e o nosso desenvolvimento.

Parece-me aqui oportuno citar uma boa expressão anglo-saxónica, utilizada pelo Primeiro-Ministro inglês Tony Blair: *A lot done! A lot to do!* – isto é, tanto feito ! Tanto para fazer!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Hoje mantemo-nos atentos ao mundo e prontos para a sua realidade que é dinâmica.

As propostas de Plano e Orçamento para o ano de 2025 são robustas nos seus montantes e realistas nos objetivos que queremos alcançar.

Por isso opto, aqui e com firmeza, por uma mensagem positiva.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima) e Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Basta de bota-abaixo. Elevemos os Açores para cima.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É para isso que queremos continuar a liderar.

Em 2025, o investimento público ascenderá a 964 milhões de euros. Queremos aproveitar em pleno todas as oportunidades de financiamento europeu. Para nós, um orçamento não é um fim em si mesmo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: É mesmo um instrumento de desenvolvimento.

A coesão dos Açores, seja ela económica, social ou territorial, deve mobilizar todos os atores sociais e agentes económicos. Move-nos a firme vontade de promover o desenvolvimento harmonioso dos Açores, de todas as ilhas, de Santa Maria ao Corvo. Move-nos o propósito de melhorar a qualidade de vida dos açorianos. De todos.

O diálogo é a marca indelével da nossa forma de governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Diálogo com os partidos políticos, mas também com os parceiros sociais.

Orgulha este Governo a recente revisão do Acordo de Parceria Estratégica 2023-2028 - “Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento”, que é uma inovação na nossa Autonomia, concebida e concretizada pelos meus governos - não pelos socialistas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A «Autonomia de Responsabilização» é uma mudança de paradigma na visão democrática autonómica e, também, uma mudança de paradigma na relação entre a despesa pública e a atividade e iniciativa privadas. São já observáveis, felizmente, os sinais do sucesso desta «Autonomia de Responsabilização», que declinam para uma governação de resultados.

Cada membro do Governo apresentou neste debate a excelência da sua ação nas áreas de governação respetivas. Agradeço, pois, a cada um o desempenho da sua missão. Estão de parabéns.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A progressiva desgovernamentalização da economia açoriana e da sociedade açoriana está a dar os seus resultados.

Sem abdicar de serviços públicos e empresas públicas indispensáveis para os açorianos, o sector público empresarial tem sido reorganizado, potenciando-se, assim, a capacidade empreendedora privada do tecido empresarial regional.

Os açorianos, connosco, ganharam outro conhecimento da sua terra e construíram outro conceito do seu território. Em boa parte, isso deve-se à «Tarifa Açores». Uma medida novamente enquadrada pelo Orçamento Regional e que é para continuar em 2025.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A «Tarifa Açores» não foi, nem é apenas um exercício de baixar preços, é um exercício que dá conteúdo à ideia da continuidade e da coesão territoriais.

Temos factos favoráveis e indesmentíveis!

Mudámos o paradigma da mobilidade dos açorianos e do seu conhecimento das nossas ilhas. De todas elas. Já ultrapassámos o milhão de emissões de bilhetes da «Tarifa Açores», desde junho de 2021 até hoje. Antes de 2021 não existia. O Governo socialista não colocou esta hipótese de mobilidade aos Açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Um sucesso! Uma conquista contra os pessimistas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A «Autonomia de Responsabilização» valoriza a economia privada e os cidadãos.

Diminuímos os impostos.

Deputado António Lima (BE): Alguns!

O Orador: E vamos manter esta medida em 2025, apesar de sabermos que se perde potencial de receita fiscal. Por exemplo, só no ano fiscal de 2023, mais de 190 milhões de euros ficaram na economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Enquanto o Ministro das Finanças deixar!

O Orador: Manteremos o diferencial máximo de 30% em relação às taxas nacionais de IRS, IRC e IVA. O Governo continuará a prescindir de dinheiro no seu orçamento para que ele fique no orçamento das famílias e nas empresas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Ficam com a sua própria riqueza criada. Promovemos, assim, a autonomia das pessoas e das empresas, libertando a sua capacidade criadora para reinvestimento da sua própria riqueza.

Estamos a promover, nos Açores, uma economia de sucesso!

Vivemos o maior período de sempre de crescimentos sucessivos dos índices da atividade económica e de consumo – dados indesmentíveis. À data de hoje, mais de 41 meses consecutivos de crescimento. Temos, neste momento, o maior número de população ativa empregada de sempre – 120.200 pessoas a trabalhar. Não era assim antes de nós.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E todos os dias se têm criado oportunidades de investimento, de criação de riqueza e, por isso, ainda de mais emprego.

No último ano foram criados mais 6.000 postos de trabalho, representando uma taxa de crescimento de 5,2%. A maior taxa de crescimento do país!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos a criar emprego. Emprego mais qualificado, mais bem remunerado e mais estável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Hoje, 50% da nossa força laboral açoriana completou o ensino secundário ou superior. Em 2021 era de 47%. Em 2023, a percentagem de trabalhadores por conta de outrem, com contratos sem termo, era de 82,6%. Hoje, passámos para cerca de 86%. A crescer – a confirmar um rumo de crescimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se, em termos nacionais, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador está a aumentar em termos reais desde maio de 2023, tendo aumentado 3,8% no último trimestre, nos Açores, a mesma remuneração bruta total mensal média por trabalhador está a aumentar em termos reais desde março de 2023, tendo aumentado 5,9% no último trimestre. Mais nos Açores do que no resto do País.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais, em termos líquidos a vantagem é ainda maior – pagamos aqui menos impostos do que no continente e na Madeira. Esta é uma vantagem competitiva.

Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Muito bem!

O Orador: No plano social, inovámos com sucesso. Destaco a criação do Programa «Novos Idosos», um sucesso de apoio às nossas famílias.

Destaco a alteração no acesso ao apoio do programa COMPAMID. Aviar nas farmácias a totalidade da receita médica deixou de ser um problema para as pessoas mais pobres com a nossa governação.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Destaco os aumentos robustos de todos os apoios às famílias e doentes deslocados.

Dirijo-me aos contribuintes açorianos e sei que reconhecem a nossa diferença.

Dirijo-me aos trabalhadores açorianos e à classe média açoriana e sei que reconhecem a nossa diferença.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Reduzimos os vínculos laborais precários e estabilizámos os seus contratos sem termo.

Dirijo-me aos reformados e pensionistas e sei que reconhecem a nossa diferença.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Dirijo-me aos empresários e empreendedores e sei que reconhecem a nossa diferença.

A todos na economia produtiva, aos nossos agricultores, lavradores e pescadores, na indústria e nos serviços.

Dirijo-me aos funcionários públicos da nossa administração pública e sei que reconhecem a nossa diferença, que apostou na aceleração do progresso nas carreiras.

Primeiro os professores, os enfermeiros, os médicos, os técnicos superiores de diagnóstico, todas as carreiras da administração pública autónoma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Dirijo-me a todas a IPSS e Santas Casas da Misericórdia dos Açores e sei que reconhecem a nossa diferença.

Entre 2020 e 2022, o PIB regional real cresceu, em média, 7,1%, portanto acima dos 6,3% do país – estamos à frente do país - passando a representar 89,7% do PIB per capita nacional e 70,6% do PIB per capita da União Europeia, os valores mais elevados desde 2016.

A «Autonomia de Responsabilização» e a consequente governação de resultados, criaram espaço para esta dinâmica de sucesso.

As propostas de Plano e Orçamento Regionais confirmam o avanço neste novo paradigma da «Autonomia de Responsabilização», desta feita na relação da Região com as autarquias locais.

Dirijo-me aos nossos autarcas e sei que reconhecem a nossa diferença.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O projeto regional que lideramos, na governação, valoriza a capacidade de cada ilha, de cada concelho e de cada freguesia.

Apostar no Poder Local é ganhar coesão social e territorial para vencer a desigualdade e travar o despovoamento das nossas diferentes geografias.

Poder Regional e Poder Local estão comprometidos e servem as mesmas populações, que só beneficiarão de um trabalho conjunto a favor do interesse comum.

Concretizámos a entrega aos municípios de valores da participação variável do IRS, em dívida e relativos aos anos de 2009 e 2010, nunca pagos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Pagaremos o IVA turístico e no Orçamento estão previstos 7,8 milhões euros, destinados à cooperação com as Autarquias Locais. Executaremos o novo Regime de Cooperação Técnico Financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias dos Açores.

Todo este percurso faz-me ocorrer a mensagem de Shakespeare:

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é?!

O Orador: De Shakespeare:

«Não está nas estrelas o nosso destino, mas em nós mesmos».

Tem sido assim com esta governação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A nossa condição ultraperiférica coloca-nos constrangimentos inultrapassáveis.

E sim! Precisamos, da solidariedade nacional, como o país necessita da solidariedade europeia.

E sim! Precisamos da solidariedade europeia, pois somos cidadãos europeus.

Mas queremos, ainda assim, transformar esta narrativa dos Açores perante o país e o mundo. Ela não é, nem pode ser única.

No meio do Atlântico somos uma centralidade. Como ilhas, e perante o país e a Europa, somos dimensão marítima grandiosa no Atlântico. E isso é valor que lhes acrescentamos.

Deputado João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Somos um ativo relevante para as economias de transição e de futuro, nomeadamente na economia azul, na economia espacial e na economia

verde. Somos um território que, se for compreendido também com a sua dimensão marítima e espacial, é grandioso e rico.

O mar de Portugal é o quinto maior mar da União Europeia e o vigésimo do mundo. 56% do mar português é mar dos Açores. Que orgulho a nossa condição marítima!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, não somos pequenos. E se olharmos o território espacial, temos também outra dimensão grandiosa. Em vez de mera região económica de necessidades, queremos passar a ser geografia e economia de oportunidades.

Deputado João Bruto da Costa e Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É esse o percurso de futuro que queremos fazer.

Temos um imenso capturador de carbono e, portanto, um enorme ativo que pode garantir rentabilidade no futuro, a pagar pelas economias carbonizadas e carbonizadoras. Os responsáveis pela transição climática devem-nos isso!

Queremos que os Açores sejam relevantes no conhecimento científico sobre o mar e sobre o fundo do mar profundo, dotando-nos de informação essencial para o mundo.

Queremos valorizar o mar, envolvendo a comunidade científica, a Universidade dos Açores, a Marinha Portuguesa, a comunidade piscatória e as empresas ligadas à economia do mar.

Estamos a trabalhar para que a futura sede europeia do Observatório do Mar Profundo seja nos Açores, aqui na cidade da Horta.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O nosso pioneirismo no mundo no que diz respeito ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, deu-nos já prestígio global extraordinário.

A nossa estratégia favorece os Açores do presente e do futuro. A amplitude, global, e a intensidade das reações às nossas decisões de proteção do mar comprovam o acerto desta outra mudança de paradigma que operámos.

Vamos prosseguir na valorização da nossa economia azul.

No domínio espacial a nossa aposta no Centro Tecnológico Espacial de Santa Maria está já a dar frutos.

A consolidação dos Açores como centralidade do projeto espacial nacional e europeu, permite-nos notoriedade global. A Agência Espacial Portuguesa já escolheu Santa Maria para a aterragem do primeiro veículo orbital reutilizável, o Space Rider, cujo início de missão está previsto para 2027.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Depois de dois lançamentos atmosféricos já realizados, estão próximos os lançamentos suborbitais. Esta governação tornou Santa Maria mais próxima dos operadores. Anuncio aqui, em primeira mão, que o primeiro pedido de licença para um centro de lançamentos suborbitais no Açores será submetido já nos próximos dias.

No quadro da transição digital, asseguramos o compromisso, sem mais adiamentos, da renovação do anel de cabos submarinos de fibra ótica para a ligação do continente com os Açores, Madeira e Canárias. Pretendemos cabos de fibra ótica inteligentes e de 24 pares de transmissão de dados.

Também devido à nossa centralidade geográfica conseguimos já o compromisso para a amarração de um ou até possivelmente dois cabos de travessia atlântica

propriedade da Google. Mais um conteúdo da nossa governação e geografia de oportunidades.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Importará lançar uma estratégia robusta para a captação de investimento externo. Investimento privado multiplicador da nossa criação de riqueza.

Os Açores conquistaram este ano o nível de ouro da sua certificação como Destino Turístico Sustentável pelo Conselho Global de Turismo Sustentável no âmbito do programa *Earth Check Sustainable Destination* - oportunidade de turismo cada vez mais diferenciado.

Sempre fomos, ainda assim, também um ponto crucial para a navegação, servindo como base de apoio logístico para embarcações que cruzam o oceano. Essa posição privilegiada é um ativo estratégico para Portugal e para a União Europeia. Os Açores são potencial em vários domínios. E com notas e ambição, como estas, que queremos situar o desempenho futuro da juventude açoriana. Valorizando o papel central dos jovens na definição das nossas políticas públicas, desde o domínio da constituição de família, à criação de riqueza e ao empreendedorismo.

Queremos formar a geração mais qualificada de sempre nos Açores, potenciando novas dinâmicas do nosso desenvolvimento, com as suas qualificações altamente diferenciadoras.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Precisamos da nossa juventude. Confio nos nossos jovens. O nosso futuro coletivo é com eles.

Uma boa governação é um processo. Não é um estado. Tão orgulhoso estou com o adquirido nestes últimos anos, quanto estou motivado pelo já feito.

Sentimos enorme vontade de prosseguir. Prosseguir fazendo coisas novas. Prosseguir, fazendo o que não foi feito e desenvolvendo, com consistência e estratégia, os Açores do futuro.

Fazendo progredir os açorianos todos.

Somos capazes e já demos provas.

Viva a nossa Autonomia.

Vivam os Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Está, assim, encerrado o debate na generalidade.

Estão também encerrados os nossos trabalhos de hoje.

Amanhã às 10 horas iniciamos o debate e as votações na especialidade.

Até amanhã.

Boa noite.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 5 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

CDS- Partido Popular (CDS-PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**.

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa.

A redatora, Ana Paula Lemos.